

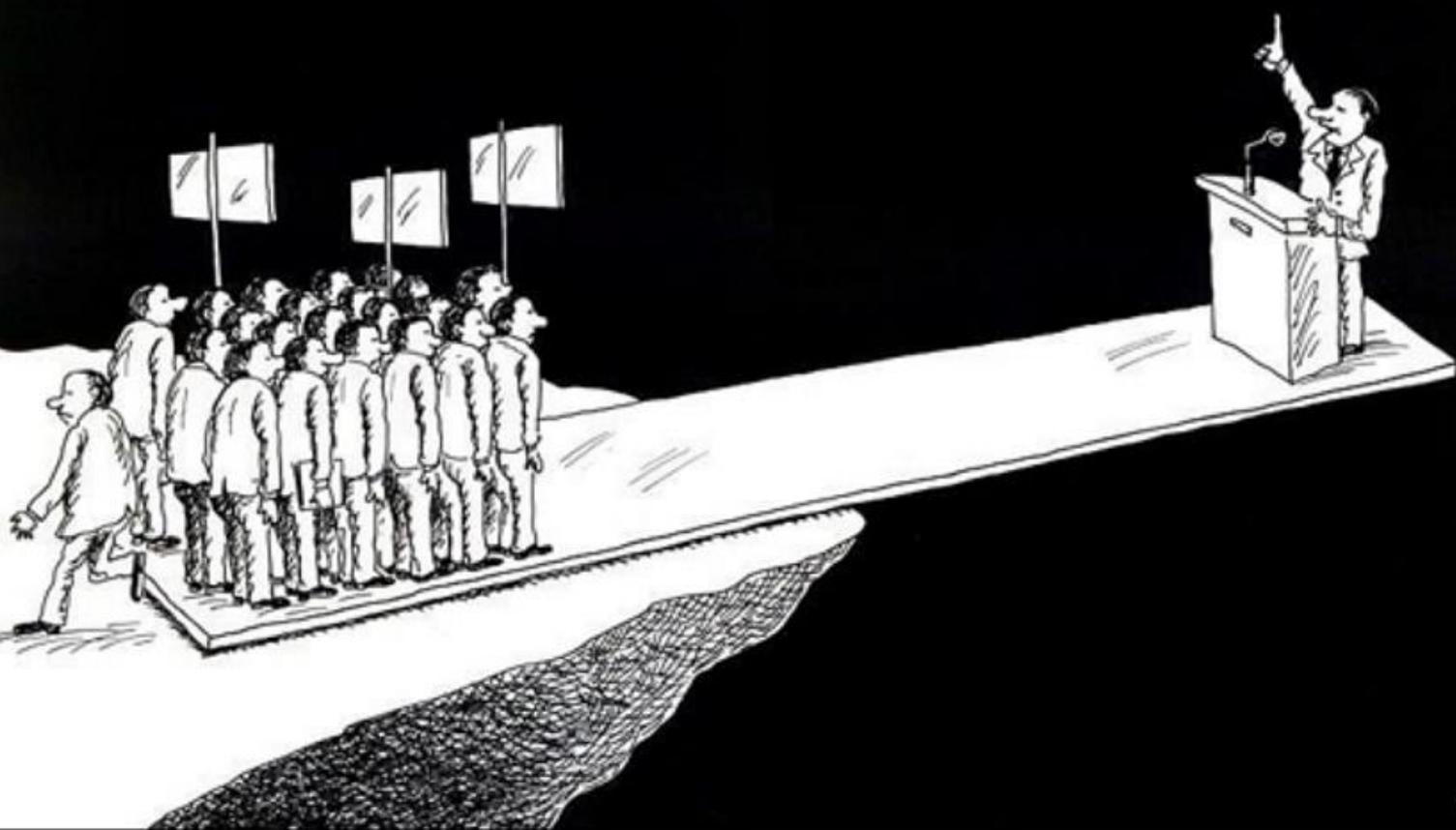
Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário

49

ISSN 1983-1684



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Mateus Orio

(Imagem retirada da internet).

Sumário

EDITORIAL	5
A CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA	
<i>Karl Korsch</i>	7
Breve INTRODUÇÃO À TEORIA MARXISTA DAS CLASSES SOCIAIS E DO ESTADO	
<i>Lisandro Braga</i>	19
REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	
<i>Lucas Maia</i>	
<i>Gabriel Teles</i>	37
A PEC 241/55 e as POLÍTICAS DE AUSTERIDADE	
<i>Nildo Viana</i>	62
A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE	
<i>Edmilson Marques</i>	79
MAURÍCIO TRAGTEMBERG E A CRÍTICA À PEDAGOGIA BUROCRÁTICA	
<i>Rubens Vinícius da Silva</i>	92

EDITORIAL

O primeiro artigo deste número da Revista Enfrentamento, de autoria de Karl Korsch, apresenta a necessidade e a possibilidade da crítica. Contudo, não se trata de qualquer crítica, mas sim da “crítica revolucionária”. Esta consiste na crítica que parte da perspectiva do proletariado. A consciência em suas mais diversas formas de manifestação, mas, sobretudo, a produção teórica e também a ideológica, está alicerçada em pressupostos (interesses) de classe. A crítica de um ponto de vista burguês hoje não é mais possível. A classe capitalista rejeita-a com veemência, clareza e consciência de classe.

Uma outra classe que também visa elaborar ideologias em acordo com seus interesses é a burocracia. Embora Korsch neste texto não a aborde, hoje podemos identificá-la com mais clareza. O crescimento numérico e qualitativo desta classe ao longo do século XX criou as condições necessárias para que se desenvolvesse, a partir de seus interesses, inúmeras ideologias burocráticas.

Seu espectro político varia, desde as alas caracteristicamente burguesas, passando pela socialdemocracia, até setores mais radicais, que pretensamente visam o fim do capitalismo (bolchevismo). Contudo, seu fundamento de base, a classe social da qual estas formas de pensamento são variações dentro de um mesmo escopo é a burocracia. Esta é uma classe auxiliar da burguesia. Devido sua posição na divisão social do trabalho, a burocracia se caracteriza por ocupar cargos de direção nas instituições existentes nesta sociedade (estado, partidos políticos, sindicatos, igrejas, bancos, fábricas, escolas, universidades etc.).

Por ser uma classe auxiliar da burguesia, no limite, sua crítica no máximo chega ao insurrecionalismo (tomada do poder de estado via insurreição ou golpe de estado, tal como defende a ideologia pseudorrevolucionária do bolchevismo). Esta ala da burocracia, representada por partidos e organizações bolcheviques, embora hoje não tenha mais o tamanho e importância que já teve em outros momentos históricos, é ainda força política que disputa os rumos da sociedade e, portanto, interfere na luta de classes.

A possibilidade da crítica burguesa morreu com sua ascensão à classe dominante. A crítica burocrática (bolchevique e socialdemocrata) leva no máximo a um capitalismo

reformado (União Soviética, Cuba, China etc.). A possibilidade, portanto, de uma verdadeira crítica revolucionária, tal como a apresentada por Korsch, só pode ocorrer se alicerçada nos interesses de classe do proletariado. Não o proletariado determinado pelo capital, o proletariado como *classe em si*, segundo expressão de Marx, utilizando linguagem hegeliana; mas sim, o proletariado autodeterminado, o proletariado como *classe para si*, ou seja, revolucionário.

A crítica revolucionária é aquela, portanto, que se realiza tendo em vista este fundamento, este princípio. Nenhuma conciliação de classe pode ser feita. *Ou o proletariado é revolucionário, ou não é nada*. Nos dias correntes, tal determinação se afirma ainda mais claramente. Nenhuma das velhas classes pode levar a humanidade a um patamar superior de organização e convivência. Nenhuma das classes decadentes permite ou cria as condições de possibilidade para a realização de uma sociedade na qual as potencialidades/necessidades humanas sejam verdadeiramente satisfeitas. Nenhuma das classes em declínio permite a elaboração de uma consciência crítica e revolucionária. Assim, a crítica da alienação não pode derivar de classes que tem interesse na reprodução da alienação. Ela só pode vir da classe que trás em si a potencialidade real de sua superação, o proletariado.

Os ensaios reunidos neste volume tem em comum este pressuposto: todos partem da perspectiva do proletariado. Este dado fundamental unifica as várias temáticas abordadas nos artigos. Espera-se que os textos aqui reunidos se constituam como contributos ao avanço da organização, consciência e luta do proletariado e demais classes desprivilegiadas, bem como setores da sociedade mais organizados (movimentos sociais, juventude etc.).

A CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA¹

Karl Korsch

A exposição de todas as relações da existente sociedade burguesa, como relações particulares de uma determinada época histórica de desenvolvimento, contém o fundamento da crítica científica² dessa particular formação social e de sua subversão prática. Toda crítica da sociedade existente que não parta desse fundamento é teoricamente doutrinária e, na prática, utópica. Ao contrário, os poucos momentos de autocrítica histórica que aparecem no posterior desenvolvimento histórico não podem ser plenamente efetivados, nem realizar-se conseqüentemente, senão pela nova classe social produzida pela burguesia mesma, o proletariado.

I

Se prescindirmos dos casos singulares nos quais já no começo da época burguesa algum pensador isolado antecipou a crítica dos princípios burgueses, em realidade (do mesmo modo que também na história real a cada grande movimento burguês do passado acompanha como corrente subterrânea alguma agitação própria da classe que era a precursora mais ou menos desenvolvida do proletariado), a compreensão histórica e a correspondente autocrítica se iniciam na sociedade burguesa somente após a vitória definitiva do princípio burguês na grande revolução francesa e a plena explicitação da nova situação burguesa no começo do século XIX.

¹ Este texto é o capítulo sexto do livro *Karl Marx*, de autoria de Karl Korsch. Decidimos traduzir tal capítulo, tendo em vista a importância do livro de Korsch e ao fato de ainda não haver versão em língua portuguesa desta obra. Este livro foi publicado originalmente em 1938 e foi escrito por Korsch a convite de um editor para uma coleção de livros sobre grandes pensadores. O texto utilizado para a presente tradução é a versão espanhola.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Editora ABC, 2004.

Texto traduzido por Lucas Maia, doravante, as notas do tradutor aparecerão com a sigla (L.M.).

² Karl Korsch utiliza regularmente as expressões “crítica científica”, “verdadeira ciência social”, “ciência do marxismo” etc. Tais expressões devem ser vistas com maior cuidado, pois podem conduzir o leitor a entender que Korsch tinha uma visão cientificista do marxismo ou que identificasse este com a ciência. Tendo este livro sido escrito para uma coleção de livros acadêmicos, o que implica em pressões e enquadramento formal, estando Korsch relativamente isolado e sendo um momento de recrudescimento da luta operária, nos ajuda a compreender este recuo linguístico de Korsch em relação ao seu anterior *Marxismo e Filosofia*, publicado em 1923, quando definia o marxismo como sendo “expressão teórica do proletariado revolucionário”. (nota L. M.).

Thomas Hobbes não estava fazendo nenhuma crítica no século XVII quando descrevia a situação da sociedade burguesa (da sociedade em geral, de acordo com a ilusão comum em voga entre os pensadores burgueses) do *bellum omnes contra omnes*, só pacificado pela férrea ditadura do estado; nem tampouco pensavam estar criticando alguma coisa os posteriores arautos da “livre concorrência”, ao tentar fundamentar essa ideia com uma fórmula darwiniana mal entendida que nada mais é do que uma injustificada transposição da situação da sociedade burguesa aos domínios da natureza. E Mandeville glorificava no século XVIII a sociedade burguesa quando descrevia uma estrutura disposta finalisticamente por uma providência brincalhona, segundo a fórmula: “*Private Vices – Public Benefits*”. Não menos glorificador foi, pouco antes do final desta época, a descoberta de Immanuel Kant do “antagonismo da socialidade associal” subjacente à sociedade burguesa e pela qual se impõe ao homem “os primeiros verdadeiros passos desde a selvageria até a cultura” que, com o tempo, se lhe “arranca patologicamente” “a adesão à sociedade”. “Toda cultura e arte que adornam a humanidade, a mais bonita ordem social, são fruto da associalidade que por si mesma se vê obrigada a disciplinar-se e, mediante uma arte imposta, desenvolver plenamente os germens naturais”.³

Ao identificar diretamente a relação entre a luta concorrencial burguesa e a “luta pela existência” darwiniana, Darwin mesmo o disse: “Esta é a doutrina de Malthus aplicada a todo o reino animal e vegetal”.⁴ Mais correto seria dizer que a particular forma de divisão do trabalho produzida na sociedade burguesa pela concorrência dos vários produtores de mercadoria é, em comparação com a consciente regulação da divisão do trabalho no comunismo, uma forma animal inconsciente de autoconservação social. Já Hegel havia chamado a sociedade burguesa de “reino animal espiritual”.⁵ Nesse sentido, escreve Marx em *O Capital*:

³ Hobbes. *Leviathan*, 1651; Mandeville, *The Fable of the Bees: Private Vices – Public Benefits*, 1706; Kant, *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher*, 1784. (Nota de Karl Korsch).

⁴ Darwin. *On the Origin of Species*. Londres, 1860. (Nota de Karl Korsch).

⁵ G. W. F. Hegel. *Phänomenologie des Geistes* [doravante citada por *Phänomenologie*]. [Fenomenologia do Espírito]. Werke, v. 2, Berlim, 1832: “O reino animal espiritual e o engano ou a coisa mesma”. (Nota de Karl Korsch).

A divisão social do trabalho [na sociedade burguesa] confronta produtores independentes de mercadoria que não reconhecem outra autoridade que não a concorrência, a constrição que exerce sobre eles a pressão de seus respectivos interesses do mesmo modo que no reino animal a “luta de todos contra todos” mantém mais ou menos as condições de existência de todas as espécies.⁶

Ainda melhor seria renunciar essas comparações que nunca são plenamente satisfatórias. Em todo caso, a transposição darwiniana da concorrência burguesa à natureza como lei absoluta da “luta pela existência”, bem como a proclamação de Kropotkin do princípio oposto da sociedade comunista como universal “lei da ajuda mútua no mundo animal e humano”. Estes procedimentos não são do mesmo calibre que a transposição, recentemente realizada por um que em outros tempos foi um marxista ortodoxo, de um princípio evolutivo pacifista de “equilíbrio natural”, generalizado da presente sociedade, na qual tal princípio não se rege, a todo o mundo animal e vegetal, também, tampouco, é válida.⁷

O defeito fundamental de todas as exposições importantes da sociedade nesta época (incluindo a doutrina de Rousseau, a novela burguesa de Robinson e toda a ciência da então nascente “economia política” burguesa) consiste no modo *ahistórico* como tratam as particulares relações e circunstâncias da sociedade burguesa, de seu modo de produção, de seu estado e de seu direito, concebidos como a forma finalmente alcançada, imutável, ainda que suscetível de aperfeiçoamentos, de uma ordem social natural e racional. Marx, que critica a utilização deste procedimento pelos economistas burgueses em sua “sétima e última observação” contra Proudhon, expressa a debilidade de toda esta tendência com a provocativa frase: “Com isso, tem-se que já houve história, porém, não há mais”.⁸

Esse procedimento, verdadeiramente bárbaro, é a maneira pela qual os teóricos burgueses consideram todas as anteriores formas sociais, ou seja, como estágios prévios, “bárbaros” de sua própria sociedade, finalmente civilizada e fundamentada. Segundo Marx, tal procedimento era inevitável, tendo em vista que a tarefa fundamental daqueles

⁶ Karl Marx. *O Capital*. (Nota de Karl Korsch).

⁷ Sobre toda esta questão, confira a carta de Engels a F. A. Lange de 29/03/1865 e a carta de Marx a Kugelmann de 27/06/1870, assim como meu *Auseinandersetzung mit Kautsky*. (Nota de Karl Korsch).

⁸ Karl Marx. *Miséria da Filosofia*. (Nota de Karl Korsch).

teóricos era opor-se às formas sociais feudais. Enquanto o animou ainda uma fagulha revolucionária, esta forma de pensamento foi progressiva na sociedade burguesa, ainda não totalmente estabelecida. Constituiu-se, tal procedimento, uma forma de justificá-la teoricamente. Isto pode ser verificado também naquelas formas mais ingênuas de pensamento com as quais durante a guerra dos camponeses e durante a revolução inglesa opunha-se, com falsidade teórica, porém com acerto político, à pré-história da humanidade exposta na Bíblia e identificada com a ordem feudal, apresentando aquela como uma *situação social verdadeiramente civil*, ou seja, burguesa. Eram palavras de ordem contra a feudalidade: “Onde estava o cavaleiro nobre quando Adão escavava e Eva fiava?”.

O procedimento a-histórico da teoria social burguesa tornou-se reacionário e cientificamente involutivo a partir do momento em que a vitória do princípio burguês sobre o feudalismo estava já definitivamente concluída. Os teóricos da burguesia triunfante tinham que transformar-se de críticos revolucionários opostos a um estágio social arcaico em defensores da situação existente contra as tendências evolutivas que seguiam empurrando para diante. Neste contexto, é característico, por exemplo, a seguinte observação que se encontra em uma obra do fundador científico da “ideologia burguesa”, Destutt de Tracy, vinda a lume logo em seguida à conclusão vitoriosa da revolução francesa. Destutt disse que “entre os antigos”, ou seja, em todas as épocas anteriores à “ère française” que agora se inicia: “*l’art social ne s’est jamais assez perfectionné pour donner à leur empire cet état de civilisation supérieure et cette organisation solide qui assure l’existence des nations réellement policées*”.⁹ Como também é característico o programa daqueles historiadores burgueses do período da restauração francesa que no século XIX se propuseram explicitamente escrever a história universal como *história da classe burguesa*.

Nesta fase, qualquer progresso real da ciência social não consiste mais em um desenvolvimento positivo dos princípios burgueses, mas sim, em sua crítica. Porém, muito antes da crítica vinda do exterior dos limites burgueses, a crítica socialista, a crítica mesma é antecipada de maneira surpreendente e de uma forma insuperável em sua

⁹ Destutt de Tracy. *Éléments d'idéologie*. (nota de Karl Korsch).

clareza e audácia pelos dois últimos grandes representantes do período clássico – já bem próximo de seu fim – da economia política (Ricardo) e de sua aplicada discípula, a filosofia idealista alemã.

II

O sistema de Hegel não é somente, em sua condição de último sistema da filosofia clássica alemã, resumo e recapitulação de todas as fases anteriores da teoria social burguesa. Tal como, no terreno da economia política, o último sistema clássico, o de Ricardo, o de Hegel contém já uma apurada consciência das contradições dessa sociedade. Todas aquelas perigosas tensões da estrutura da sociedade capitalista já tinham sido percebidas mais ou menos claramente por Mandeville, Ferguson, Adam Smith, Kant etc. Porém, eles haviam superado sempre tais tensões em uma unidade “superior” ou “mais profunda”. Contudo, tais tensões se desenvolvem agora ao ponto de se tornarem contraposições inconciliáveis.

Apesar de toda sua contribuição, da mesma forma, também Hegel nunca ultrapassou o terreno burguês. Porém, esta “sociedade civil” com suas grandes contradições, tal como a representavam agora economicamente Ricardo e filosoficamente Hegel, é já muito diferente daquele “mundo, o melhor entre todos os possíveis” em que podiam transfigurá-la a anterior geração de pensadores burgueses. A sociedade burguesa alcança no sistema econômico de Ricardo e na filosofia hegeliana o grau mais elevado de autoconhecimento crítico de que era capaz sem ultrapassar seus próprios princípios. Isto ocorre num momento no qual já se lhe enfrentava nos países mais desenvolvidos em sentido capitalista – Inglaterra e França – a crítica exercida teórica e praticamente “a partir de fora”, ou seja, pelo proletariado. Do mesmo modo que frente ao último economista clássico burguês, apresenta-se já, na pessoa de Sismondi, um crítico conscientemente socialista da economia burguesa, assim também Hegel (em parte por influência de Ricardo) registrou em sua exposição filosófica da “sociedade civil” o abalo subterrâneo produzido nos fundamentos da sociedade burguesa pela nova “classe” dos *trabalhadores assalariados*, “vinculados” ao trabalho na moderna “indústria”. Hegel representou esta classe com realismo, como uma classe que vive “em dependência e miséria”, que está excluída de todos os “benefícios da sociedade civil”, como uma “grande massa” que afunda em um “modo de subsistência” inferior ao imprescindível

para desfrutar dos direitos sociais, com uma classe que, em consequência de um desenvolvimento inevitável, produzido pelos princípios mesmos da sociedade civil, afunda cada vez mais em “excesso de pobreza” à medida que aumenta o “excesso de riqueza”.¹⁰

Hegel expôs com clareza que esta pobreza não é a “pobreza” em si, tal como existiu inevitavelmente em outras épocas devido à escassez da natureza, mas sim, uma questão social própria da sociedade moderna e que ela tem que resolver. Uma questão social literalmente:

Nenhum homem pode afirmar nenhum direito contra a natureza, porém, na sociedade, a escassez assume imediatamente a forma de uma injustiça cometida contra tal ou qual classe. A importante questão de como evitar a pobreza é uma das que mais modificam e torturam a sociedade moderna.¹¹

O filósofo caracterizou também o “estado de ânimo” ocasionado por essa pobreza socialmente condicionada da grande massa dos trabalhadores industriais: uma “íntima indignação contra os ricos, contra a sociedade, o governo etc.”.¹²

O limite que Hegel não pode ultrapassar, como também nenhum outro conhecimento burguês da sociedade, consiste em que concebe esta nova classe social apenas negativamente, como “populacho”, não conseguindo nunca vê-la positivamente, como “proletariado”. Tal pensamento consiste em que vê “na miséria nada mais que a miséria, sem ver nela o aspecto revolucionário que porá fim à velha sociedade”.¹³

O elemento crítico aparece ainda mais claramente no método da filosofia hegeliana do que em seu conteúdo. O *método dialético* é para Hegel o poderoso

¹⁰ Hegel. *Filosofia do Direito*. (nota de Karl Korsch).

¹¹ Hegel. *Filosofia do Direito*. (nota de Karl Korsch).

¹² Hegel. *Filosofia do Direito*. (nota de Karl Korsch).

¹³ Karl Marx. *Miséria da Filosofia*. (nota de Karl Korsch).

Marx censura o fato de não se compreender o proletariado como classe revolucionária, dirigindo sua crítica neste texto aos socialistas e comunistas utópicos (sobretudo contra Proudhon). Havia feito a mesma coisa, anos antes (*A Sagrada Família*), desta vez com mais razão, contra seus antigos companheiros de caminhada da esquerda hegeliana. Com esse mesmo conceito defendeu então a concepção de Proudhon contra os ataques da “crítica crítica”, que se mantinham no terreno burguês. Materialmente, essas palavras evidenciam de forma clássica a separação entre revolução burguesa e revolução proletária. (nota de Karl Korsch).

instrumento com o qual, em vez de deixar as contradições presentes na sociedade burguesa umas ao lado das outras (como fez Ricardo), reúne-as – com numerosas imprecisões, grosserias e arbitrariedades teóricas, porém com uma sistematicidade genial de mediações lógicas “na ideia” – em uma “unidade das contradições”, entendida como processo vivo de acordo com as necessidades de uma classe que está reclamando o final do movimento revolucionário e a “restauração”, recobrando-a com uma “restituição aparentemente completa de toda a velha metafísica já superada pelo materialismo burguês, incluindo até mesmo o dogma cristão em uma metafísica “absoluta”.¹⁴ Este método tão tremendamente devorador de contradições podia-se considerar – vale apenas aqui admitir que a “antecipada” identificação por Hegel com a sociedade burguesa, com seu estado, sua filosofia, sua religião e sua arte é uma violação do método revolucionário, sendo tal método nas mãos de Hegel sistematizador e conservador – como *aberto* para receber um conteúdo novo e tão plenamente contraditório com o movimento da classe e a revolução proletária. Lassalle e, durante algum tempo, Proudhon, acreditaram seriamente que o método poderia cumprir semelhante tarefa.

Marx e Engels viram claramente que os velhos odres da dialética idealista burguesa não serviam para o novo vinho do materialismo proletário. Conservaram, certamente, para os vários princípios metodológicos que desenvolveram em suas pesquisas do fenômeno social, o nome genérico de “dialética” (materialista) e também flertaram, às vezes, com a forma externa de expressão da filosofia hegeliana. Porém, materialmente, estilharam, no todo, com a filosofia idealista de Hegel. Colocaram a dialética sobre uma base materialista. E nessa “inversão” materialista do método de Hegel, extirparam também de sua forma tudo o que lhe correspondia de filosofia da restauração e que Marx, já em seu primeiro estudo detalhado da dialética hegeliana, quando esta ainda estava na moda, criticou o aspecto mistificador desta dialética¹⁵. A teoria do novo movimento revolucionário do século XIX não necessita, como a filosofia hegeliana da restauração, mover-se artificialmente para trás e para frente a fim de

¹⁴ Sobre a forma “restauradora” da filosofia hegeliana, cf. o apontamento de Marx do ano de 1843 e, para mais detalhes, minhas teses sobre “*Hegel und die Revolution*”, publicadas na ocasião do centenário da morte do filósofo em revistas alemãs e francesas. (nota de Karl Korsch).

¹⁵ Cf. sobre isto o extenso manuscrito “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” (1843) e seu posterior escrito remetendo a este trabalho em “*Epílogo, 1873*”. (nota de Karl Korsch).

apresentar seu novo conteúdo como restauração do velho. Tem que deixar que “os mortos enterrem seus mortos e chegar finalmente a seu próprio conteúdo”¹⁶. Como teoria proletária, e não mais burguesa, tem inclusive formalmente um caráter não mais filosófico, mas sim rigorosamente científico. Marx e Engels desenvolveram, partindo da dialética de Hegel invertida em sentido materialista e libertada de sua mistificação, os métodos de sua ciência materialista da sociedade¹⁷.

III

Marx adotou uma atitude muito diferente da tomada em relação a Ricardo e a Hegel quando tratou de outra tendência crítica formada em contraposição com a ciência social burguesa clássica e pós-clássica, a chamada “escola histórica”. Marx viu claramente desde o primeiro momento a natureza daquela tendência historiográfica romântica que, após o final da grande Revolução Francesa, junto com os socialistas e, em parte antes deles, lançou o primeiro ataque teórico contra os vitoriosos princípios burgueses. Em seu artigo “*O manifesto filosófico da escola histórica do direito*” e na análise hoje – precisamente hoje – todavia atual do “socialismo reacionário” no *Manifesto Comunista*, Marx desvelou o caráter radicalmente burguês desta tendência aparentemente “antiburguesa” e anticapitalista que critica a burguesia por produzir mais um proletariado revolucionário do que um proletariado em geral.

Também compreendeu realmente o que é o método “puramente histórico” da escola histórica em sua luta contra a pesquisa social anterior, principalmente teórica. Esta luta não foi dirigida contra os pressupostos burgueses contidos nas abstrações formalmente perfeitas dos teóricos burgueses clássicos, que não eram conscientes deles (diferentemente de seus herdeiros, com suas contribuições de menor importância, que já os utilizavam conscientemente para fins apologéticos). Os críticos “da escola histórica” compartilham plenamente a convicção dos teóricos burgueses no que respeita àqueles pressupostos. Sua luta dirigia-se contra a aplicação consequente daqueles princípios teóricos à situação presente, produzindo as *consequências críticas e “revolucionárias”* já

¹⁶ Karl Marx. *18 Brumário de Luiz Bonaparte*. (nota de Karl Korsch)

¹⁷ Aqui, novamente, chamo a atenção para o uso dos termos “ciência materialista da sociedade”, “rigorosamente científico” como expressão de recuo linguístico em relação ao seu texto anterior, de 1923, *Marxismo e Filosofia*. (nota do tradutor).

claramente enunciadas por economistas como Ricardo e por filósofos como Hegel. Estas “perigosas ideias”, contidas já satisfatoriamente nas teorias dos grandes pesquisadores burgueses da sociedade dos séculos XVII e XVIII e que haviam provado já sua força “negativa” e “destruidora” violenta de uma ordem social, podiam, segundo a ingênua maneira de pensar destes “historiadores”, ainda não recuperados do medo da grande revolução francesa, converter-se, novamente, em ideias violentas e perigosas. Neste sentido, podemos repetir agora as palavras do *Manifesto Comunista* sobre o socialismo reacionário, que critica a burguesia por “produzir o proletariado”; com a correspondente variação, podemos dizer em que consiste a hostilidade da escola histórica a toda “teoria” social: esta escola censura a pesquisa social burguesa clássica, sobretudo, por ter produzido uma teoria perigosa para a ulterior existência da ordem burguesa, mais do que por produzir uma teoria não histórica.

Em que pese sua taxativa recusa dos princípios teóricos e políticos da escola histórica, Marx percebeu também o progresso teórico que, em certo sentido, representou a aparição desta nova tendência. Graças à sua intensa dedicação ao estudo, primeiramente da sociedade feudal e em seguida dos estágios mais antigos, arcaicos, dos chamados “começos” da cultura, da arte, da economia etc., a escola histórica ampliou o campo da investigação social. Embora em 1842 Marx tenha escrito, zombando da paixão da escola, que esta “supõe que o barqueiro deva navegar, não rio acima, mas sim para a fonte”, em época posterior, viu Marx não somente o progresso teórico, mas também o crítico, vendo o futuro contido nesta tendência de voltar-se para épocas históricas e pré-históricas passadas: “A primeira reação contra a Revolução Francesa e contra a Ilustração, relacionada com ela”, escreve em março de 1868 a Engels, “foi, naturalmente, ver o todo medieval, romântico e nem sequer pessoas como Grimm estavam livres disto. A segunda reação – que corresponde à tendência socialista, ainda que estes cientistas não tenham ideia disto – consiste em olhar para além da Idade Média, à pré-história de cada povo. Então, surpreendem-se ao encontrar o mais novo no mais antigo, e até o *egalitarians to a degree*, onde até mesmo Proudhon se assustaria.

Essa frase, à qual poderiam ser acrescentadas várias semelhantes presentes nos escritos de Marx e Engels, permite ver o motivo principal da especial importância que teve para a formação da ciência social revolucionária do marxismo a pesquisa pré-

histórica, que então encontrava-se ainda no estágio de suas primeiras descobertas. O fato de que nesta época tornaram-se finalmente acessíveis ao conhecimento aquelas situações tão radicalmente distintas das existentes na sociedade moderna e que até então não puderam ser objeto senão de lendas e poesia, foi para Marx e Engels sinal de que a sociedade burguesa contém em seu presente estágio de desenvolvimento, as tendências a uma transformação mais radical do que as observadas em todas as anteriores revoluções do passado. Em troca, o paralelismo enunciado meio despreziosamente por Marx entre a situação “igualitária” da sociedade primitiva e a futura sociedade comunista tem muito escassa importância para o conjunto da concepção materialista da sociedade. A ideia de que Marx e Engels viram naquele estágio social “originário” uma antecipação real de uma situação futura e na futura sociedade comunista a restauração de um estágio remoto é incompatível com o princípio materialista da concepção marxista da história. Marx expõe a história da sociedade humana como um desenvolvimento das forças produtivas materiais que procede de formas de organização inferiores a formas de organização superiores. Vê, no moderno modo de produção capitalista, com seu gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, que supera amplamente todas as épocas anteriores, o fundamento material imprescindível da transição à sociedade socialista e comunista, transição iniciada pela revolução da moderna classe dos trabalhadores industriais.

Marx e Engels, rompendo com a unilateral ideia corrente de progresso, mostraram nas formas mais distantes, “selvagens” e “bárbaras” da vida social que precederam a moderna sociedade civilizada burguesa, junto com sua miséria, obscurantismo e atraso, também formas que se diferenciam vantajosamente das atuais condições “civilizadas”. Assim, continuaram a “crítica à civilização”, tal como já antes deles, os primeiros grandes socialistas utópicos, sobretudo Charles Fourier, começaram o ataque à satisfeita e segura autoconsciência burguesa.¹⁸ Marx e Engels identificaram na investigação da pré-história um fundamento imprescindível de sua pesquisa materialista da sociedade presente. Sublinharam que algumas formas básicas das atuais

¹⁸ Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Em nota de pé de página, Engels corrobora sumariamente as profundas ideias de Fourier sobre a contraposição entre a sociedade civilizada e as formas de vida pré-históricas. (nota de Karl Korsch).

circunstâncias sociais não se podem iluminar cientificamente a não ser pelo estudo cuidadoso da sociedade arcaica, de seu desenvolvimento e dissolução, bem como das diversas formas de sua transição aos sistemas sociais posteriores baseados na propriedade privada e na contraposição de classe. Por exemplo, para explicar cientificamente os restos da propriedade coletiva e dos vários tipos originais da propriedade grega, romana, celta, eslava que ainda se conservam em períodos históricos posteriores, é necessário remontar-se às várias formas arcaicas de propriedade coletiva e aos diversos modos de sua dissolução. Porém, antes de tudo, o conhecimento daquelas formas não burguesas da sociedade pré-histórica, permite ao pesquisador moderno imaginar um desenvolvimento da sociedade moderna que conduza para além do estágio atual burguês não só, evolutivamente, em tal ou qual ponto, mas também, revolucionariamente, a uma situação geral futura igualmente não-burguesa.

Com respeito à distância do presente estágio social, os resultados dessa transformação corresponderão não já simplesmente à Idade Média ou à Antiguidade, mas sim a um passado longínquo, sem ponto de contato algum com o presente mundo burguês. Esta afirmação cumpre duas funções importantes no marco da teoria marxista. Primeiro, combate a ilusão de que a revolução proletária possa-se realizar amanhã e mais ainda, com escasso gasto de lutas e destruições. Segundo, põe a sociedade comunista de um modo já visível, sem dúvida como uma época distante, porém, já determinada, fechada, por assim dizer, do desenvolvimento futuro da humanidade, do mesmo modo que aqueles estágios primitivos anteriores a todas as formas burguesas de vida estão, sem dúvida, muito distantes no tempo, não se encontram, contudo, além da história real da humanidade. Porém, afora isto, a *sociedade comunista do futuro* não tem nada de parecido com aquelas situações pré-históricas. Do mesmo modo que, de outro ponto de vista, possa-se dizer que a situação “primitiva” dos atuais “povos selvagens” ou as conexões reveladas por Freud entre a presente parte “inconsciente” da estrutura psíquica do homem moderno burguês e motivos dos estágios primitivos não tem por que apresentar a menor coincidência nem com aqueles estágios primitivos nem com a sociedade futura. O conteúdo real e as formas reais da futura sociedade comunista, não se podem determinar por nenhuma analogia, senão, como qualquer outra realidade, ou

seja, empiricamente¹⁹, o que, neste caso, quer dizer, a partir do desenvolvimento histórico e a ação humana e social.

¹⁹ O uso do termo “empiricamente” pode conduzir à interpretação de que Korsch esteja fazendo referência aos procedimentos científicos de pesquisa, que demandam dados empíricos e procedimentos experimentais. Na verdade, o “empiricamente”, tal como Korsch o está empregando, remete ao desenvolvimento histórico, “concreto” das relações sociais humanas, que não são passíveis de experimentações empíricas. Seria, portanto, mais correto substituir a expressão “empírico”, por desenvolvimento histórico, concreto. Esta linguagem é mais adequada ao método dialético e ao materialismo histórico. Como se vê, a observação aqui feita não é com relação ao conteúdo, mas sim, à forma, ou seja, à linguagem empregada por Korsch. (nota do tradutor).

BREVE INTRODUÇÃO À TEORIA MARXISTA DAS CLASSES SOCIAIS E DO ESTADO

Lisandro Braga*

De imediato, a principal questão que nos apresenta é: existe uma concepção de classes sociais na gigantesca produção teórica de Karl Marx? Sabemos que não há em toda a sua obra uma sistematização teórica pronta e acabada das classes sociais, nem nas sociedades pré-capitalistas, nem no capitalismo. O que há é um esboço teórico dessas e no caso do capitalismo uma teoria incompleta e com lacunas (VIANA, 2012). Então, de que maneira proceder para buscar uma concepção teórica das classes sociais na obra de Karl Marx?

Nessa busca, trilharemos os árduos, porém necessários, caminhos apontados pela elucidativa análise de Nildo Viana, presente na obra *A teoria das classes sociais em Karl Marx* (2012), ou seja, juntando as peças do quebra-cabeça e reconstruindo um esboço da teoria das classes sociais em Karl Marx¹ em todas as sociedades classistas analisadas por esse intelectual engajado. Isso significa dizer que:

É necessário realizar uma leitura rigorosa das obras de Marx, focalizando aquelas em que desenvolveu mais a sua abordagem das classes e estando atento para as análises e complementos em outras obras, não perdendo de vista o processo de desenvolvimento das teses do autor, que não são estáticas, embora também não sejam a cada período radicalmente diferente umas das outras. Também é preciso estar atento ao período em que Marx viveu, os autores que o inspiraram, as problemáticas da época, as ideologias e concepções existentes, a coerência interna de seu discurso, a sociedade de sua época, entre outros elementos, visando entender o que ele quis dizer ao invés de atribuir a ele o que pensamos, como os maus intérpretes fazem. Assim, observar o contexto histórico, cultural e discursivo da obra é fundamental para evitar as deformações e interpretações equivocadas (VIANA, 2012, p. 08).

Sendo assim, será de extrema necessidade metodológica, como o próprio Marx apontava, e também o faz Viana, encontrar um fio condutor coerente e bem fundamentado que perceba as questões fundamentais expostas por Karl Marx em suas

* Cientista político e sociólogo, professor de Teoria Política/UFMS e militante do Movimento Autogestionário/MovAut.

¹ Para isso utilizaremos de diversas citações das obras de tais autores (Marx e Engels).

obras e que permita uma análise e interpretação/consciência correta da realidade, isto é, de sua teoria das classes sociais. Nesse sentido, faremos aquilo que Karl Korsch (2008) alertava para melhor compreender o pensamento de Marx e o próprio marxismo: aplicá-lo a si mesmo.

A primeira abordagem teórica de Marx sobre as classes sociais foi realizada na obra *A Ideologia Alemã* (1984) e, por conseguinte, é com essa obra que iniciaremos nosso percurso. Nessa obra, outros conceitos se apresentam como sendo de suma importância para responder à pergunta: o que é uma classe social? Trata-se dos conceitos de divisão (social) do trabalho e modo de produção da vida. Segundo Marx:

as diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diferentes de propriedade; ou seja, cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que respeita ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (1984, p. 17).

Aqui é possível perceber a importância fundamental do conceito de divisão social do trabalho visto que este equivale a diferentes formas de propriedade, determinando as relações entre os indivíduos no processo de produção. Seguindo o raciocínio de Marx, percebe-se que o conceito de modo de produção da vida, também, é essencial (primeiro ato histórico), pois amplia a compreensão da relação existente entre divisão social do trabalho e classes sociais. Vejamos como ele coloca essa questão:

a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente como dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo da cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma *força produtiva*; e que a quantidade das forças acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e, portanto a *história da humanidade* tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX e ENGELS, 1984, p. 32-33).

Apesar do conceito de *modo de produção* ainda não se encontrar completamente desenvolvido nessa obra, já é possível visualizar a importância do mesmo na compreensão de toda essa discussão, pois este possui no seu interior um determinado modo de cooperação equivalente à determinada configuração da divisão social do trabalho, uma força produtiva. A análise de Marx demonstrará que divisão social do

trabalho e propriedade são expressões idênticas, já que “[...] numa enuncia-se em relação à atividade o mesmo que na outra se enuncia relativamente ao produto da atividade [...]” (1984, p. 37). Precedendo essa citação encontra-se “uma das passagens mais importantes de toda a obra de Marx, que, curiosamente, caiu no esquecimento ou não foi devidamente considerada em sua importância” (VIANA, 2012, p. 26), pois ela aponta elementos importantíssimos na compreensão segundo a qual a divisão social do trabalho é essencial (a chave) para a compreensão do processo de exploração (de uma classe sobre outra):

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e, portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho alheia” (MARX e ENGELS, 1984, p. 36 e 37).

Com a divisão social do trabalho está dada a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo, em outras palavras, a contradição entre o interesse do proprietário e o interesse do não proprietário. É exatamente por conta dessa contradição que o interesse comum “assume uma forma autônoma como estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória [...]” (MARX e ENGELS, 1984, p. 37). Aqui, uma vez mais, Marx apresenta elementos que apontam para a conclusão segundo a qual é a divisão social do trabalho quem gera o antagonismo entre interesses sociais diversos, que coage a classe proprietária a se apropriar do poder político da sociedade através da regularização das relações sociais pelo estado e esse, como não poderia deixar de ser, é composto, também por indivíduos interessados e que compõem outra classe social engendrada pela divisão social do trabalho. No capitalismo, trata-se da burocracia estatal. Mais adiante realizaremos uma discussão sobre essa classe social.

A divisão social do trabalho constrange os indivíduos a exercerem atividades que não foram escolhidas por eles mesmos e, portanto, se apresenta como uma força

estranha, opositora e sobrepujante que escapa ao próprio domínio do indivíduo. Dessa maneira,

assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência [...] Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto como força objetiva acima de nós, que escapa ao nosso controle, contraria as nossas expectativas e aniquila os nossos cálculos, é um dos fatores principais no desenvolvimento histórico até os nossos dias (MARX e ENGELS, 1984, p. 39).

A partir dessa passagem nossa compreensão começa a se ampliar, pois nela, mais do que nunca, está claro que é a divisão social do trabalho, a fixação do indivíduo em uma atividade que suscita o pertencimento de classe e esse ocasiona o conflito de interesses, inclusive, de interesses de classes antagônicas (VIANA, 2012). A expansão da divisão social do trabalho promove o surgimento das classes sociais e assim tende a continuar ocorrendo. No entanto, ainda nos resta responder o que Marx compreende como sendo uma classe social? O que é uma classe social na teoria marxista?

Segundo Marx (1984), a primeira e grande divisão social do trabalho (separação entre trabalho material e trabalho intelectual) foi promovida pela separação entre cidade e campo. Na primeira emerge a necessidade da administração, controle, repressão, cobrança de tributos, da organização municipal, em suma da política em geral.

Aqui se revelou primeiro a divisão da população em duas grandes classes, a qual assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é já a realidade da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão. O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada (MARX e ENGELS, 1984, p. 64).

Nessa obra Marx já apresenta três condições para a constituição do pertencimento de classe e que nos permite identificar sua concepção de classe social: possuir um modo de vida comum (*modo de vida da classe*), interesses comuns (*interesses de classe*), e o estabelecimento de enfrentamento/aliança (*enfrentamento/aliança entre classes*) com outras classes sociais.

Aplicando estes elementos na compreensão da nascente burguesia como classe social, Marx apresenta de forma extremamente elucidativa sua concepção:

os burgueses de todas as cidades eram obrigados, na Idade Média, a unir-se contra a nobreza rural para salvarem a pele; a expansão do comércio, o estabelecimento de comunicações, levou as diferentes cidades a conhecer outras cidades, as quais tinham afirmado os *mesmos interesses* na luta contra o *mesmo contrário*. Das muitas corporações locais de burgueses tornaram-se, ao mesmo tempo, pelo antagonismo contra as relações vigentes, e pelo tipo de trabalho por aquelas condicionado, condições que a todos eles eram *comuns* e independentes de cada um deles. Os burgueses tinham criado estas condições na medida em que haviam cortado com o vínculo feudal, e foram por elas criados na medida em que foram condicionados pelo seu antagonismo contra a feudalidade que já encontravam vigente. Com o estabelecimento da ligação entre as diferentes cidades, estas *condições comuns* desenvolveram-se e tornaram-se *condições de classe*. As *mesmas condições*, o *mesmo contrário*, os *mesmos interesses*, tinham também de dar origem, por toda a parte e dum modo geral, a *costumes iguais* [...] Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma *luta comum contra uma outra classe*; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe a sua posição na vida – e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal -, estão subsumidos na classe (MARX e ENGELS, 1984, p. 82-83).

Dessa forma, a concepção de classe social esboçada por Marx nessa obra aponta para a conclusão segundo a qual é a divisão social do trabalho, derivada do modo de produção dominante, a responsável por gerar as classes sociais que passam a ser compostas por indivíduos que possuem modo de vida comum, determinadas por um conjunto de atividades fixadas socialmente, e que começam a deter interesses comuns e enfrentamentos a outras classes sociais (VIANA, 2012; MAIA, 2013). Juntamente com essa conclusão, constata-se, também, que

uma classe social significa que os indivíduos que a compõem possuem o mesmo modo de vida, já que suas condições de vida, oposição a outras classes, interesses, costumes e representações são compartilhados por todos os seus componentes. Daí se percebe que as classes sociais não são “construções arbitrárias” da mente humana e sim uma determinada relação social que é manifestação da vida de indivíduos reais. Também se percebe que o conceito de classes em Marx é relacional, uma classe só existe em relação com outras classes sociais, através da oposição e da luta. Esse modo de vida comum gera também costumes e representações semelhantes (VIANA, 2012, p. 30).

Vale ressaltar um aspecto de extrema importância na compreensão de Karl Marx sobre as classes sociais e seu papel na conservação ou transformação radical de um modo de produção. Trata-se do papel de destaque no qual o proletariado assume no modo de produção capitalista. Nessa obra, ele resgata alguns elementos que já estavam presentes

na *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*, isto é, a de que o proletariado é o agente da transformação social e emancipação humana geral:

para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral. Uma esfera social particular terá de surgir como o crime notório de toda a sociedade, a fim de que a emancipação de semelhante esfera surja como uma emancipação geral. Para que uma classe seja classe libertadora *par excellence*, é necessário que outra classe se revele abertamente como a classe opressora (MARX, 2008, p. 18).

Em que classe social e porque razões se encontraria então a potencialidade da emancipação? Marx responde:

Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua carácter universal porque os seus sofrimentos são universais, e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não se pode emancipar a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em suma, a perda total do homem, portanto, só pode redimir-se a si mesma mediante uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (MARX, 2008, p. 20).

A tese segundo a qual a emancipação do proletariado representa a emancipação de toda a humanidade foi inicialmente esboçada na introdução dessa obra, mas também aparece em diversas outras como, por exemplo, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) que assim a expressava:

Da relação do trabalho alienado com a propriedade privada também decorre que a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de *emancipação dos trabalhadores*; não no sentido de só estar em jogo a emancipação destes, mas por essa emancipação abranger a de toda a humanidade. Pois toda servidão humana está enredada na relação do trabalhador com a produção, e todos os tipos de servidão são somente modificações ou corolários desta relação (MARX, s/d).

É comum nos depararmos com a absurda afirmação segundo a qual Marx só visualizava a existência de duas classes sociais na sociedade capitalista. Tal absurdo se deve à existência de milhares de mal-leitores e até mesmo não-leitores de Marx, dispostos a se posicionarem como aqueles que sabem realmente o que ele “disse ou não disse” e não, pelo contrário, interpretar e analisar de forma aprofundada a imensa análise realizada por esse autor. Nesse verdadeiro processo de simplificação e cristalização ideológica se “passa por cima de inúmeros textos, inúmeras afirmações, passa por cima da complexidade e até sobre a autoridade do próprio autor (onde os textos deixam de ter validade para fundamentar a interpretação) [...]” (VIANA, 2012, p. 38). Em diversas obras, Marx apresenta uma grande quantidade de distintas classes sociais tanto no período pré-capitalista, quanto no próprio capitalismo, porém, para mal-leitores e não-leitores, identificar isso é um trabalho quase impossível, quando não evitado propositalmente. Uma simplificação que, no mundo de inversões, se torna uma arma (de plástico) contra uma suposta análise simplificadora.

A título de exemplificação que contraria tais análises, nos contentaremos em apresentar brevemente diversas outras classes sociais, além das classes fundamentais, tão-somente na obra *O capital* de 1867². Conforme já havia constatado Marx, a história da humanidade é a história da luta de classes, tal constatação foi mencionada em obras anteriores a *O capital*, contudo, é nessa obra que ele dedica uma análise pormenorizada sobre o processo de exploração de uma classe social sobre outra no capitalismo, sobre a luta de classes entre suas classes fundamentais (burguesia e proletariado), suas implicações na formação de outras classes (por exemplo, o lumpemproletariado), suas tendências e contra tendências, suas possibilidades, tal como a da construção concreta do comunismo etc. Em linhas gerais, é a partir dessa obra que se torna possível a visualização do seu esboço de uma teoria das classes sociais no capitalismo.

No primeiro prefácio de *O capital*, escrito por Marx em Londres, no dia 25 de julho de 1867, e equivalente à primeira edição dessa obra, é possível extrairmos alguns

² Para constatar a existência de diversas classes sociais na obra de Karl Marx Cf. (MARX, 1985; MARX, 2007; MARX, 1997; MARX, 2008; MARX & ENGELS, 1998; MARX & ENGELS, 1984; VIANA, 2012).

elementos importantíssimos, todavia não suficientes, para seguirmos juntando as peças do quebra-cabeça. Nesse, Marx assim se expressava:

para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (1985, p. 13).

Aqui, conforme já nos alerta Maia (2011) em sua obra *As classes sociais em O capital*, é possível apreendermos algumas questões importantíssimas, quais sejam: toda pessoa/indivíduo anuncia determinadas categorias econômicas, expressam relações de classe específicas logo, portam determinados interesses. E mais, tal pessoa se encontra envolvida em relações de classe, quer queira quer não, sendo condicionada socialmente pelas mesmas, quer tenha ou não consciência disso, e não pode ser compreendida fora da totalidade dessas relações sociais. Buscaremos, a partir dessas constatações, apreender algumas das classes sociais apresentadas em *O capital* (1985).

Sendo leal à própria tese segundo a qual é na produção material da vida (determinação fundamental) que devem ser buscadas as múltiplas determinações das diversas relações sociais existentes em uma dada sociedade é que Marx terá como ponto de partida nessa obra a análise da produção capitalista de mercadorias, ou seja, das relações sociais envolvidas no processo de produção de mais-valor. Aquela força estranha impetuosa que escapa ao controle dos produtores e que é utilizada objetivamente pela classe proprietária dos meios de produção. Por conseguinte, é sobre a *relação-capital* que iniciaremos nossa análise sobre as classes no capitalismo. Porém, não realizaremos aqui uma análise detalhada sobre as classes fundamentais³ no capitalismo, pois esta tarefa já

³Nossa compreensão do que vem a serem as classes fundamentais de um modo de produção (feudal, capitalista etc.) se fundamenta na definição segundo a qual “as classes sociais fundamentais são aquelas que são constituídas pelo modo de produção dominante, tal como Marx deixou claro em várias passagens. Outras classes sociais são aquelas ligadas às demais relações de produção ou às relações de produção anteriores. Estes casos manifestam determinada divisão social do trabalho, na qual as atividades produtivas e de apropriação estão presentes e distinguem as classes sociais. Porém, isto não esgota a divisão social do trabalho. Esta se estende para outras relações sociais, promovendo atividades específicas voltadas para a

foi laborada em outro momento (BRAGA, 2013), mas apenas apresentaremos seus traços gerais.

Toda e qualquer sociedade deve, para continuar existindo, produzir suas condições materiais de existência e, no caso da sociedade capitalista, essa é garantida através da produção de mercadorias que possuem valor de uso e de troca. Essa atividade produtiva equivale ao fundamento (base, alicerce) da divisão social do trabalho dessa sociedade. Portanto, a produção de mercadorias é realizada através das relações sociais de produção estabelecidas entre as classes sociais diretamente envolvidas nessa atividade fundamental, isto é, entre a classe produtora e a classe não produtora e expropriadora. Em outras palavras, entre o proletariado e a burguesia.

Sendo assim, compreender o processo de produção de mercadorias equivale a buscar compreender quem são e como se relacionam as classes sociais fundamentais dessa divisão social do trabalho capitalista. Para isso, precisamos esclarecer a singularidade da produção de mercadorias no capitalismo, isto é, ser produtora de mais-valor. Mas, antes mesmo de compreendermos o que é o mais-valor, precisamos, primeiramente, questionar: O que determina o valor de uma mercadoria? Responder a essa questão foi um dos propósitos fundamentais do desenvolvimento da obra *O Capital* (1867) de Karl Marx. Para esse autor, a resposta a essa questão passa necessariamente pela constatação segundo a qual toda mercadoria é produto do trabalho humano e que o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção possui relação direta com a determinação do seu valor.

A mercadoria possui valor de uso e valor de troca. Como valor de uso ela se caracteriza por ter utilidade, por servir para determinadas finalidades e como valor de troca ela equivale a produto destinado a ser comercializado no mercado, trocado por

reprodução das relações de produção. Sendo assim, as demais classes são derivadas das relações de produção e se incluem no que Marx denominou “superestrutura”, tal como o Estado, as formas “ideológicas”, etc. formando as classes sociais improdutivas. Marx desenvolve isso de forma mais profunda no caso do capitalismo, mas faz algumas breves referências a outros modos de produção onde existiriam tais classes. No caso do capitalismo, as referências são mais abundantes. Porém, resta saber o que determina a existência dessas classes, já que não formam uma única classe social. Isto vai depender de sua relação com o modo de produção dominante” (VIANA 2012, p. 67-68).

dinheiro. Toda mercadoria ao expressar seu valor de uso mostra o que a distingue de outras mercadorias. Portanto,

No processo de troca, uma mercadoria possui um valor equivalente ao de outras mercadorias. Uma casa pode valer 03 carros, 50 bicicletas, e assim por diante. Isto quer dizer que 50 bicicletas vale o mesmo que 01 casa e 03 carros e 03 carros valem 50 bicicletas e 01 casa. O que se deduz daí é que essas três mercadorias diferentes expressam algo que é igual. Há algo comum e da mesma grandeza entre as três mercadorias e não é o valor de uso, pois são mercadorias bem diferentes uma da outra, com utilidades distintas. O que existe em comum entre estas três coisas é uma terceira coisa, que não é o valor de uso e nem o valor de troca. Como valores de uso, são objetos diferentes, com diferentes utilidades, o que significa que são diferenças qualitativas. Como valores de troca, possuem – enquanto unidade – valores diferentes, que é uma diferença quantitativa. Essa terceira coisa é o trabalho humano. As mercadorias são produtos do trabalho humano e essa é sua “propriedade comum” (Marx, 1988c) [...] (VIANA, 2012, p. 98-99).

Nessa trajetória, verifica-se que o que existe em comum em todas as mercadorias, que é o fato de serem produtos do trabalho humano e, portanto contêm determinada quantia de trabalho humano materializado, calculado em tempo de trabalho gasto na sua produção e que define seu valor de troca. Contudo, não se trata aqui de tempo de “trabalho concreto” despendido por trabalhadores individualmente, mas sim tempo de “trabalho abstrato”, isto é, trabalho social médio, pois,

o trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho humano geral. Essa abstração do trabalho humano geral existe no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro etc. É trabalho simples, ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou de outra forma. O caráter desse trabalho médio é, ele próprio, diferente em diferentes países e épocas culturais, contudo aparece como dado em uma determinada sociedade (MARX, 1982, p. 33).

Dessa maneira, no capitalismo todas as mercadorias possuem em comum o fato de conterem em seu valor acréscimo de mais-valor materializado e que pode ser medido pelo tempo de trabalho despendido na sua produção. No entanto, tal acréscimo de valor não é perceptível na aparência da mercadoria, mas sim na sua essência que consiste em ser expressão de trabalho social e que só se realiza e se revela na relação social entre mercadorias. O valor de uma mercadoria conseqüentemente é determinado pela

quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la (MARX, 1985; VIANA, 2012). Resta agora sabermos de que jeito o trabalho acrescenta mais-valor à mercadoria. Na tentativa de respondermos a essa questão é que nos deparamos com a forma como as classes fundamentais do capitalismo se relacionam. Vejamos.

Ao longo do processo produtivo de mercadorias, os custos gerados pela aquisição de matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc. (trabalho morto) devem ser repassados, visto que o propósito essencial dessa produção é o lucro. No entanto, tais elementos constituintes do trabalho morto não geram valor, pois somente o trabalho vivo, a força de trabalho (mercadoria) é que, no ato do seu consumo materializa o mais-valor, isto é acrescenta mais-valor no processo produtivo. Aqui consiste a singularidade do modo de produção capitalista de mercadorias. Nesse, o valor da força de trabalho também é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua (re) produção e manutenção, ou seja, na garantia dos meios de sobrevivência necessários para a reprodução do indivíduo e da sua força de trabalho. Todavia, a burguesia não está interessada em uma produção que apenas repasse os custos do trabalho morto e gere o necessário para o pagamento de salários, pois dessa forma não há produção de capital, seu desígnio fundamental. A classe burguesa só se interessa nessa reprodução da força de trabalho porque nessa contêm o segredo da produção capitalista: ser mercadoria que ao se consumir acrescenta mais-valor na produção. Logo, o processo de produção capitalista de mercadorias equivale a um processo de expropriação de horas de trabalho não remunerada, pois o montante do tempo de trabalho que não o utilizado para tais repasses consiste em tempo para a produção de mais-valor (exploração do trabalho).

Por ser marcado necessariamente pela exploração do trabalho e por conta das contradições derivadas da própria acumulação (concentração/centralização de capital, concorrência entre capitais, ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, tendência decrescente da taxa de lucro, maior disputa em torno do tempo de trabalho entre burguesia e proletariado etc.)⁴ é que a produção capitalista é marcada pela luta de classes entre suas classes fundamentais. Das necessidades derivadas de todo esse

⁴ Para uma melhor compreensão da dinâmica da produção capitalista de mercadorias, suas tendências e contra tendências, contradições, possibilidades etc. conferir a totalidade da obra *O capital* de Karl Marx.

processo (maior controle do proletariado, gerência e administração burocrática da fábrica, legislações favoráveis à acumulação, repressão das lutas operárias etc.) e da própria dinâmica da luta de classes (a questão do desemprego e do lumpemproletariado, por exemplo) surge a crescente tendência de formação de novas classes sociais.

A burocracia, por exemplo, é uma classe social que surge com o capitalismo, mas que no primeiro regime de acumulação (o regime de acumulação extensivo) ela ainda se apresentava de forma incipiente, numericamente reduzida e com papel político pouco influente. Em algumas passagens da obra *O 18 Brumário* (1997) já é possível notar que Marx estava atento a isso e percebia a expansão da burocracia estatal francesa, “esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do estado, abrangendo amplas camadas com um *exército de funcionários* totalizando meio milhão” (1997, p. 125. *Itálicos meus*). No entanto, essa percepção ainda se apresentava de forma incipiente como não poderia deixar de ser. Todavia, analisando a história do capitalismo a partir da sucessão dos regimes de acumulação⁵ nota-se um avanço numérico dessa classe social, o surgimento de suas frações de classe (burocracia partidária, sindical etc.), da sua força política, assim como de suas ideologias (VIANA, 2012).

Sendo uma classe social, a burocracia possui um modo de vida comum, interesses derivados desse modo de vida que ora entram em aliança, ora entram em conflito com interesses de outras classes sociais. Mas a que se vincula o modo de vida de um burocrata?

O modo de vida de um burocrata está intimamente ligado ao processo de controle, gestão, domínio, direção e este é realizado diretamente ou via mediação de regulamentos, regimentos, ofícios, formulários, tecnicismo, especialização, culto à autoridade, conformismo, planificação, identificação com a organização/empresa/instituição, reuniões, hierarquias, formalismo, sigilo burocrático etc. Este é o seu papel na divisão social do trabalho da sociedade capitalista (VIANA, 2012, p. 246).

No caso da burocracia estatal seu modo de vida tem a especificidade de estar vinculado com a função que exerce o estado na sociedade capitalista, assim como seus interesses e enfrentamentos com outras classes derivam dessa função. Portanto, para

⁵ Sobre a história do capitalismo como uma sucessão de regimes de acumulação Cf. (VIANA, 2009).

seguirmos é essencial uma discussão sobre o papel do Estado na sociedade capitalista e para isso é importante não nos iludirmos com toda uma tradição interpretativa no campo do “marxismo” que acabou por transformar o par-conceitual “infraestrutura” e “superestrutura” em uma espécie de “esquema básico” do suposto materialismo histórico que, ao invés de contribuir para a compreensão totalizante da sociedade, acaba por impedir tal compreensão (KORSCH, 2008; VIANA, 2007).

Pouquíssimas vezes Marx recorreu a esse par conceitual e quando o fez no prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política* (1977) tratou de explicitar que suas observações não passavam de uma “conclusão geral resumida” e que servia apenas como “fio condutor”. Ao que tudo indica e aponta Althusser (1983), Marx utilizou esse par-conceitual apenas para fins de “interesse teórico-pedagógico”.

O capítulo intitulado *Para uma teoria das formas de regularização das relações sociais*, presente na obra *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico dialético* (2007), de Nildo Viana, apresenta uma discussão importantíssima sobre toda essa problemática e que ilustra de forma suficiente “a construção do texto de Marx” e a presença das “relações existentes entre” “infraestrutura” e “super-estrutura”:

[...] elevação, constituição, correspondência, condicionamento, determinação, contradição, alteração etc., e outras no interior delas: correspondência, desenvolvimento, contradição, transformação etc. Isto comprova a existência de uma relação concreta entre as duas noções, mas estas não são conceitos e sim noções ou construtos que não manifestam nenhuma realidade, apenas ilustram uma relação entre elementos desta (VIANA, 2007, p. 71).

A proposta de Viana nesse capítulo vem preencher essa lacuna existente na teoria marxista da sociedade, na qual o estado é parte integrante, dando conta de toda a totalidade pretendida e expressa por Marx nas relações entre esse par-conceitual. Tal proposta se realiza no desenvolvimento do conceito *Formas de Regularização das Relações Sociais*. Assim como em Marx, tais formas englobam desde o estado (a forma de regularização das relações sociais fundamental de toda sociedade classista) e suas instituições estatais, passando pelas instituições privadas (escolas, igrejas, partidos, sindicatos etc.), pelos regulamentos legais e o direito, até a sociabilidade, as ideologias e a cultura em geral. No fundo não existe nenhuma esfera social na qual o estado não exerça seu domínio. Ele é a expressão máxima de toda alienação/heterogestão social.

Assim, as formas de regularização das relações sociais regularizam desde as relações de produção até todo o conjunto das relações sociais derivadas do modo de produção (VIANA, 2007). Nessas sociedades, o estado é a principal forma de regularização das relações sociais, pois ele deve e busca controlar todas as formas privadas de regularização das relações sociais, visando influenciar no seu funcionamento e no conjunto das relações de produção. Tudo isso com o propósito fundamental de garantir a reprodução das relações sociais capitalistas, ele procura regularizar a produção de capital e todas as demais formas de regularização das relações sociais.

O Estado realiza toda essa complexa e totalizante tarefa a partir de seres humanos reais: os funcionários das formas de regularização das relações sociais (VIANA, 2007). Essas também sofrem uma divisão social do trabalho improdutivo (que não produz mais-valor) e assim gera um conjunto diverso de funcionários que darão sustentação real a tais formas, ocupando e desenvolvendo da melhor forma possível as instituições burguesas. Portanto, esses compõem novas classes sociais, nas quais a burocracia (estatal, partidária, sindical, universitária etc.) cumpre o papel de dirigente nessas instituições (empresas capitalistas, estado, partidos políticos, sindicatos, universidades, igrejas etc.).

Resumindo, as formas de regularização são determinadas relações sociais reais realizadas por indivíduos reais que utilizam determinados meios materiais com o objetivo de reproduzir as relações de produção dominantes e que são engendradas pelo modo de produção dominante. Acontece que as contradições de classe do modo de produção se reproduzem nestas formas de regularização. Estas também são responsáveis pela formação de novas classes sociais que se envolvem na luta das classes fundamentais e assim torna mais complexa a luta de classes (VIANA, 2007, p. 76).

O conceito de formas de regularização das relações sociais promove uma maior elucidação das relações sociais que se estabelecem entre o modo de produção capitalista e as demais formas de regularização das relações sociais capitalistas. Ao nos referirmos ao estado capitalista estamos, portanto nos referindo a essa principal forma de regularização das relações sociais que se concretiza no trabalho dirigente da burocracia estatal. Vejamos, portanto qual a finalidade fundamental desse trabalho dirigente.

O estado capitalista deve ser compreendido como um instrumento complexo no qual contêm desde sua origem um propósito fundamental, uma finalidade determinada.

Tal finalidade foi apresentada diversas vezes na teoria marxista do estado, a partir da constatação segundo a qual o estado é um estado de classe, expressão dos interesses da classe dominante e conseqüentemente não poderá servir aos interesses do proletariado, classe antagônica à burguesia e a essa forma de regularização das relações sociais (VIANA, 2003; POGREBINSCHI, 2009). O estado sempre foi, pois é da sua essência, uma instituição que nasceu para tornar regular a exploração e opressão de uma minoria proprietária sobre uma imensa maioria desprovida de propriedade e, exatamente por isso, não se pode pensar na possibilidade de sua utilização para garantir os interesses das classes exploradas e desprivilegiadas conforme pretendem sociais democratas e bolcheviques, pois sua finalidade exclusiva é tornar regular a acumulação capitalista. Segundo Marx,

a burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do estado moderno não passa de um comitê para gerir os assuntos comuns de toda a burguesia (MARX e ENGELS, 1997, p. 12).

O caráter de classe de um Estado se define pela sua determinação fundamental, isto é, pelo modo de produção de determinada sociedade. Portanto, no caso do modo de produção capitalista, o estado só pode ser um estado capitalista. As relações de produção dominantes que são relações de classe é que formam o estado e “é a dominação de classe na esfera da produção que constitui o estado e lhe determina [...] as relações de produção capitalistas envolvem e subordinam o estado” (VIANA, 2003, p. 28-29).

Nesse sentido, é que devemos entender o estado capitalista, ou conforme definiu Engels: “o capitalista coletivo ideal”, pois desde sua constituição em estado absolutista ele interfere nas relações de produção e distribuição buscando garantir as condições de reprodução das relações de produção capitalistas. É o estado o responsável por garantir infraestrutura (estradas, ferrovias, hidrelétricas, parques industriais etc.), por garantir empréstimos aos empresários, por adotar uma política tributária favorável aos capitalistas e seus negócios, por salvar os banqueiros transnacionais em períodos de recessão econômica, por “perdoar” dívidas milionárias da burguesia (nacional e internacional) tornando-as públicas, é ele o responsável por transferir na contemporaneidade boa parte das empresas estatais altamente lucrativas para a iniciativa capitalista privada, assim como é ele quem garante a manutenção da

propriedade privada e da sociabilidade capitalista, evitando o avanço e radicalização das lutas sociais, a partir do controle e ordenação dos aparatos repressivos do estado e sua ferocidade, que costuma bloquear qualquer tentativa de luta auto-organizada e, fundamentalmente, as lutas com tendências anticapitalistas.

A questão da repressão estatal também foi um dos temas frequentes em diversas passagens da obra de Marx e que reforça o caráter burguês do estado capitalista. Sobre essa questão,

realmente, Marx, em *A luta de classes na França*, referiu-se à república burguesa de 1848 como: “ela não pode ser mais do que o domínio aperfeiçoado e mais puramente desenvolvido de toda a classe burguesa... a síntese da Restauração e da monarquia de julho. Tema também frequente nos escritos de Marx sobre o assunto é o ponto em que essa forma de Estado chega a ser repressiva e brutal tão logo seus sustentadores e beneficiários se sentem ameaçados pelo proletariado. Com os dias de junho em Paris, a República, escreveu Marx no mesmo texto, “surgia em sua forma pura, como o Estado cujo propósito confesso é perpetuar o domínio do capital e a escravidão do trabalho”; e “domínio burguês, isento de todas as amarras, era transformado, ao mesmo tempo, inevitavelmente, em terrorismo burguês”. No mesmo tom, Marx escreveu em *A guerra civil na França*, 20 anos depois, que o tratamento dispensado aos *communards* pelo governo de Thiers mostrava o que queria dizer “a vitória da ordem, justiça e civilização”: “A civilização e a justiça da ordem burguesa surgem à luz do dia sempre que os escravos e trabalhadores dessa ordem se levantam contra seus senhores. É então que essa civilização e justiça revelam-se como indisfarçável selvageria e implacável vingança” (MILIBAND, 1979, p. 74).

A repressão é uma das principais formas de ação do Estado visando conter a luta das classes exploradas para impedir a ruína das relações sociais burguesas. Nesse sentido, o Estado é em si mesmo expressão da luta de classes, demonstrando seu caráter burguês, bem como o papel da burocracia como classe auxiliar da burguesia no processo de dominação. É no estado capitalista que se revela o poder de classe da burguesia mediado pela burocracia estatal.

No regime de acumulação integral, essa classe se apresenta como uma das classes mais poderosas e perigosas para o proletariado, o lumpemproletariado e suas lutas mais radicalizadas, visto que ela tem a “possibilidade de usurpar revoluções proletárias ou proporcionar novo fôlego para o capitalismo, ou, ainda, instituir uma nova forma de dominação de classe” (VIANA, 2012, p. 256). O crescimento da repressão estatal é uma tendência crescente desde a crise do regime de acumulação conjugado e já

prevista como condição essencial para a manutenção da sociabilidade burguesa no regime de acumulação integral, revelando o principal poder da burocracia estatal na contemporaneidade: sua capacidade de impedir, com níveis elevadíssimos de repressão brutal, a emergência e avanço da luta de classes e da contestação social que ameace a manutenção da sociabilidade burguesa. Em outras palavras, garantir aquilo que lhe cabe enquanto classe social, isto é, as condições mais apropriadas para a reprodução capitalista. Somente assim poderemos compreender o estado capitalista, a que classes sociais ele essencialmente serve e porque toda e qualquer luta anticapitalista deve necessariamente lutar pela destruição completa do estado capitalista e de todas as demais instituições burguesas (partidos, sindicatos etc.) que servem, assim como o estado, tão somente para tornar regular a sociedade capitalista. Exemplo concreto disso é a inexistência de nenhuma demonstração histórica que comprove o contrário do que aqui afirmamos, isto é, que tais instituições contribuíram alguma vez com o combate efetivo ao capitalismo.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BRAGA, Lisandro. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MAIA, Lucas. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2011.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora centauro, 1984.
- _____. *O manifesto comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- _____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Para a crítica da economia política – salário, preço e Lucro; o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- _____. *O capital*, Vol. 01. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- _____. *O 18 brumário*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. Os manuscritos econômico-filosóficos. Em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MILIBAND, Ralf. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político – Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania – a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007b.

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Lucas Maia*

Gabriel Teles**

Introdução

A juventude é o setor da sociedade que mais vem se mobilizando politicamente no Brasil. As classes trabalhadoras desprivilegiadas, dos mais diversos ramos de atividade (operários, camponeses, trabalhadores domésticos, serviços, desempregados etc.), ainda não se apresentaram no cenário político brasileiro de forma autônoma e independente. A juventude, sobretudo o movimento estudantil, vem desde o início dos anos 2000 se organizando e se mobilizando de diversas formas. Ao se colocar como um grupo social mobilizado politicamente, acaba por fazer vários apontamentos para os próprios trabalhadores de como se organizar e agir politicamente em defesa de seus interesses.

O debate que é necessário travar hoje é com relação à forma e objetivos da luta que a juventude, enquanto grupo social, vem desenvolvendo. Para tanto, é forçoso discutir as organizações estudantis. É somente por meio da organização que a luta se desenvolve. Contudo, não é qualquer tipo de organização que interessa à luta política com vistas à transformação social.

Cabe por agora estabelecer a diferença entre movimento da juventude e movimento estudantil. O primeiro é mais amplo que o segundo, sobretudo, em sua composição grupal. O movimento da juventude tem como grupo social a juventude, enquanto o movimento estudantil são os estudantes o grupo social que o compõe.

Nesse sentido, quais são as formas políticas estudantis existentes hoje? Existem pelo menos dois grandes grupos de organizações estudantis, aquelas que denominamos instituições burocráticas e aquelas que podemos qualificar como organizações autônomas. O que são instituições burocráticas? O que são organizações autônomas? Antes de responder tais questões, é necessário também debater a juventude como grupo

* Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Doutor em Geografia. Militante autogestionário. E-mail: maislucas@yahoo.com.br.

** Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Mestrando em Sociologia pela UFG. Militante autogestionário.

social, pois trata-se de um grupo policlassista, ou seja, os jovens são oriundos de várias classes sociais, o que inclusive complexifica a luta política juvenil. Jovens de classes privilegiadas tendem a se envolver menos, bem como se opor à mobilização articulada por jovens vindos das classes trabalhadoras desprivilegiadas.

Assim, objetivamos, neste breve texto, responder às questões levantadas, apresentando uma contribuição de caráter teórico aos estudantes que estão encaminhando na prática as lutas em andamento pelo país, pois, lembrando aqui uma frase de Karl Marx (1989) em sua polêmica contra Proudhon: “A teoria, quando na cabeça das massas, converte-se ela também em força material”.

Juventude e contestação social

É comum ouvir-se falar na eterna revolta da juventude, mas existiria, em contrapartida, uma juventude da revolta. A primeira coisa a constatar é que este grupo social que hoje identificamos como juventude é construída socialmente e historicamente determinada. Nem sempre existiu. Por exemplo, na idade média, a palavra jovem era utilizada para designar pessoas a partir de 50 anos de idade. Contrariamente ao que é comum afirmar-se, o fenômeno da juventude não é um produto do desenvolvimento etário, biológico, psicológico dos indivíduos, embora o acompanha. Desde que há ser humano, sempre houve um desenvolvimento etário, biológico e psicológico dos indivíduos, mas nem sempre e nem em todas as sociedades houve juventude como grupo social.

A juventude é um grupo social formado na e pela sociedade capitalista e os seguintes elementos compõem sua constituição (VIANA, 2014). Os jovens são um grupo social em processo de ressocialização, ou seja, estão saindo daquilo que definimos como sendo crianças para aquilo que caracterizamos como idade adulta. Outro elemento é a ciência (biologia, psicologia, sociologia etc.) que, através de suas ideologias, cumprem um importante papel na afirmação da identidade jovem. O mercado consumidor é outro elemento neste processo. Para o capital se reproduzir, é necessário criar sempre novos nichos de mercado: a juventude é um deles. Músicas, filmes, roupas, esportes, aparelhos tecnológicos, jogos etc. são criados para este grupo social. Os meios de comunicação, através da publicidade, são outra determinação na formação da identidade juvenil, pois

produzem nos jovens um sentimento de identidade que os levam a consumir as mesmas coisas. A última determinação na constituição da identidade jovem é o Estado, que através das suas leis determina quem é menor de idade, maior, adulto etc.

A juventude é, portanto, uma invenção. É um produto social típico da sociedade capitalista. Entretanto, após ter sido criada, passa a ser ela também um sujeito que intervém na dinâmica da sociedade e é isto que lhe permite agir politicamente. A juventude vive uma contradição congênita: deseja a liberdade, autonomia etc., mas rejeita/teme as “responsabilidades” da vida adulta. Em outras palavras, a sua ressocialização, sua inserção na vida adulta (trabalho, casamento, responsabilidades etc.), é aceita e negada pelos jovens. É, portanto, um processo marcado por inúmeras contradições.

Os jovens, por estarem “livres” das misérias da vida adulta, dispõem de mais tempo e liberdade para contestar, lutar, agir politicamente. Se perderem emprego, por exemplo, não têm ainda, família para sustentar, contas para pagar etc. Isto varia, naturalmente, com a classe social. Jovens das classes desprivilegiadas têm mais dificuldades, além de entrarem mais cedo na vida adulta. Porém, contraditoriamente, são os que mais necessidade tem de entrarem na luta, justamente pelo fato de suas condições de existência ser mais precárias. Isto os predispõe mais à luta do que os jovens oriundos das classes privilegiadas (burguesia, burocracia, intelectualidade), sendo, contudo, também recorrente que jovens destas classes, entrem em algum momento em processos políticos devido em grande medida às condições acima aludidas.

Assim, a juventude é um grupo social que devido suas características, identidade, posição na divisão social do trabalho etc. intervém politicamente, seja num sentido conservador e/ou revolucionário. De um ponto de vista conservador, ou seja, que reproduz esta sociedade, existem seguimentos da juventude, como os *skinheads*, por exemplo, que reproduzem ideias e práticas neonazistas, portanto, conservadoras.

Entretanto, em determinados momentos históricos, a juventude age de forma a questionar não só sua inserção na famigerada vida adulta do capitalismo com seu trabalho alienado, sua vida burocrática e mercantil, mas também a própria sociedade capitalista como um todo. São nestes momentos em que os jovens lutam contra o mundo

de opressão a que são submetidos. A revolta estudantil na França em 1968 é um dos exemplos mais clássicos deste processo, no qual os jovens, ocupando as escolas, universidades, centros de formação profissional etc. discutiam e propunham formas alternativas de estudo, de organização política, de sociedade. Neste momento, os operários pulavam os muros das universidades exigindo outra formação e os estudantes pulavam os muros das fábricas exigindo outro trabalho.

Mas, para não ficarmos em exemplos muito distantes, voltemos a 2003, Salvador/Bahia. Os estudantes, principalmente os secundaristas, saíram em megamanifestações de rua protestando contra o aumento da tarifa de transporte e exigindo passe livre estudantil. Estas manifestações não foram lideradas por partidos políticos nem pelas tradicionais organizações estudantis UBES, UNE, Uniões Estaduais etc. Foram autônomas, descentralizadas, espontâneas e auto-organizadas.

Assim, podemos dizer que o capitalismo criou a juventude, mas esta criatura, agora, tem força e capacidade política de contribuir para a destruição de seu criador.

Auto-organização X instituições burocráticas

A sociedade capitalista é marcada pela luta de classes. As várias classes de que se compõe a sociedade moderna, ao defender seus interesses particulares, acabam por entrar em conflito com outras classes que defendem também seus interesses particulares. Esta disputa generalizada por interesses mais ou menos mesquinhos empurra os indivíduos de uma determinada classe a se mobilizar politicamente, ou seja, agir conjuntamente com os demais membros de sua classe. Não existe, pois, uma luta do indivíduo contra a sociedade, mas sim, um conflito generalizado entre grupos e classes antagônicas.

Por exemplo, no fim do regime feudal, os artesãos, organizados nas corporações de ofício, impunham certa resistência ao poder dos comerciantes e capitalistas manufatureiros que encontravam certa dificuldade em realizar seus empreendimentos nas cidades dominadas pelas corporações de ofício. Como se vê, a luta de classes e necessidade de criar organizações para defender seus interesses de classe não é uma criação dos operários modernos. É algo inerente a todas as sociedades de classe e isto está posto para nós nos nossos dias.

Quando o modo de produção capitalista se consolida, afirmando a relação conflituosa entre classe capitalista (proprietária dos meios de produção) e classe operária (proprietária unicamente de sua força de trabalho), estabelece-se aí uma luta entre dois grandes grupos de interesse. Por exemplo, a classe capitalista visa aumentar a produção, produtividade, ampliar seus lucros, diminuir custos etc. Estes são interesses conscientes da classe capitalista. A classe operária, por seu turno, defende diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial, melhores condições de trabalho, ampliação de seus direitos etc. Estes dois grupos de interesses são inconciliáveis. Em algum momento, ele tem que aparecer e de fato aparece como conflito político.

Quando isto acontece, quer dizer que os operários se unificam em organizações para defender coletivamente seus interesses. Da mesma forma, a classe capitalista também o faz. Historicamente, os operários inventaram inúmeras formas de mobilizar politicamente suas ações em defesa de seus interesses. Surgiram assim, ao longo da história, as associações de apoio mútuo, as associações culturais, as cooperativas, os sindicatos, os partidos políticos socialistas etc. Também a classe capitalista se mobiliza coletivamente, pois também ela sabe que a luta de classes não é uma luta de um contra todos, mas sim, de uma classe contra outra. É assim que no curso do processo histórico, a classe capitalista se apropria da instituição estatal (as revoluções burguesas do século XVIII não são outra coisa senão isso, ou seja, a classe capitalista se apropriar da instituição estatal para que esta defenda seus interesses de classe). Mas, além do Estado, a burguesia também cria outras instituições: sindicatos patronais, organizações internacionais multilaterais (ONU, OMC, FMI) etc.

Como se vê, estar organizado não é uma escolha individual da qual se possa prescindir. É uma contingência, ou seja, uma imposição colocada a todos pela própria natureza mesma das relações sociais estabelecidas. Interessa-nos aqui somente as organizações operárias. A classe operária, portanto, desenvolveu ao longo de sua história algumas formas de organização (cooperativas, fundos de apoio mútuo, associações por local de moradia etc.). Por economia de espaço e significado nas lutas políticas do proletariado, daremos destaque somente aos sindicatos.

Estas instituições foram criadas pela necessidade de luta dos trabalhadores no início do século XIX. A gana e egoísmo da classe capitalista do contexto impunham à

classe operária as condições de vida mais abjetas (jornadas de trabalho de 12 a 14 horas diárias, salários baixos, inexistência de assistência social, saúde precária etc.). Foi da necessidade de mudar e melhorar estas condições de vida da família operária e as condições de trabalho que os operários se mobilizaram e se articularam criando organizações políticas: os sindicatos foram uma destas organizações.

No curso do processo histórico, os sindicatos foram adquirindo importância e se ampliando como forma de luta dos trabalhadores onde quer que se desenvolvesse a forma de trabalho tipicamente capitalista. No século XIX, onde quer que se instalasse o trabalho industrial, por exemplo, surgia como resposta em prazo mais ou menos curto, a criação de sindicatos a fim de colocar certa barreira ao egoísmo e ganância da classe capitalista.

Os sindicatos sempre se caracterizaram por dois elementos: a) negociar junto aos capitalistas e ao estado o valor da força de trabalho, ou seja, dos salários; b) lutar por melhorias nas condições de trabalho, redução da jornada de trabalho etc. Desde o século XIX se aponta que os sindicatos são organizações de luta dentro da sociedade capitalista, que se limitam a reivindicar melhoras nesta sociedade, sem apontar para a necessidade de superar a própria sociedade capitalista¹.

Contudo, em seu início, os sindicatos eram organizações de operários, controlada por operários, para defender os interesses imediatos dos operários. Eram, via de regra, organizações ilegais, não permitidas, nem regularizadas pela instituição estatal. Isto conferia a estas instituições uma certa radicalidade. Com o próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a passagem do regime de acumulação extensivo² para o intensivo,

¹ Marx (1980) já havia observado o caráter de negociador do valor da força de trabalho dos sindicatos, embora ainda reconhecendo sua importância. No século XX, sobre após a década de 1920, a crítica aos sindicatos e ao sindicalismo em geral se tornou clara, sobretudo pelos autores que ficaram conhecidos como Comunistas de Conselhos (MAIA, 2016a). Um de seus principais representantes, Pannekoek (1977) desferiu sérias críticas ao sindicalismo, colocando-o definitivamente na lixeira da história das lutas operárias. Uma síntese das principais concepções de sindicato pode ser encontrada em Silva (2013). Uma crítica ao sindicalismo, demonstrando como passaram de instrumentos de luta operária a instituições burocráticas utilizando a teoria dos regimes de acumulação como referência, pode ser encontrado em (MAIA, 2016b)

² Primeira fase do modo de produção capitalista. Inicia-se no século XVIII e vai final do século XIX. O Regime seguinte é o intensivo. Inicia-se no começo do século XX e vai até a Segunda Guerra Mundial. O terceiro é o regime de acumulação conjugado. Inicia-se após a Segunda Guerra e se estende até a década de 1980. O

houveram mudanças significativas na organização sindical. Deixaram de ser pequenas e combativas organizações de operários e passaram a ser grandes e importantes instituições desta sociedade, regulamentadas pela legislação estatal, reconhecidas pelo estado, passaram a administrar recursos milionários, imprensa, clubes de recreação etc.

Para que a administração de todas estas coisas se efetivasse, desenvolveu-se uma classe de dirigentes que podemos denominar de burocracia sindical. Esta classe não é mais a classe operária organizada nos sindicatos. É uma classe social distinta, que fala em nome dos operários e sobre eles exerce seu poder. A burocracia sindical é, portanto, uma fração da burocracia enquanto classe social. Esta burocracia adquire interesses próprios, às vezes antagônicos aos dos operários aos quais ela afirma representar. A luta de classes torna-se, portanto, mais complexa ainda. Os operários devem, a partir deste momento, lutar contra a classe capitalista, contra a burocracia estatal e agora também contra a burocracia sindical.

A burocracia sindical é um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento da luta de classes operária, pois tende a colocar os operários em estado de passividade, restringindo a ação destes a levantar o braço durante as votações nas assembleias. As assembleias sindicais deixaram de ser o local no qual os operários definem os rumos da luta, as formas de ação etc. e passaram a ser mero instrumento do sindicato para legitimar sua hegemonia sobre os trabalhadores.

Os últimos suspiros do sindicalismo como forma de luta radical ocorreu em alguns países onde se desenvolveu o que ficou conhecido como sindicalismo revolucionário. Esta tendência do sindicalismo teve importância no Brasil, Argentina, Itália, França, Estados Unidos, Espanha etc. até aproximadamente final da década de 1930. Com o fim do regime de acumulação intensivo (Segunda Guerra Mundial) e início do regime de acumulação conjugado (1945 a 1980) e no regime de acumulação atual, o integral (1980 até os dias correntes), as instituições sindicais tornaram-se completamente burocráticas e burocratizadas. No mundo inteiro, deixaram de ser instrumentos de luta dos trabalhadores e passaram a ser instituições que controlam, subordinam, dominam os

regime de acumulação atual inicia-se na década de 1980 e prossegue até os dias de hoje e é denominado regime de acumulação integral, fase neoliberal do capitalismo.

trabalhadores. Hoje em dia, os sindicatos são instituições contrarrevolucionárias por definição. Devem ser combatidas e não conquistadas.

Diante disto, os operários desenvolveram outras formas de luta que necessariamente prescindem dos sindicatos e, na maioria das vezes, combatem e lutam contra eles. Estas formas de auto-organização dos trabalhadores assumem várias formas: assembleias, greves selvagens (deflagradas apesar e muitas vezes contra o sindicato), comitês, comissões ou comandos de greve e em momentos revolucionários surgem os conselhos operários, que se organizam por local de trabalho, mas seu princípio tende a se generalizar para o conjunto da sociedade estabelecendo conselhos e assembleias nos bairros, escolas, universidades, bancos, comércios etc.

Estas formas de auto-organização são uma criação dos próprios trabalhadores. Ao terem que defender seus interesses de classe, os operários tendem a se organizar politicamente. A luta individual contra o capitalista é estéril e culmina com a demissão. Agir coletivamente, para os trabalhadores, não é uma escolha. É uma imposição colocada a eles pela própria natureza das relações sociais às quais estão submetidos. Quando começam a agir coletivamente, percebem que lutam contra os patrões, mas também, no curso da luta, desenvolvem a consciência de que também seus sindicatos não mais defendem seus interesses, contrariamente ao que afirmam os sindicalistas e vários ideólogos. Assim, lutar contra os sindicatos torna-se também uma imposição que a própria luta coloca aos operários.

É neste momento que se formam os comandos de greve (também chamados de comissões ou comitês de greve). Estas organizações, diferentemente dos sindicatos, não são instituições regularizadas, regulamentadas. Também não são instituições que representam toda uma categoria de trabalhadores. Estas organizações novas não são uma classe de diretores que fala em nome dos trabalhadores, ou seja, não são uma burocracia que sobre os trabalhadores delibera. Pelo contrário, são os próprios trabalhadores auto-organizados, agindo coletivamente em defesa de seus próprios interesses.

Como é perceptível, há dois tipos de organização claramente estabelecidos. As instituições burocráticas e as formas de auto-organização. Fazemos a distinção entre

instituição e formas de auto-organização, pois as instituições são formas de organização burocráticas, bem como são regulamentadas pela legislação vigente, ou seja, são reconhecidas pelo Estado. O termo instituição remete a exatamente isto, ou seja, são formas de organização que instituem, que fazem parte da constituição, instituição desta sociedade. São burocráticas porque fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos. A burocracia (a direção do sindicato, do partido político, da escola, da universidade, do estado etc.) dirige, controla, submete e subordina, por diferentes meios, os dirigidos.

As formas de auto-organização, pelo contrário, não são parte instituinte desta sociedade. São, na verdade, a formação de comunicação, ação e diálogo que se contrapõem às relações estabelecidas. Apresentam, portanto, uma potencialidade revolucionária. São organizações autônomas (ou seja, não estão submetidas a nenhuma instituição estabelecida: partido, sindicato, estado etc.), horizontais (ou seja, não existe em seu interior nenhuma camada dirigente que delibera sobre os demais) e igualitárias (ou seja, todos em seu interior tem o mesmo poder de voz, de voto e de assumir as funções de execução das atividades da organização).

São as organizações autônomas, estas formas de auto-organização que apontam para processos de transformação verdadeira das relações sociais capitalistas. Nenhuma instituição (partido político, sindicato, estado etc.) deseja ou tem condições de efetivamente apontar para uma transformação revolucionária da sociedade. Contudo, somente chegar até o nível autônomo das lutas é insuficiente. É necessário dar o passo seguinte, ou seja, galgar o estágio autogestionário. Além de alcançar a autonomia, horizontalidade e igualitarismo dentro da organização para lutar por interesses imediatos (aumento de salário, revogação de leis, melhores condições de trabalho etc.), é fundamental apontar para a criação de novas relações sociais, ou seja, abolir o modo de produção capitalista. Quando as lutas chegam neste estágio, estamos no olho do furacão de um processo revolucionário.

A organização estudantil I: institucionalização e burocratização

Guardando as devidas proporções e as diferenças inerentes à luta dos trabalhadores e dos estudantes, também as organizações estudantis seguiram caminho semelhante às instituições sindicais. Da mesma forma que os sindicatos, as instituições

estudantis caracterizam-se pela conformação de uma semiburocracia³ em seu interior, que ao invés de fazer a luta estudantil avançar, pelo contrário, limita-a.

Uma descrição de alguns momentos de desenvolvimento, por exemplo da União Nacional dos Estudantes – UNE no Brasil nos ajuda a compreender este processo. A UNE foi a primeira organização estudantil estruturada em âmbito nacional. Sua fundação se dá em meados dos anos de 1937, como resultado direto da necessidade de uma melhor organização do movimento estudantil (que até então era incipiente em projeções políticas nacionais) e resultado do acúmulo de reflexões e força dos blocos sociais na trama política daquele momento. Nesta época, além da UNE, existiam outras entidades estudantis (como a Casa dos Estudantes, por exemplo), mas estas objetivavam tão-somente atividades recreativas, culturais e desportivas; não havia, portanto, uma atuação que mobilizasse e articulasse os estudantes em ações políticas que influenciassem tanto o sistema educacional quanto as questões políticas nacionais no geral. A UNE é também resultado dessa lacuna política por parte das entidades estudantis.

O vínculo da UNE com o Estado é percebido desde a sua fundação: uma das primeiras ações da entidade foi a campanha pelo reconhecimento pelo Governo Federal como entidade máxima de representação dos estudantes brasileiros, pedindo que lhe fosse concedido, através do Ministério da Educação e Saúde, uma subvenção anual de 30 contos para a realização do seu conselho. Mas é somente entre 1939 a 1942 que este reconhecimento é feito pelas autoridades federais, em meio a concessão de honrarias ao presidente Getúlio Vargas (que inclusive foi o presidente de honra do primeiro conclave da entidade) e demais autoridades políticas (interventores estaduais, ministros e reitores) daquela época que compunham o Governo varguista. A escolha por este reconhecimento da entidade por parte do Governo Federal e de uma linha política de conciliação-negociação com o Estado, em que pese a composição social dos estudantes que compunham a construção e fundação da UNE, se dá, sobretudo, pelos militantes da juventude do PCB em alinhamento às diretrizes do partido e de setores juvenis udenistas,

³ Nem todos os elementos definidores da burocracia enquanto classe social estão presentes na semiburocracia estudantil, como, por exemplo, a remuneração salarial, sendo, na maioria das vezes, inexistente nas instituições estudantis. É necessário aprofundar mais esta discussão para estabelecer o verdadeiro caráter das direções estudantis e suas semelhanças e diferenças com a classe burocrática.

ligados a União Democrática Nacional (UDN). Este reconhecimento normatiza a participação política dos estudantes, conformando-a e energizando as suas ações na dinâmica institucional capitalista, colocando em cheque, inclusive, a autonomia e independência da entidade frente ao Governo de Vargas que, naquela época, devido às suas políticas populistas e de conciliação de classes, propunha a cooptação de setores-chaves da sociedade civil brasileira.

Não é nosso intento aqui descrever pormenorizadamente a história e as ações e mobilizações políticas da UNE, vamos destacar apenas algumas destas. Para fins didáticos, iremos separar a história da UNE entre: o seu início, construção e consolidação enquanto organização mobilizadora de estudantes, que vai de sua fundação até o início da ditadura militar em 1964; o seu desmantelamento e ilegalidade na época da ditadura militar, que vai do início de 1964 até a redemocratização do país; a sua reconstrução e volta à legalidade, que vai de 1979 até 2002; e por fim, o seu tempo atual, que é a fase de sua satelitização por parte do estado, ponto máxima de sua burocratização e cooptação por parte dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que vai de 2002 até os dias atuais.

Na primeira fase da entidade, o que se tem é a organização das federações estudantis nos estados brasileiros e a articulação entre elas, o estabelecimento de relações com entidades internacionais (Confederação Internacional dos Estudantes e a União dos Estudantes da América) e as iniciais mobilizações estudantis em torno de questões políticas. Inicialmente, sem muitas forças, as mobilizações da UNE giravam em torno de questões pontuais, como a legalização dos jornais estudantis, a taxa escolar e etc. Mas é a partir de 1939 que começa a ter uma ressonância maior no meio estudantil e despertar o interesse nacional pela entidade, sobretudo a partir das mobilizações em torno da 2ª Guerra Mundial e a luta contra o nazifascismo, que foram fundamentais para pressionar o Estado-Novo de Getúlio Vargas a ingressar na guerra ao lado dos Aliados e acabar com a dubiedade que tinha em relação aos países do Eixo. A campanha “O Petróleo é Nosso”, também tendo a entidade como uma de suas organizadoras, obteve apelo popular e emplacou na criação da Petrobrás. No campo da educação, o debate sobre a reforma universitária e a formulação da LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação) também tiveram contribuições por parte dos estudantes organizados sob a

UNE. Com o crescimento da UNE, as várias forças políticas começaram a perceber o seu potencial mobilizador e sua influência na política brasileira.

É por esse motivo que diversos partidos políticos e forças políticas começam a disputar a entidade, buscando sua hegemonia: O Partido Comunista Brasileiro (PCB), a União Nacional Democrática (UDN), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), as tendências católicas, a Direita sob orientação ideológica norte-americana, independentes e etc. Cada uma dessas forças, ao disputarem e eventualmente ganharem a presidência e diretoria da UNE, buscam, a partir de suas orientações políticas, ditar uma linha política dentro da entidade.

O último presidente da UNE antes do Golpe Militar em 64 é José Serra (ex-governador de São Paulo e atual Ministro das Relações Exteriores do País no Governo Temer). Em sua juventude, ligado à militância católica da Ação Popular (AP), chegou à presidência da entidade com 95% dos votos no CONUNE. Colocamos em evidência a presidência de José Serra para demonstrar como a UNE, desde os seus “tempos de ouro”, já corroborava a sua atual marca que é o do trampolim político, onde grande parte de seus ex-presidentes e diretores participam na gestão do estado (em cargos executivos, legislativos e etc.). Nessa época, início dos anos 60, Serra foi eleito com os seguintes pontos: a luta pela defesa da ampliação das liberdades democráticas; defender a adoção do Governo de medidas que guardassem os interesses nacionais; luta pela reforma universitária e mais amplamente a reforma do sistema de ensino, visando a democratização do acesso às escolas e a sua adequação à realidade do desenvolvimento do país; e, por fim, a defesa de autodeterminação dos povos e uma política externa independente para o país. Ironia à parte, não é difícil perceber que sua ação, ao ingressar na política, foi e é de franca contradição com suas teses defendidas na juventude.

Com o Golpe Militar em 64 e a supressão dos direitos políticos e a ampliação da repressão, a UNE é jogada na ilegalidade e suas lideranças caçadas pelo Governo. A primeira ação dos militares é incendiar a sede da UNE no RJ e perseguir o movimento estudantil em sua totalidade, posto que este movimento fosse considerado um dos mais mobilizadores na época na resistência contra o Golpe. O Governo desarticulou o movimento estudantil ao fechar todas as entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE's), Centros Acadêmicos (CA's) e os Diretórios Acadêmicos (DA's). A

intervenção do Governo também se dá no espaço universitário: expulsando os estudantes, cassando registro de professores acusados de comunistas e nomeando interventores como chefes de departamentos. É promulgada a Lei 4.464/64, que através do seu artigo 22, extingue a UNE, sob a acusação de “[...] servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa-de-ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais”. A partir daqui, a UNE é dissolvida com a Lei Suplicy. Tanto o bloco progressista quanto o bloco revolucionário são obliterados politicamente pela ditadura, impelindo os militantes a fugirem para outros países ou continuar no país na ilegalidade e sofrendo perseguições. Mesmo na ilegalidade, no início da ditadura, a UNE resiste e ainda continua suas ações, mas muito de seus diretores são presos e torturados, criando uma crescente desmobilização até a sua dissolução enquanto entidade organizada.

Este período da UNE é a fase mais radical da entidade, sendo inclusive admirada e vista com nostalgia por muitos militantes do movimento estudantil. É nesta época que ocorre a morte do estudante secundarista Edson Luís dentro do restaurante estudantil Calabouço, causando uma comoção geral entre os estudantes e sendo o estopim para as massivas manifestações de rua dos estudantes no ano de 1968 (época de grande radicalidade política por parte da juventude no mundo todo, especialmente na França e nos Estados Unidos). Alguns setores do movimento estudantil, sem poder mais agir na legalidade, optam pela luta armada, tal como a Guerrilha do Araguaia. O último presidente da UNE deste período, Honestino Guimarães, é preso e morto pelos militares; depois disso, ocorre uma desmobilização do movimento estudantil devido à intensa repressão com o AI-5 (Ato Institucional).

É só a partir de 1979, com uma parcial abertura política por parte dos Governos militares que começa a esboçar uma rearticulação da UNE enquanto entidade representativa e do movimento estudantil no geral. Em 1985, Sarney assina a Lei nº 142 que legitima a UNE novamente como entidade nacional de representação dos estudantes e reconhece as demais entidades estudantis. Com a abertura política e a redemocratização do país, a UNE começa uma nova fase de sua história.

A combatividade e radicalização do movimento estudantil experimentados na época da ditadura militar dão lugar a uma completa conformidade à dinâmica do Estado.

A UNE é hegemônica nesse processo. Participa de forma enérgica da reconstrução “democrática” do país nos moldes institucionais capitalistas, esvaziando as ruas e o trabalho de base em detrimento das reuniões de cúpula com os burocratas do estado. Começa-se a cristalizar, portanto, um processo de intensa burocratização e o aparecimento daquilo que chamaremos de semiburocracia estudantil no seio do movimento. Igualmente com o avanço da burocratização, há o avanço também da cooptação, aparelhamento das entidades por partes dos partidos políticos e da satelitização do estado. Essa conformação e falta de combatividade é percebida durante o avanço da redemocratização do país: mesmo em parcial oposição aos Governos de Sarney, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, a UNE não procura radicalizar suas posições e independência, buscando sempre a negociação entre cúpulas (de um lado os dirigentes burocratas estudantis e, do outro, a burocracia estatal.).

Com estas medidas, há um esvaziamento do movimento estudantil no geral, posto que a UNE era onde hegemonicamente o movimento estudantil se mobilizava e se articulava em nível nacional. Isto é percebido já em 1989, exposto pelo jornal QUARUP, uma das mídias estudantis da época:

[...] há um grande fosso entre a UNE e os estudantes, [...] para definirmos nosso projeto, precisamos trabalhar para reaproximar da UNE todos os estudantes que trabalhem organizados em entidades ou não [...] Está dada a necessidade de uma entidade nacional que represente, de fato, os estudantes, nas suas mais diferentes e legítimas formas de expressão (QUARUP, set/89: p. 9).

A última mobilização da UNE que teve certa ressonância é feita em 1992 com o *impeachment* de Fernando Collor de Melo nas manifestações que ficaram conhecidas como Caras-Pintadas. Depois disso, são pontuais e específicas as ações políticas da UNE, cumprindo o papel de tão-somente reproduzir aquilo que os partidos políticos (especialmente PCdoB e PT) ditam para as suas juventudes (UJS, etc.), que disputam a hegemonia da UNE e respeitar a ordem capitalista sem fissuras e radicalidade em suas mobilizações. Mobilizações estas feitas, quase sempre, devido à pressão da base estudantil e não por seus dirigentes, que tentavam a todo custo, manter o diálogo e negociação com os Governos neoliberais desta época.

A nossa reflexão aqui nos leva a perceber que a base social que impulsiona os dirigentes da UNE estavam agarrados à institucionalidade capitalista devido a um objetivo não enunciado em seus discursos: a construção de uma candidatura viável para a presidência da república (no caso a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva que compunha o bloco progressista na época).

Depois de quatro eleições, o PT (e sua base aliada) em 2002, consegue eleger Lula como presidente da república. A construção da viabilidade da vitória de Lula se deu pela articulação entre os movimentos sociais (sendo a UNE uma das organizações mais empenhadas nesse processo) e as alianças feitas com setores da burguesia (cristalizada nas negociações e alianças com o PDMB, Bancos, Indústrias e etc.).

Neste momento histórico, a UNE deixa o campo da oposição política aos Governos para uma franca e direta relação de colaboração e negociação amistosa com o Governo Lula. Se antes havia uma mínima oposição, mesmo que circunscrita nos moldes institucionais burgueses, agora há uma direta e descarada colaboração com o Governo instituído. Uma louvação e verdadeira apologia aos programas sociais do Governo. A UNE, hegemônica há quase 30 anos pela UJS (juventude do PCdoB e principal base aliada do PT em seus Governos), transforma-se em uma grande máquina de propaganda governamental, buscando reproduzir e conciliar os interesses do Governo com as mobilizações estudantis.

A UNE, nesse período, perde sua independência financeira diante dos recursos milionários recebidos pelo Governo; usurpa a “representatividade” da entidade ao defender projetos e posições políticas do Governo sem consultar a base; reduz gradualmente seus GT’s nos congressos (CONUNE) e implementa dezenas de painéis com representantes do Governo (ministros, secretários, deputados, etc.); defende categoricamente as políticas educacionais dos governos petistas (sobretudo a reforma universitária, fazendo concessões históricas do movimento estudantil).

Em síntese, a UNE, a partir dos governos petistas, torna-se uma grande organização (para não dizer uma secretaria dentro do Governo) que contribui para a desmobilização e amortecimentos dos conflitos estudantis. Não há uma única mobilização feita pela UNE nesse período (excetuando as manifestações em defesa do

Governo, a propósito do escândalo do mensalão). Há um descolamento total entre os dirigentes da entidade com os estudantes em geral. A quase totalidade dos ex-presidentes e diretores da UNE durante esta época são lançados a candidatos em diversas esferas políticas (em todos os âmbitos: federal, estadual, municipal), demonstrando que para além do projeto social desmobilizador da juventude e dos estudantes, há também o interesse individual dos dirigentes em galgar o trampolim político.

No quadro a seguir, mostramos a relação dos ex-presidentes da UNE durante os governos do PT e o seus respectivos cargos ocupados atualmente. Muitos destes, como podemos evidenciar, veem a presidência da UNE como uma oportunidade de ascensão política, obtendo tanto ganhos pessoais (cargos, sobretudo) e ajudando na reafirmação das diretrizes políticas de seus partidos.

NOME	PERÍODO DO MANDATO DA UNE	CARGOS OCUPADOS
Gustavo Petta	2003/2005	Vereador, Secretário de Esporte e Lazer, ambos por Campinas e Deputado Federal. (PCdoB)
Lúcia Stumpf	2007/2009	Filiada ao PCdoB. Seguindo carreira acadêmica, doutorando pelo IEB/USP.
Augusto Chagas	2009/2011	Gabinete da Liderança do PCdoB na Assembleia Legislativa de São Paulo
Daniel Iliescu	2011/2013	Candidato a Vereador em Petrópolis pelo PCdoB (Não conseguiu ganhar)
Virgínia “Vic” Barros	2013/2015	Filiada ao PCdoB. Advogada.
Carina Vitral	2015/2017	Candidata a prefeita da cidade de Santos pelo PCdoB (Não conseguiu ganhar)

Fonte: Página da UNE e Currículo Lattes dos ex-presidentes.

A UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e as UEE'S (União Estadual dos Estudantes) seguem a mesma lógica da UNE. A lógica organizacional da UNE se estrutura essencialmente a partir dos moldes burocráticos e aqui se encontra seus limites para a luta radical dos estudantes. Não é possível fazer o novo reproduzindo o velho. É justamente por isso que a partir dos anos 2000, com a cristalização da entidade enquanto uma instituição burocrática que os estudantes em luta, radicalizados e com perspectivas revolucionárias, abandonaram essas entidades e começaram a galgar e gerir suas lutas em auto-organizações de forma autônoma, independente e apartidária (mas não ainda antipartidárias).

A organização estudantil II: da auto-organização à Autogestão Social

Como é perceptível, as instituições estudantis assumem nos dias de hoje o papel de impedir um real avanço da luta da juventude. Suas formas de organização, suas ações, seus vínculos com as demais instituições burocráticas (Estado, governos, partidos políticos, sindicatos etc.) só atestam nossa afirmação. No caso brasileiro, a União Nacional dos Estudantes - UNE, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, as várias uniões estaduais e municipais de estudantes são a maior demonstração deste processo de degeneração, ou seja, burocratização da organização estudantil.

Também, nas escalas menores, inclusive muitas vezes para legitimar as ações das cúpulas destas instituições, os grêmios nas escolas secundárias, os centros acadêmicos dos cursos universitários e os diretórios centrais de estudantes – DCE's acabam por reproduzir na escala micro da escola, do curso universitário ou da universidade como um todo, a mesma lógica burocrática. O que estamos aqui a chamar de lógica burocrática é a divisão fundamental entre dirigentes e dirigidos característico de todas as instituições burocráticas. Contudo, no âmbito dos grêmios estudantis e dos centros acadêmicos, devido à proximidade das diretorias destas organizações aos estudantes aos quais representam, a falta de recursos financeiros e de pessoal torna o poder destas organizações bastante limitado. Por isto existe uma possibilidade ainda de se recuperar tais organizações e torná-las efetivamente lugares de discussão, ação e deliberação estudantil.

Os DCE's já tornam isto mais difícil e esta instituição já assume um caráter burocrático mais claro e difícil de ser anulado. Por exemplo, em uma instituição universitária com campus espalhados por várias cidades, torna a direção do DCE afastada das demais cidades distintas da sede da entidade estudantil. Assim, se a sede é na capital de um determinado estado, por exemplo, os estudantes dos campus do interior terão pouco ou nenhum contato com a diretoria de seu DCE. Esta diretoria tomará decisões por sobre os estudantes, fará acordos e discussões que estes não participaram e nem deliberaram sobre elas. Como se vê, a própria natureza representativa do DCE já o torna burocrático por definição.

Nos dias de hoje, no Brasil, estas instituições estudantis são disputadas por correntes políticas e partidárias já bem definidas: PT, PCdoB, PCB, PSTU, PSOL, PSDB (sobretudo as juventudes destes partidos) etc. e grupos menores que não são partidos propriamente ditos, mas tem concepções burocráticas. Estas várias correntes se digladiam durante os períodos eleitorais e tentam promover um debate político mais ou menos acirrado entre si. A grande maioria dos estudantes dá pouca atenção a tais disputas, bem como a tais instituições. Realiza-se o pleito eleitoral, uma ou outra chapa é eleita. A vencedora se apropria dos recursos da entidade, tenta organizar algumas ações, geralmente inócuas, reproduzem o discurso do partido majoritário na chapa eleita dentro do DCE etc. Segue esse fluxo até o próximo pleito eleitoral, momento no qual a história se repete, mas agora, como farsa, como tragédia, como miséria política absoluta.

Portanto, as grandes instituições: UNE, UBES, uniões estaduais e municipais de estudantes devem ser combatidas, pois já não mais expressam os interesses estudantis, mas sim dos grupos políticos que hegemonizam a instituição. Também os DCE's, devido seu caráter burocrático e ao tipo de atividade que os grupos políticos de concepções também burocráticas exercem em seu interior, são instituições a serem recusadas e combatidas pelo conjunto da juventude estudantil.

Os centros acadêmicos nas universidades e os grêmios estudantis nas escolas secundárias são ainda possíveis de serem recuperados pelos estudantes e colocados em ação. Contudo, dois pontos devem ser ressaltados:

1) a ideologia da representação, concepção política burguesa, domina a consciência política da esmagadora maioria das pessoas, logo, também dos estudantes. Os centros acadêmicos e grêmios estudantis acabam por se tornar instituições representativas, que falam em nome dos estudantes. A possibilidade de se tornarem completamente autonomizadas e se converterem em um poder sobre os estudantes é bastante difícil, devido às características que já apontamos. Contudo, por se colocarem como entidades representativas, acabam por desobrigar os demais de assumirem a luta e colocar o poder de discussão e decisão política nas mãos da diretoria. Este é um princípio da política burguesa que se reproduz em todos os níveis da sociedade, inclusive em nichos tão micro como o da escola ou do curso universitário. Para se constituir um centro acadêmico ou grêmio mais combativo, uma prerrogativa, não única, mas importante, é esta: suprimir a ideia de que o grêmio ou centro acadêmico é uma instância representativa e afirmar a tese de que ele deve ser um local de discussão, deliberação e ação direta do conjunto da categoria em questão.

2) o primeiro passo é a rejeição da ideologia da representação. Dado este passo, o seguinte é conclusão necessária: se a representação é refutada como forma de luta, a ação direta se apresenta como alternativa. Contrariamente à concepção política burguesa, fundada na ideologia da representação, segundo a qual delega-se a um terceiro o fazer e a ação política, a ação direta pressupõe cada um assumir no coletivo a ação política. Todas as instituições estabelecidas (estado, partidos políticos, sindicatos, instituições estudantis, sindicatos etc.) são fundadas no princípio da representação política: elege-se o representante e este age em nome dos representados por um período de tempo determinado. Este método de luta só serve à própria institucionalidade burguesa. A ação direta, pelo contrário, ao rejeitar tal princípio, coloca a necessidade de os próprios sujeitos assumirem a luta por outros métodos organizativos que não os burocráticos. Segundo Anton Pannekoek, em seu clássico *“Os Conselhos Operários”*, afirma que a ação direta: “(...) é a ação dos trabalhadores, a que não passa pelas burocracias sindicais. Chama-se ‘selvagem’ (ilegal ou não oficial) a greve por oposição às greves decididas pelos sindicatos respeitando regulamentos e leis (...)” (PANNEKOEK, 1977, p. 103). Refere-se Pannekoek à luta operária. Transpondo-se o princípio descrito por ele à luta estudantil, a validade da afirmação torna-se óbvia. Os estudantes devem tomar

em suas próprias mãos a luta e não deixá-la nas mãos das instituições estudantis. Mais à frente, Pannekoek afirma: “A decisão e a ação, ambas coletivas, são uma única e mesma coisa” (PANNEKOEK, 1977, p. 104). Expressa-se aqui o elemento fundamental da ação direta: executa quem decide e decide quem executa, ou seja, rompe-se definitivamente com o princípio burocrático da divisão entre dirigentes e dirigidos, ou seja, entre quem decide e quem executa. A ação direta é, portanto, o fundamento de qualquer ação política verdadeiramente radical.

Deste modo, se o centro acadêmico e o grêmio conseguem em alguma medida romper com a ideologia da representação e conseguem realizar ação direta junto aos estudantes aos quais estão vinculados, tornam-se importantes métodos de luta. Se simplesmente seguem as normas impostas a eles pelas instituições universitárias e escolares, se tornam-se instituições aparelhadas por partidos políticos, se tornam-se meros grupos que dizem representar os estudantes e nada conseguem fazer em termos de mobilização real e efetiva, tornam-se tão estéreis quanto as demais instituições burocráticas e devem, portanto, ser rejeitadas e combatidas.

Outra possibilidade é a criação de organizações novas, que não são nem centro acadêmico, nem grêmio estudantil, bem como já significam um rompimento definitivo com as demais instituições burocráticas (UNE, UBES, DCE's etc.). Estas organizações novas assumem várias formas e se constituem historicamente por diferentes vias. Podem surgir: a) da necessidade urgente de mobilizar estudantes em determinada escola ou universidade contra diretorias, secretaria de educação, professores autoritários, aprovação de leis que prejudiquem a educação e os estudantes etc.; b) da afirmação da autonomia de determinado seguimento estudantil perante suas burocracias, ou seja, se desenvolvem como contraponto às instituições estabelecidas; c) da iniciativa consciente de alguns estudantes em organizar-se sem se instituir, ou seja, sem formar instituições burocráticas; d) da necessidade de articular lutas que surgem espontaneamente em vários lugares ao mesmo tempo, como, por exemplo, as ocupações de escola em 2015 em São Paulo e Goiás, que culminaram na criação de coletivos que se formaram na luta e para conduzir a luta, bem como permaneceram organizados após o arrefecimento dos conflitos.

Estas organizações novas começam a povoar a mentalidade da juventude em geral e dos estudantes em particular hoje no Brasil. A elas, dá-se o nome de “organizações autônomas”. Antes de prosseguir, uma palavra sobre isto. Karl Jensen (2015), ao discutir o desenvolvimento da luta operária, afirma que ela passa pelos seguintes estágios: a) lutas espontâneas. Neste estágio, a luta é geralmente individual, não se manifesta em forma discursiva, é mais uma prática que demonstra uma rejeição ao trabalho alienado. Espontaneamente, o trabalhador nega o trabalho que o espolia, mesmo sem ter consciência disto. Por exemplo, a falta ao trabalho sem motivo que o justifique, o absenteísmo, a prática de “cozinhar galo”, ou seja, demorar em executar determinada atividade, fugir do posto de trabalho etc.; b) o segundo estágio, as lutas autônomas, ocorre quando os trabalhadores começam a se articular, a se organizar. A luta já não é mais meramente uma prática individual de negação do trabalho, mas sim uma decisão coletiva, uma ação na qual já se desenvolve a comunicação entre os trabalhadores. Já aparecem o panfleto, a assembleia, a greve etc. Neste estágio, os trabalhadores já negam em partes as relações estabelecidas, reivindicam determinadas coisas como aumento de salário, melhores condições de trabalho; já negam as instituições burocráticas como partidos políticos, sindicatos, políticos profissionais que tentam se aproximar a fim de angariar votos etc. c) o terceiro estágio é o das lutas autogestionárias. Os dois primeiros estágios caracterizam-se mais pela negação das relações estabelecidas. As lutas autônomas, além de negarem a hierarquia dentro da empresa, negam também as instituições burocráticas (partidos e sindicatos) e afirmam outro tipo de organização no lugar. As lutas autônomas já são um nível mais avançado da organização e luta operária, contudo, ainda não vislumbram a destruição do modo capitalista de produção. Quando isto acontece, ou seja, quando se afirmam no lugar das relações capitalistas, outras relações sociais de produção e de sociabilidade como um todo, são aqueles momentos convulsivos da história denominados de revolução. As lutas autogestionárias, portanto, pressupõem também um nível já avançado de consciência de classe na qual a classe operária além de negar as relações capitalistas, afirma em seu lugar, por meio de suas organizações, outras relações sociais, as relações comunistas ou autogeridas.

Quando se analisa o desenvolvimento da luta dos estudantes, percebe-se algo semelhante ao descrito acima. Via de regra, também a luta estudantil passa pelos três estágios. Contudo, para sua chegada ao estágio autogestionário, ou seja, revolucionário, a juventude estudantil deve se aliar ao proletariado. Sozinha, isoladamente, é impossível à juventude efetivar o processo revolucionário, ou seja, a derrubada completa da ordem estabelecida. A juventude, como grupo social e os estudantes, por meio de suas organizações, só pode tornar-se revolucionária mediante sua aliança com a classe operária, quando esta também se afirma como sujeito político revolucionário. Neste ponto, a juventude e os estudantes são dependentes da ascensão do movimento operário. Sem que isto ocorra, fica inviável a passagem ao terceiro estágio.

Um exemplo onde isto ocorreu efetivamente foi a revolta estudantil de maio de 1968 na França. Neste período, a juventude estudantil se radicalizou politicamente. Sua luta deu-se paralelamente à ascensão de um movimento operário também radicalizado. A união entre organizações operárias e estudantis, ou seja, da classe operária com a juventude enquanto grupo social culminou em uma grande revolução social na França. Houve formação de conselhos operários, ocupação de universidades e realizou-se em maio de 1968 uma das maiores greves gerais da França etc. Ou seja, um movimento estudantil revolucionário só é possível de se efetivar concretamente enquanto movimento amplo quando o próprio movimento operário coloca-se no cenário das lutas sociais.

Desde o início dos anos 2000 que o movimento estudantil vem se constituindo como um dos setores mais radicais e mais mobilizados politicamente no Brasil. Na esteira de uma plêiade de movimentos sociais que se formam na segunda metade da década de 1990 e começo dos anos 2000, como, por exemplo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN no México, o Movimento Antiglobalização em vários países imperialistas, o Movimento Piqueteiro na Argentina etc. O desenvolvimento destas lutas leva os militantes a recuperar as ideias revolucionárias (anarquismo, comunismo de conselhos, luxemburguismo etc.) favorecendo a criação de uma cultura contestadora. A internet passa a cumprir importante papel na disseminação desta cultura, possibilitando uma maior articulação entre coletivos, bem como a divulgação de textos que antes eram de difícil acesso.

Em 2003 ocorre uma grande manifestação em Salvador, Bahia. Esta manifestação, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu, totalmente protagonizada por estudantes secundaristas, foi uma das primeiras contra o aumento do preço da tarifa de ônibus. Em 2004, movimento análogo ocorre na cidade de Florianópolis. Esta luta ficou conhecida como Guerra da Tarifa ou Guerra da Catraca. Em 2005, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, vários grupos ativistas, indivíduos e coletivos revolucionários se reuniram a fim de criar um movimento de caráter nacional que lutasse contra o sistema mercantil de transporte. Surge nesta ocasião o Movimento Passe Livre. O MPL esforçou-se durante os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 para tornar a luta pelo transporte coletivo algo nacional. Conseguiu, mesmo que com muita limitação, que tal feito se realizasse. A partir de 2008, o movimento refluí, ficando restrito a poucas cidades e sem grande capacidade de mobilização.

Em 2013, o projeto do MPL, ou seja, de tornar nacional a luta pelo transporte ocorreu, mas não totalmente por obra dele. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil foram a realização (espontânea) do projeto inicial do MPL. As lutas de Junho de 2013 são o resultado de um conjunto complexo de determinações que não vem ao caso discutir aqui⁴. O fato é que os princípios e formas de luta e organização delineados pelo MPL estenderam-se pelas manifestações, inclusive à revelia do próprio movimento.

Desde o início de suas ações, o MPL, e na esteira dele várias outras organizações que se formaram posteriormente (Frente de Luta pelo Transporte em Goiânia, Bloco de Luta pelo Transporte em Porto Alegre, vários Comitês de Luta Contra o Aumento que se formaram em várias cidades etc.) estabeleceram como princípios de organização e formas de ação: a) apartidarismo, ou seja, militantes de partidos políticos podem participar das reuniões e ações do movimento, mas o movimento não apoia nenhum partido ou candidato em específico; b) horizontalidade. Quer dizer que no interior do movimento não existe a divisão entre dirigentes e dirigidos, não existem cargos fixos a serem ocupados, ou seja, todos no interior do movimento têm o mesmo poder de voz e voto; c) autonomia. O movimento não é subordinado a nenhuma outra instituição

⁴ Para tanto, conferir a *Revista Enfrentamento especial sobre as ondas de protesto no Brasil*, publicação do Movimento Autogestionário (2013) e o livro de Maia (2016b), “*Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*”.

(partido, estado, sindicato, empresas etc.). Isto implica que o movimento define suas pautas, suas formas de luta, de ação independentemente de todo o poder constituído; d) independência. Como consequência do princípio anterior, para que o movimento seja autônomo, ele deve garantir seus recursos financeiros, de pessoal etc. A autonomia só é garantida mediante a independência.

Com o desenrolar das lutas, sobretudo após 2013, outros foram se somando: ação direta, combatividade etc. Como se vê, o que se desenhou desde o início dos anos 2000 e prossegue até os dias atuais, é uma radicalização cada vez maior da juventude, do movimento estudantil e de outros seguimentos dos movimentos sociais. Nos últimos anos no Brasil, pode-se dizer que as lutas sociais em geral e, sobretudo da juventude, alcançaram o estágio autônomo das lutas. Já é perceptível a negação das instituições burocráticas, já há afirmação de uma luta coletiva, sem lideranças, horizontal, apartidária (embora não seja ainda antipartidária), independente e, portanto, autônoma. Ainda não se desenhou no Brasil o terceiro estágio. O proletariado ainda está no estágio espontâneo de suas lutas, somente em momentos muito específicos passa do estágio autônomo para em seguida retornar ao espontâneo.

Portanto, nos dias atuais, a juventude em geral e o movimento estudantil em particular tem duas grandes tarefas à sua frente: 1) desenvolver sua consciência e suas formas de organização ao estágio autogestionário das lutas, ou seja, deve lutar não só para reivindicar pequenas conquistas dentro do capitalismo. Devem se colocar numa luta cada vez mais consciente e radical para mudar o sistema educacional, romper com as hierarquias socialmente constituídas na escola e no conjunto da sociedade, mas, sobretudo, devem lutar para a abolição da sociedade moderna para estabelecer em seu lugar outra radicalmente distinta; 2) esta imensa tarefa não pode ser desenvolvida pela juventude como grupo social isoladamente. É tarefa, portanto, da juventude em geral e do movimento estudantil e suas organizações em particular, contribuir para um avanço real, concreto do movimento operário. O proletariado ainda dorme o sono dos derrotados. A juventude desperta a cada mobilização que cria. Um esforço consciente da juventude para se aproximar da classe operária e demais classes desprivilegiadas (desempregados, trabalhadores domésticos, terceirizados em geral etc.) pode levar as lutas sociais no Brasil a um nível mais difícil do estado e das empresas recuperarem.

A grande tarefa, portanto, da juventude e do movimento estudantil, é muito mais do que melhorar suas condições de vida dentro desta sociedade, muito mais do que reivindicar melhoras no sistema educacional. Sua tarefa, seu dever de casa consiste, na verdade, em ser um importante aliado do proletariado e demais classes exploradas na abolição da atual sociedade alienada e constituição da Autogestão Social.

Referências

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *A miséria do meio estudantil*. In: *Situacionista: teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad Editora, 2002.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2016^a.

MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Redelp, 2016b.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2^o Edição, São Paulo, Global, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: CHED, 1980.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO. *Revista Enfrentamento: edição especial sobre as ondas de protesto no Brasil*. Goiânia: ano 8, Edição Especial, jul. 2013. Disponível em: <http://enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf>, acessado em 22/12/2017.

PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977. [Parte do livro traduzida: PANNEKOEK, Anton. *A revolução dos trabalhadores*. Barba Ruiva, 2007.]

SILVA, José Santana da. *Sindicalismo: da expectativa revolucionária à crítica da conformação burocrática*. In: SILVA, José Santana da; BRAGA, Lisandro & MAIA, Lucas (orgs.). *Classes, estado e sindicalismo*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. 1^a edição. Rio de Janeiro: Ar Ed., 2014.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Santuário, 2009.

A PEC 241/55 E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

*Nildo Viana**

Vivemos numa época obscura e curiosa. A proliferação de discursos e discussões, em parte devido à conjuntura da sociedade brasileira, em parte devido às redes sociais e aos novos meios de comunicação, convive com o reino da superficialidade. Muitas informações e muitas opiniões convivendo com poucas reflexões e pouca criticidade. A sociedade brasileira está vivendo um caos que teve seu início com dois processos simultâneos: crise político-institucional e crise pecuniária (“econômica”). A origem desses processos remonta ao primeiro Governo Dilma, que é quando ocorreram os primeiros sinais de desestabilização do regime de acumulação integral no Brasil e se iniciou a crise político-institucional (esta a partir das manifestações de 2013) e ambas foram se intensificando nos anos posteriores. Hoje, estamos diante de um Governo que veio com a promessa de resolver essas duas crises, mas ainda não conseguiu resolver a crise principal e não superou totalmente a crise política-institucional, tanto pela crise de legitimidade da democracia representativa, quanto pela crise de governabilidade que ainda não se resolveu e ainda ameaça agravar-se pela lentidão, incompetência e propostas impopulares do atual governo.

O Discurso Técnico do Bloco Dominante

A proposta da PEC¹ 241/55, realizada pelo Governo Temer, visa estabelecer um teto para os gastos públicos durante 20 anos (com possibilidade de revisão em 10 anos). Durante esse período, os gastos públicos não poderiam ser maiores do que a inflação. Isso incluiria a educação e a saúde, que só poderiam ter mais gastos se os recursos fossem oriundos de outras áreas. Ao contrário do que alguns dizem, não se trata de “congelamento” e sim de um “teto” (máximo) para gastos, que seriam os atuais e com acréscimos calculados com base na inflação. A justificativa para tal proposta é realizada a partir de um discurso técnico. Existe a necessidade de equilíbrio orçamentário por parte do Estado, e nos últimos anos ocorreu um aumento dos gastos estatais acima da receita. Se o Estado gasta mais do que arrecada, então promove a dívida pública. O quadro abaixo explicita esse processo:

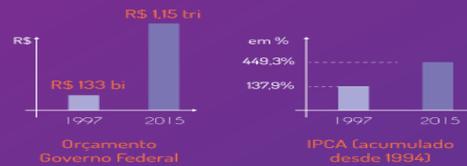
* Professor da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Sociologia pela UnB. Militante autogestionário.

¹ Proposta de Emenda Constitucional. É uma proposta de alterações parciais (“emendas”) na Constituição Federal, no caso brasileiro, a última, que é a de 1988.

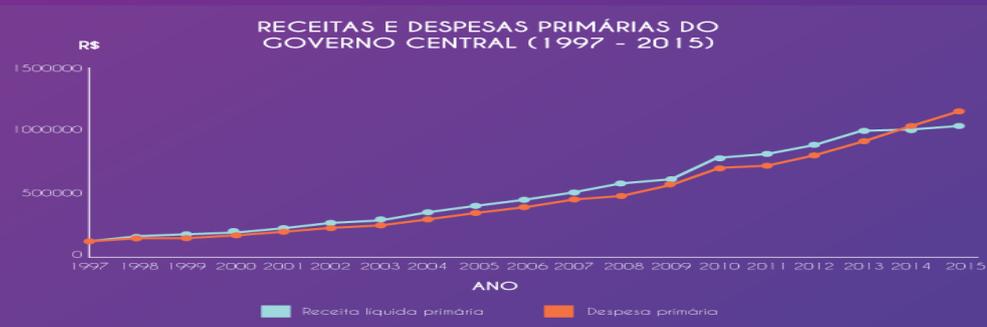
Tabela 1: A PEC 241/55 E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

TETO DE GASTOS PÚBLICOS: COMO FUNCIONA?

Hoje em dia, as despesas públicas crescem de modo acelerado, bem acima da inflação. Entre 1997 e 2015, o orçamento do governo cresceu 864% enquanto o IPCA subiu mais de 300%.



Com a crise econômica, esse crescimento de gastos tornou-se um problema, pois torna muito difícil realizar o ajuste fiscal. A queda de receitas agrava ainda mais o problema fiscal. Como consequência, teremos um déficit primário de R\$170 bilhões, o maior já registrado no Brasil.



Como consequência, teremos um déficit primário de R\$ 170 bilhões em 2016, o maior já registrado no Brasil.



A proposta do governo Temer para resolver o problema é congelar a trajetória de crescimento dos gastos, com a imposição de um teto para tal crescimento. Veja os principais pontos da proposta, que deve ser apresentada em forma de PEC ao Congresso:

- Os gastos públicos não podem crescer mais do que a inflação (ou seja, seu crescimento real será 0).
- Prazo de vigência do teto: 20 anos, a partir de 2017 (com possibilidade de revisão da regra em 10 anos).
- Saúde e educação devem crescer pelo menos o equivalente à inflação, ou mais (desde que outras áreas sofram cortes).
- Punições: os órgãos públicos que não respeitarem o teto não poderão:
 - ▶ Reajustar salários de servidores;
 - ▶ Realizar contratações;
 - ▶ Receber subsídios ou incentivos;
 - ▶ Fazer concursos públicos.

A partir dessas informações, fica claro a necessidade de resolução do problema, pois o aumento da dívida pública (interna e/ou externa) traz um acréscimo nas despesas estatais (juros, etc.) e tende a piorar ainda mais a situação. Nesse sentido, o discurso técnico apela para o cálculo mercantil e assim se justifica: o Estado não pode gastar mais do que arrecada. A solução encontrada pelo governo Temer é a PEC 241/55 (aliadas a outras políticas de austeridade, como a reforma da previdência). Se não fizer isso, o país, que já passa por dificuldade, tende a entrar numa crise grave, pois a dívida pública aumentaria, os recursos se tornariam ainda mais escassos e o desequilíbrio afetaria as despesas futuras. Nesse sentido, segundo o discurso técnico, não existe outra solução e por isso as políticas de austeridade, a começar pela PEC 241/55, é uma *necessidade*.

A PEC 241/55 seria, pois, um remédio amargo que durante 20 anos seria usado para recuperar o país e possibilitar o retorno do crescimento econômico e ajuste entre receita e despesas estatais. Uma vez havendo a recuperação, os gastos poderiam novamente subir. Em dez anos isso poderia ser revisto, caso a recuperação ocorresse num ritmo e grau que o possibilitasse.

Esse discurso é verdadeiro? A situação é realmente essa? Tais políticas resolvem o problema? Essas são questões fundamentais e que pretendemos responder nos tópicos seguintes. No entanto, é necessário entender que existe uma forte oposição à aprovação da PEC 241/55. Um outro discurso existe. Esse é o discurso demagógico do bloco progressista e a sua análise é necessária antes da crítica do discurso técnico do bloco dominante.

O Discurso Demagógico do Bloco Progressista

A PEC 241/55 vem sendo questionada por vários setores da sociedade. No entanto, grande parte daqueles que questionam possuem pouca informação a respeito e muitos apenas seguem uma corrente de opinião oposicionista sem maiores reflexões e análises. A origem dessa corrente de opinião é o discurso demagógico do bloco progressista, que rivaliza com o discurso técnico do bloco dominante. O discurso

demagógico do bloco progressista, por sua vez, tem como origem e matriz principal o neopopulismo petista e seus resquícios e viúvas após o *impeachment* de Dilma Rouseff.

O discurso demagógico é aquele que está atrelado ao populismo, considerado uma “política de massas” (WEFFORT, 1978). O populismo visa ganhar o apoio das “massas” e para isso realiza promessas (incluindo as irrealizáveis e as que não serão cumpridas), políticas assistencialistas, discursos com tal objetivo. No fundo, o que ocorre hoje não é o populismo que vigorou, por exemplo, com Getúlio Vargas e sim um “neopopulismo”. O neopopulismo atua em relação às classes desprivilegiadas (“massas”), mas atinge outros setores (especialmente a intelectualidade) com sua demagogia. A característica central do neopopulismo atual é realizar um discurso social-democrata desligado de qualquer pretensão e possibilidade de sua concretização. O neopopulismo, assim como o populismo, gera um discurso demagógico. Esse discurso é caracterizado por querer agradar o seu público-alvo, e, para tanto, lança mão de promessas diversas (algumas que serão efetivadas e muitas que não serão, algumas irrealizáveis, etc.) com o objetivo de conquistar o apoio (e o voto, dependendo do caso). Diversos recursos são utilizados, entre os quais a manipulação de informações e sentimentos dos que pretende conquistar o apoio.

No caso da PEC 241/55 o discurso demagógico atua principalmente através da sua negação. Segundo o discurso demagógico contrário às políticas de austeridade, embora possua diversas versões e variações, afirma que a PEC 241/55 provocará cortes em educação e saúde, precarizando ainda mais essas áreas, além de atingir o salário mínimo, o Plano Nacional da Educação, etc. Algumas das versões sobre a PEC apelam para um certo terrorismo intelectual, ao afirmar que haveria “congelamento de gastos”, “implosão do país”, “desmonte do Estado”, “destruição da educação pública”, etc. O discurso demagógico geralmente não realiza uma análise mais profunda da PEC 241/55 e das políticas de austeridade. Mesmo quando se trata de economistas ou outros especialistas, a superficialidade na análise está presente. O foco do discurso demagógico do bloco progressista é nas consequências da PEC 241/55 para a educação e saúde.

O elemento fundamental desse discurso é mostrar que a PEC trará prejuízos para as políticas públicas, gerar mobilização contra o governo Temer e suas políticas de austeridade. Não há nenhuma discussão aprofundada sobre a situação do país. O máximo

que fazem é apontar que a “crise” é uma invenção do Governo e dos meios oligopolistas de comunicação. Alguns acusam o capital financeiro de ser o principal beneficiário e razão das políticas de austeridade. Nesse contexto, a única alternativa apresentada é a negação, ou seja, a luta para evitar a PEC 241/55, reforma da previdência, etc. A alternativa para resolver os problemas postos pelo discurso técnico (defasagem entre arrecadação e gastos, crise, etc.) inexistente, pois a suposição de inexistência de problema anula a necessidade de alternativa. Deixemos tudo como está, ou melhor, como estava durante o governo Dilma.

Aqui é possível um conjunto de questionamentos: esse discurso é verdadeiro? A situação é realmente essa? Basta evitar tais políticas? Essas questões serão respondidas adiante e são, tal como as anteriores sobre o discurso técnico, de fundamental importância. A crítica desse discurso é tão necessária quanto a crítica do discurso técnico.

Crítica ao Discurso Demagógico do Bloco Progressista

O discurso demagógico do bloco progressista é produzido por um conjunto de intelectuais, reproduzido por determinados meios de comunicação e acabam gerando uma corrente de opinião que atinge os crédulos e consegue assim um certo apoio de setores da população. Mas, assim como o discurso técnico do bloco dominante, que analisaremos adiante, ele é falho.

O discurso demagógico do bloco progressista é condenável pelo simples fato de ser demagógico. Além disso, ele é assim por dois motivos: por ser oposicionista (ao governo) e por precisar de apoio popular. Assim, ele precisa manter uma oposição e apoio popular. Desta forma, ele concentra o mal no Governo Temer. Obviamente que o Governo Temer merece ser criticado, mas isso não anula o problema real e nem retira a necessidade de uma solução (que não pode ser simplesmente não fazer nada, evitando aprovar as políticas de austeridade). Isso também não anula o fato de que o problema se iniciou no governo defendido pela maioria esmagadora do bloco progressista. Em 2014, se alguns ajustes tivessem sido realizados, bem como no ano seguinte, a situação seria um pouco melhor. Da mesma forma, se os governos petistas não tivessem elevado os gastos estatais – principalmente de forma “irracional” de acordo com os interesses de cooptar movimentos sociais, base eleitoral, etc. – a situação seria menos grave e o

remédio menos amargo. A razão disso se encontra na dinâmica dos governos petistas e nos seus interesses (VIANA, 2016a).

Os governos anteriores, devido ao neoliberalismo neopopulista, conseguiram relativo sucesso no período de estabilização da acumulação capitalista. A estabilidade financeira e política, as políticas de cooptação, as políticas segmentares, entre outros processos, conseguiu se manter por um período de tempo. No entanto, quando o ciclo do regime de acumulação entra em sua fase de desestabilização (VIANA, 2015), eles demonstraram sua incompetência e incapacidade de governar. Um governo neopopulista num período de descenso da acumulação de capital deve corroer suas próprias bases.

O atual governo vinha com a promessa que resolveria os problemas agravados pelos governos anteriores. No entanto, além de não ter formado uma equipe à altura de tal tarefa, acabou se perdendo nos conchavos políticos e outros problemas, e os seus pontos favoráveis, na perspectiva burguesa, começaram a perder fôlego. Esse é o caso da imagem e confiança do país, que não melhorou devido aos problemas já aludidos. É nesse contexto que emerge o discurso demagógico do bloco progressista.

Esse discurso demagógico é politicista (para lembrar termo utilizado amplamente por José Chasin para se referir ao caso brasileiro). Ele reduz a realidade apenas ao aspecto político. O politicismo é útil a todos que estão na oposição ao governo, pois ao reduzir tudo ao político, permite culpabilizar o governo, a “situação”, e assim se colocar como a salvação da pátria. A receita demagógica é simples: “não aceitemos as propostas do governo e pronto”. E a solução do problema que a proposta supostamente vem resolver? “Não há problema, ou o problema é o governo, basta votar em nós nas próximas eleições e tudo estará resolvido”. A irresponsabilidade do governo é complementada pela irresponsabilidade da oposição. Aqui poderíamos lembrar Jô Soares, em época de programa de humor: que país é esse?

Esse discurso demagógico é convincente, pois é simples e fácil. Além disso, move milhares de interesses, principalmente nos meios intelectualizados. Sem dúvida, a PEC 241/55 vai atingir a educação e a saúde. Isso é verdade. Mas também não deixa de ser verdade que os gastos com educação durante os governos anteriores (petistas) não foram para a melhoria da educação. Basta ver a expansão desordenada de Institutos

Federais de Educação (sua transformação em institutos federais já sinaliza para algo). Um dos objetivos de tal expansão era formar uma base eleitoral e fixa para os governos petistas, que queriam ser vitalícios. A expansão desordenada se deu por incompetência, mas fundamentalmente por interesses político-partidários (aliás, é uma réplica do que fez o Governador de Goiás, Marconi Perillo, com a Universidade Estadual de Goiás e a lição é clara: conservadores copiam progressistas e progressistas copiam conservadores). Existem IFs que não se sustentam, com poucos alunos, não atendendo demanda ou necessidade da sociedade. Isso não quer dizer que os IFs em geral sejam problemáticos, mas sim sua expansão desordenada e os custos que isso traz, bem como os interesses envolvidos. Isso mostra que existe um problema com os gastos estatais. No entanto, é apenas um exemplo entre inúmeros outros. Elevam-se os gastos e grande parte deles desnecessários. Isso, por sua vez, mobiliza aqueles que estão nessas instituições para defender os seus interesses, que entram em contradição com as propostas governamentais.

Esse discurso não analisa a realidade e o problema. Esconde-se dele, com raríssimas exceções e com pouco realismo, quando ocorre. Não fazer isso levaria, forçosamente, a apresentar uma solução alternativa. E isso poderia ser retirar de um lado para não retirar de outro, ou seja, apresentar onde os gastos estatais poderiam ser diminuídos. Ou então a proposta impopular de aumentar a arrecadação (impostos, principalmente). Ou ambas as coisas. Porém, isso seria se posicionar e o discurso demagógico é de oposição e não de posição. A única posição da oposição é a própria oposição.

A conclusão disso tudo é que, então, o discurso técnico do bloco dominante está correto? A resposta é negativa, pois ele também é um discurso falso e que deve ser desmascarado. Esse é o nosso próximo passo.

Crítica ao Discurso Técnico do Bloco Dominante

O discurso técnico do bloco dominante, expresso principalmente através da burocracia governamental, aponta para a necessidade da PEC 241/55. O discurso técnico se apresenta como “neutro” e “objetivo” e assim mascara o seu profundo caráter axiológico e, muitas vezes, ideológico. O governo possui a capacidade de gerar uma

corrente predominante de opinião que atrai a atenção para determinados temas e problemas e a desvia de outros, não permitindo a emergência de um pensamento crítico ao seu respeito ou a compreensão de outros problemas mais graves (HABERMAS, 1988).

O discurso técnico com sua aparência neutra e objetiva serve para legitimar e justificar as ações governamentais e, assim, aparentar racionalidade que no fundo esconde um fatalismo. As reformas são necessárias e não há como escapar delas. Essas reformas são, no caos em questão, as políticas de austeridade, entre elas a PEC 241/55. O problema é apresentado, os fatores envolvidos são elencados, a solução é apresentada. O discurso técnico, no caso da proposta de PEC 241/55, é o político-administrativo e econômico. No fundo, o governo mostra o cálculo mercantil, uma imposição real no interior da sociedade capitalista e que realmente não há como fugir dele (esse é o momento de verdade dessa ideologia): não se pode gastar mais do que se arrecada. E isso é reforçado pela crise e pela expectativa de arrecadação e gastos futuros. O problema é grave e necessita de uma solução. A solução, nessa formulação quase matemática, é ou aumentar a arrecadação (mais impostos) ou diminuir os gastos. A opção é pela última.

O cálculo mercantil é uma necessidade para o aparato estatal, tal como diz o discurso governamental. No entanto, ele não é o mesmo para um indivíduo ou uma família (unidade doméstica) e para o aparato estatal (VIANA, 2016b). Alguns adeptos do discurso técnico mostram bem o que é o cálculo mercantil, mas falseiam a realidade ao comparar e transpor o exemplo familiar para o estatal. As famílias, geralmente, possuem como renda a soma dos salários dos seus integrantes e as despesas dos mesmos. O aparato estatal tem uma fonte de renda muito mais variada e complexa, bem como seus gastos. Além disso, os conflitos de interesses e disputa pela repartição da renda estatal não tem equivalente numa unidade doméstica. Assim, o exemplo serve apenas para mostrar uma semelhança básica em seu nível mais simples e não no nível mais concreto, onde reina a diferença. Esse reducionismo aparece com o objetivo de convencer da necessidade das políticas de austeridade.

O discurso técnico tem uma outra característica: ao se fantasiar de neutro e objetivo, fica implícito que ele expressa os interesses de todos. Ele falseia a realidade ao criar uma homogeneidade de interesses que não existe efetivamente. As reformas são

necessárias e são para o bem da “nação”, como se essa não fosse dividida em classes e subdividida numa escala quase infinita. É por isso que alguns reprodutores do discurso técnico favorável às políticas de austeridade se referem ao “Brasil”, “nação”, etc.

A grande questão não é o que diz o discurso técnico para justificar e legitimar a PEC 241/55 e sim o que ele esconde. Para saber o que ele esconde é necessário ir além dele. Esse será nosso passo seguinte.

A Verdadeira Alternativa

O discurso técnico do bloco dominante e o discurso demagógico do bloco progressista parecem opostos. No entanto, é uma oposição e não um antagonismo. São duas formas de encarar a desestabilização e desaceleração do ritmo de acumulação de capital. Após apresentarmos e criticarmos estas duas posições, passamos a apresentar a nossa concepção.

A desaceleração do ritmo de acumulação de capital começou a dar os seus primeiros sinais em 2013 e se aprofundou com o passar do tempo, sendo que as políticas do Governo Dilma agravaram ainda mais a questão, pois evitou ações governamentais impopulares (e que prejudicariam os resultados eleitorais de 2014) e no ano seguinte mostrou inoperância, em parte por incompetência e em parte por causa do projeto de se manter no poder e manter o neopopulismo. Assim, o “crescimento econômico” (acumulação de capital) desacelerou, ocorreu um aprofundamento da crise de legitimidade (que se agravou a partir das manifestações de 2013 e se ampliou após as eleições de 2014 e denúncias posteriores de corrupção) que gerou uma crise de governabilidade. Nesse contexto, o *impeachment* de Dilma Roussef aparecia como a chance de mudar de rota e retomar o ritmo de acumulação de capital. O governo foi, paulatinamente perdendo apoios e se isolando, bem como não conseguia superar a crise financeira. Isto, somado a determinados interesses político-partidários, foi suficiente para a mudança governamental.

O Governo Temer tinha a missão de realizar uma “ponte para o futuro”, através de políticas neoliberais não mais neopopulistas e conseguir recuperar a “economia” brasileira. Esse processo parecia tranquilo, pois o novo governo, apesar da previsível oposição do bloco progressista, reforçado pela volta do PT, tinha conseguido aglutinar os

setores fundamentais da classe dominante, bem como maioria parlamentar, formada no próprio processo de *impeachment*. Um outro ponto positivo era que o novo governo, alinhado com os interesses da burguesia nacional e transnacional e sem a ambiguidade eleitoreira do PT, vinha com a promessa de maior confiança e investimento estrangeiro, elemento importante para a recuperação do ritmo de acumulação de capital.

Porém, o Governo Temer foi, aos poucos, decepcionando e mostrando uma inoperância tal qual o governo anterior. Os novos ministérios não foram de *experts* e grandes nomes como se esperava, a não ser em um ou outro caso. A escolha de Henrique Meirelles para Ministro da Fazenda foi bem vista por muitos, mas revelava um problema oculto: a falta de criatividade e originalidade do novo governo. Escolher um colaborador do governo Lula (foi presidente do Banco do Brasil, com *status* de ministro, durante oito anos) mostra que a intenção seria resolver a crise do regime de acumulação integral (e do neoliberalismo) com mais políticas neoliberais. No entanto, as políticas neoliberais devem se ajustar ao desenvolvimento do regime de acumulação integral e não se repetir em qualquer situação. O neoliberalismo que emergiu nesse contexto foi inflexível e isso lhe caracteriza quando se depara com a desestabilização do regime de acumulação integral, apesar de necessitar de alterações que não foram realizadas pelo novo ministro. Nesse contexto, emerge um neoliberalismo discricionário que busca ampliar o caráter neoliberal e suspender políticas de assistência social, direitos trabalhistas, etc.

O resultado do neoliberalismo discricionário é aumento da pobreza e da exploração. Esse é um dos objetivos e foi assim que ele se desenvolveu em alguns países, como a Grécia (POLYCHRONIOU, 2016)². No entanto, este objetivo não é um fim em si mesmo, pois o objetivo fundamental e final é retomar o ritmo de acumulação de capital. O objetivo fundamental raramente se concretiza. No caso brasileiro, a PEC 241/55 e as políticas de austeridade em geral tendem a surtir o mesmo efeito. A razão para a insistência no neoliberalismo discricionário não é devido aos seus resultados e sim, por um lado, ao apego às receitas neoliberais e falta de uma alternativa real ao atual quadro do regime de acumulação integral e, por outro, aos interesses do capital transnacional.

² Esse texto, apesar de alguns equívocos, aponta para alguns elementos dessa forma de neoliberalismo e suas consequências no caso grego.

Aqui fica claro que as políticas de austeridade são as soluções apresentadas da perspectiva da classe capitalista e que é defendida por alguns em parte por causa da ideologia neoliberal e sua força de convencimento junto com falta de alternativa. Contudo, para outros, especialmente os organismos internacionais e capital transnacional (seguindo os interesses dos países imperialistas), é uma forma de aumentar a transferência de mais-valor, ou seja, a exploração internacional. Os problemas sociais, instabilidade política, pobreza, etc., não atinge o capital transnacional. O que o atinge é a diminuição do consumo e alguns outros elementos que promove o não aumento do investimento, mas permite uma taxa de exploração elevada e remessa de parte dela para os países de capitalismo imperialista.

As políticas de austeridade não conseguem retomar o ritmo da acumulação de capital por suas contradições e pelo motivo que teria que ser acompanhada de outras mudanças nas políticas estatais (política financeira, política industrial, etc.). Essas políticas deveriam já ter sido alteradas e não foram, o que promove o descrédito do atual governo por falta de resultados, corroendo um dos seus pilares de sustentação: a confiança e o apoio de parte da classe capitalista. Sem dúvida, outras soluções poderiam ser tentadas na perspectiva da classe capitalista, como, por exemplo, o aumento da inflação e dos juros. Essa foi uma das estratégias utilizadas nos anos 1970, quando o regime de acumulação conjugado (anterior ao atual) tentou solucionar sua crise sem alterar o regime de acumulação.

Por fim, as políticas de austeridade só podem surtir algum efeito, da perspectiva do bloco dominante, se for acompanhada por outras políticas estatais que atuem sobre o processo de produção da riqueza. A diminuição dos gastos estatais se insere num processo que não atinge a produção de riqueza material. No âmbito estatal e nas relações de distribuição, o que temos é valor estacionário, ou seja, repartição do mais-valor e distribuição/redistribuição de renda e não reprodução ampliada do capital. O PIB é um medidor inexato desse processo, pois não calcula a produção de mais-valor. Apesar disso, o não crescimento ou diminuição do PIB é um indício³ de que a acumulação de capital

³ E não passa de um indício, pois várias determinações podem ocultar isso. O ritmo de acumulação de capital pode estar elevado, mas se o valor estacionário (sobre isso consulte: VIANA, 2016b) tem pontos em que os indivíduos começam a poupar ou deixar de investir em capital improdutivo, então a impressão será

está desacelerando. A questão fundamental é o aumento da produção de mais-valor, a reprodução ampliada do capital. As políticas de austeridade são insuficientes para conseguir isso e ainda cria um obstáculo, que é a diminuição da renda e consumo, sendo isto um elemento desacelerador da acumulação de capital.

Em síntese, o que o discurso técnico do bloco dominante esconde é que as políticas de austeridade são a solução para a classe capitalista (especialmente para o capital transnacional) e não para o conjunto da população e que é limitada e geradora de outros problemas mesmo para tal classe. Ela, para ter maior eficácia, precisaria ser acompanhada de outras políticas (financeira, industrial, agrícola, etc.), o que, no entanto, só seria possível com alta dose de competência, criatividade e sair do receituário neoliberal.

As políticas de austeridade, no entanto, tal como a PEC 241/55, são problemáticas pela sua estruturação, a começar pela longevidade (20 anos, no caso da PEC 55). Claro que isso visa diminuir os gastos estatais e os problemas financeiros do aparato estatal, bem como impedir que novos governos neopopulistas, visando se manter no poder, aumentem os gastos além do que está na lei.

Mas não é apenas o discurso técnico do bloco dominante que esconde o principal. O discurso demagógico do bloco progressista também realiza o mesmo processo. O que ele esconde? Como já colocamos, ele não apresenta nenhuma alternativa. O bloco progressista é composto, basicamente, pelas classes auxiliares da burguesia, e por isso sua autonomia é muito restrita e elas são incapazes de romper com o modo de produção capitalista. O seu dilema é justamente esse: deve ser oposição, mas não tem alternativas reais para apresentar. Por isso o discurso do bloco progressista é demagógico. Chegando ao governo, faria as mesmas políticas que hoje questiona. Aliás, as políticas do Governo Temer já vinham sendo implementadas (timidamente, por causa do neopopulismo e processo eleitoral) por Dilma Roussef e se ela tivesse continuado no governo, avançaria nesse sentido ou então deixaria a situação mais descontrolada ainda, gerando novas contradições e transformando a desestabilização em crise. Mesmo a ala

diferente do que ocorre efetivamente. Da mesma forma, o PIB pode crescer sem que haja aceleração da acumulação capitalista, seja através de investimentos estatais (inclusive oriundos de empréstimos internacionais), ou qualquer outra forma.

mais extremista do bloco progressista, que é mais autônoma, não aparece com nenhum projeto alternativo e nem sequer ergue a bandeira da revolução. O caso grego é novamente exemplar: o revezamento entre conservadores e socialistas no governo foi superado pela emergência do Syriza, que era esperança de rompimento com o neoliberalismo devido seu caráter supostamente mais “radical” e mais “esquerdista”. No entanto, uma vez no poder, seguiu a cartilha neoliberal.

O que o discurso demagógico do bloco progressista esconde (especialmente o PT, mas também os demais partidos de esquerda) é que eles não possuem alternativas e apenas usam as políticas de austeridade para combater o atual governo e tentar retornar ao aparato estatal. A sua incapacidade de oferecer uma alternativa, por sua vez, é gerada por seu vínculo com o capitalismo, pois não propõem superá-lo e por isso deve governá-lo, quando consegue ascender ao poder, e por isso não se difere radicalmente dos partidos e projetos do bloco dominante.

Existe alguma alternativa às políticas de austeridade? A PEC 241/55, bem como a reforma da previdência são inevitáveis? Na verdade, não existe nenhuma alternativa radical ao que está sendo proposto. O que poderia ser feito, por um governo competente e que quisesse evitar o processo de redução drástica dos gastos estatais, seria diminuir o desperdício, a corrupção, etc. e alguns gastos estatais em setores em substituição de outros, bem como uma política de retomada do ritmo acelerado de acumulação de capital, sendo este bem mais difícil e com pouca possibilidade de sucesso imediato. Claro que isso deveria ser acompanhado com outras mudanças nas políticas estatais.

Isso significaria romper parcialmente com as políticas neoliberais, ou seja, romper com o neoliberalismo discricionário. Contudo, não basta competência para isso. Seria necessário convencer a classe dominante de que este caminho seria possível e obter o mínimo de apoio popular. Interesses poderosos teriam que ser removidos, especialmente os do capital transnacional. Assim, além de um governo extremamente competente (algo quase impossível no Brasil atual), seria necessário articular politicamente para que uma proposta alternativa fosse apoiada por quem detém o poder financeiro. Os resultados disso, no entanto, seriam um impacto menor do que está previsto com as políticas de austeridade (que, aliás, é exagerado pelo bloco progressista),

mas que estaria fadada ao fracasso se não conseguir realizar a retomada do ritmo de acumulação.

Uma solução mais fácil e rápida seria o foco não em políticas de austeridade (que poderiam ser reduzidas para evitar impopularidade do governo por causa delas) e sim em arrocho salarial e aumento da taxa de exploração. Obviamente que esse caminho é, geralmente evitado, pois corre o risco de colocar na cena política o mais velho e perigoso inimigo: o proletariado. A classe dominante há muito tempo evita um ataque direto aos trabalhadores em geral e ao proletariado, mais especificamente. Isso faz parte do plano, mas sob forma que se torne pouco perceptível, sendo realizado gradualmente, indiretamente e setorialmente. Obviamente que isso cria uma morosidade no processo e na retomada do ritmo de acumulação de capital.

Em síntese, este é o quadro atual da sociedade brasileira. O bloco dominante apresenta seu discurso técnico e propõe políticas de austeridade, enquanto que o bloco progressista lança mão do discurso demagógico e não propõe nada. As alternativas são variações das políticas neoliberais que nem sequer estão sendo apresentadas. Existe uma alternativa mais substancial? Existe, mas nem o bloco dominante e nem o bloco progressista tem interesse nela. A única alternativa possível é a partir da perspectiva do proletariado, que ao invés de querer salvar o moribundo capitalismo aponta para sua destruição. O discurso técnico do bloco dominante tem seus momentos de verdade e um deles é que o aparato estatal não pode gastar mais do que arrecada, sem que isso traga consequências nefastas, especialmente para as classes desprivilegiadas, mas também para diversos extratos das classes auxiliares da burguesia. Outra verdade do discurso técnico do bloco dominante é que é preciso retomar o “crescimento econômico” (ritmo de acumulação de capital) e isso significa mais produção e/ou mais exploração. A grande verdade do discurso técnico do bloco dominante, que não é explicitado com as palavras corretas, é que só é possível a sociedade capitalista se reproduzir aumentando a exploração e isso, no atual momento, tem como forma de concretização as políticas neoliberais discricionárias, incluindo as políticas de austeridade. E, portanto, o discurso técnico acaba levando-nos a conclusão de que no interior do capitalismo não há solução para as classes desprivilegiadas, apenas para a classe dominante.

A única alternativa para evitar tais políticas de austeridade, incluindo a PEC 241/55, é a superação do capitalismo. As pequenas variações das políticas estatais e um pouco mais ou um pouco menos de austeridade, pobreza, violência, desemprego, etc., é o que se apresenta no horizonte. Além do horizonte, no entanto, é possível pensar uma nova sociedade, fundada na autogestão social. Na sociedade autogerida, esses problemas nem sequer existiriam, pois suas bases também não existiriam. O problema dos idosos, por exemplo, não existiria, pois a forma de organização da nova sociedade reintroduz o idoso na sociedade. Uma sociedade autogerida não se fundamenta na busca do lucro, o que gera a valoração apenas da força de trabalho ativa. A sociedade autogerida é voltada para as necessidades humanas e cria relações comunais e igualitárias na qual não ocorre o afastamento dos indivíduos por não estarem no trabalho ativo. Nesse caso, não existe Previdência e nem aparato estatal para cuidar daquilo que seria responsabilidade das famílias, sendo que estas teriam, na nova sociedade, capacidade de cuidar adequadamente dos idosos.

E como chegar a esta nova sociedade? A desestabilização do atual regime de acumulação aponta para uma maior possibilidade de se pensar a transformação radical e total das relações sociais. Aumenta o grau de engajamento da população, a esperança, o processo de luta que reforça essa tendência, uma maior receptividade da cultura revolucionária. Um dos obstáculos que faz com que esse processo fique mais lento é o bloco progressista, pois este se apresenta como uma alternativa. O discurso da alternativa é a alternativa do discurso incapaz de ser uma real alternativa. E é por isso que o bloco progressista não apresenta projetos e propostas e sim nomes e partidos. Nada de novo no horizonte político. O problema é que o bloco progressista ainda consegue aglutinar setores da sociedade. O bloco progressista é heterogêneo, indo daqueles que são meros oportunistas querendo o poder e usufruir dos privilégios advindos do mesmo, até aqueles sinceros opositores sem maior percepção da totalidade e da incapacidade de resolução dos problemas sem atacar as raízes. Apesar de sua heterogeneidade, o bloco progressista (ou a “esquerda”) não é parte da solução e sim do problema.

As manifestações de 2013, bem como as ocupações de escolas (aquelas do ano passado e deste ano, desconsiderando as que eram organizadas ou influenciadas pelos partidos e organizações progressistas), são um embrião do que pode gerar uma luta mais

ampla pela transformação radical e total das relações sociais. Assim, a proliferação de formas de auto-organização e autoformação são fundamentais e reforçam a tendência de transformação social. É preciso avançar na luta cultural, pois, sem essa, dificilmente haverá sedimentação das lutas e seu fortalecimento para as lutas futuras. A crítica do capitalismo deve ser acompanhada pela crítica da burocracia e do progressismo. O descontentamento é muito mais amplo e atinge vários outros setores da sociedade, especialmente nas classes desprivilegiadas. Essas, que parcialmente se manifestam via estudantes secundaristas, tendem a emergir na luta e quando isto ocorrer a possibilidade de transformação se torna real.

Por conseguinte, o fundamental hoje é abrir duas frentes de ação: a luta cultural no sentido de ampliar o bloco revolucionário e a força das lutas anticapitalistas e o desenvolvimento da luta direta, formas de auto-organização e autoformação, fundamentais para que haja uma ascensão e sedimentação das lutas revolucionárias. Uma terceira frente é corroer a influência do bloco progressista, seu aparelhamento de movimentos sociais, seu discurso demagógico, seu moralismo, etc. A decisão final sobre isso se revela na luta de classes e, no interior desta, torna-se importante a ação do bloco revolucionário no sentido de fortalecer a luta das classes desprivilegiadas em geral e a do proletariado em particular. A superação dos problemas gerados pelo capitalismo pressupõe a superação da sociedade capitalista. A superação da sociedade capitalista, por sua vez, pressupõe a superação da hegemonia burguesa e burocrática e instauração de uma hegemonia proletária.

Referências

HABERMAS, Jurgen. *Ciência e Técnica como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1988.

POLYCHRONIOU, C. J. A tragédia da Grécia: Uma acusação à teoria económica neoliberal, à elite política interna e ao duo UE/FMI. *Resistir Info*. Disponível em: http://resistir.info/grecia/polychroniou_mar13.html acessado em: 24 de novembro de 2016.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2016b.

VIANA, Nildo. Ascensão e Queda do PT. *Informe e Crítica*. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2016/03/ascensao-e-queda-do-pt.html> Acessado em 17 de março de 2016a.

VIANA, Nildo. Os Ciclos dos Regimes de Acumulação. In: Territorial - Caderno Eletrônico de Textos, Vol.5, n.7, 20 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.cadernoterritorial.com/news/os-ciclos-dos-regimes-de-acumulacao-nildo-viana/> acessado em 20 de agosto de 2015.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE

Edmilson Marques*

Um tema de fundamental importância para compreender diversas questões presentes em torno da saúde no capitalismo é o processo de mercantilização da própria saúde. Esse processo provocou mudanças profundas na relação dos seres humanos com a cura e prevenções de enfermidades em geral. Portanto, pela importância de revelar algumas questões existentes por trás da aparente preocupação apresentada pelo estado e por diversas organizações burocráticas com a saúde na sociedade, é que propomos discutir aqui a mercantilização da saúde, e faremos isso utilizando o método dialético como suporte metodológico.

Para discutir a mercantilização da saúde, é preciso deixar claro o que entendemos por mercantilização. Esta é apresentada aqui como um processo consequente da luta de classes em torno da produção de mais-valor, expressão dos interesses da classe que domina (a burguesia) em transformar o ser humano, assim como tudo que é parte de sua vida, em mercadoria, visando lucro através de sua comercialização. Assim, “o modo de vida capitalista cria relações mediadas pela mercadoria” (VIANA, 2008, p. 28). Karl Marx ofereceu uma importante contribuição sobre este assunto, cujo estudo está articulado teoricamente em seu livro *O Capital*.

Em seu texto *A Mercadoria*, Marx (1988, p. 47) observa que uma mercadoria é uma unidade de valor (de uso e de troca), o que quer dizer que “em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano”. Desta forma, todas as riquezas materiais produzidas são valores, ou seja, trabalho humano acumulado, cristalizado em determinada coisa. Esse processo possibilita que o capitalista se aproprie do trabalho alheio através da produção de mercadoria (trabalho acumulado), que ao vendê-la retorna para suas mãos em forma de dinheiro. Parte deste utiliza para pagar todos os gastos utilizados na produção da própria mercadoria, inclusive o salário do

* Professor da Universidade Estadual de Goiás. Doutor em história pela Universidade Federal de Goiás e pós-doutor em sociologia pelo programa de sociologia da UFG. Endereço eletrônico: edmilsonmarques@ymail.com

trabalhador, e ainda lhe sobra uma parte que possibilita o acúmulo e a expansão de seu capital.

Marx (1988, p. 47) coloca que “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. Desta forma, podemos afirmar que um bisturi, além de ser trabalho humano cristalizado, é dotado de um valor de uso, ou seja, para o médico que trabalha em incisões cirúrgicas, por exemplo, ele é um instrumento usado em seu trabalho, e representa para o médico um determinado valor de uso, isto é, o de ser instrumento cirúrgico.

Marx afirma, porém, que uma coisa só se torna uma mercadoria se for portadora de um duplo caráter, ou seja, além do valor de uso, ser portadora do valor de troca. Desta forma, um medicamento deixa de ser uma mercadoria se for produzido visando apenas o seu uso, e não, o seu uso por intermédio da troca. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (MARX, 1988, p. 49). Portanto,

Num plano histórico-concreto, o confronto de classes no processo de produção é mediado por um conjunto de relações tanto dentro quanto fora do processo diretamente produtivo. Em primeiro lugar, existe a luta em torno do mais-valor. Esta é a determinação fundamental do confronto entre a classe capitalista e a classe operária no processo de produção. As demais determinações são derivadas desta (VIANA, 2009, p. 64).

No capitalismo as riquezas produzidas passaram a ser apropriadas por aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção em suas mãos, os capitalistas. Todas as riquezas materiais utilizadas em hospitais (maca, camas, o próprio prédio onde realizam consultas, exames, tratamentos, cirurgias etc.) medicamentos e utensílios que compõe o campo da saúde, são produzidos por determinados indivíduos e apropriados por outros. Essa apropriação ocorre devido a um motivo “nobre”, o interesse dos capitalistas pelo lucro, que se realiza com a venda da mercadoria.

Um dos meios que os capitalistas utilizam para conseguirem o lucro é através da produção de mercadorias para a esfera da saúde. O objetivo destes capitalistas não é produzir, por exemplo, um analgésico visando acabar com a dor de cabeça de quem sofre desta enfermidade, mas sim, obter lucro através de sua troca por dinheiro. Como aponta o psicanalista Fromm (1960, p. 67), o seu modo “de pensar assim como o de sentir é condicionado pela orientação mercantil”. Desta forma, o interesse dos capitalistas pelo

lucro, que pode ser obtido através da saúde humana, faz emergir novos setores do capital que passam a investir na produção de medicamentos e em um conjunto de mercadorias voltadas para o campo farmacêutico e hospitalar. Nesses novos setores do capital estão o capital farmacêutico e o capital hospitalar.

O capital farmacêutico é aquele voltado para o investimento na produção e distribuição de medicamentos. Já o capital hospitalar é aquele voltado para investimento em hospitais e clínicas de tratamento, cirurgias etc. O capital farmacêutico e o capital hospitalar andam de mãos dadas. Médicos que atuam em unidades hospitalares acabam sendo constrangidos a prescreverem receitas de medicamentos que são produzidos por determinadas empresas farmacêuticas. Estas criam estratégias para que seus medicamentos sejam receitados pelos médicos com o objetivo de aumentar suas vendas. Podemos citar um exemplo desta estratégia da indústria farmacêutica com o acordo firmado em fevereiro de 2012 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), que estabelece parâmetros para a relação entre médicos e indústria.

Através do processo de mercantilização das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo, ocorreu, conseqüentemente, a mercantilização do próprio ser humano. Isso se torna visível no campo da saúde quando o capital hospitalar realiza a comercialização de órgãos. Podemos citar um exemplo, entre milhares de outros, na discussão de Julio Ludemir (2008), em seu livro *Rim por Rim: uma reportagem sobre o tráfico de órgãos*, no qual aborda as estratégias utilizadas pelo capital hospitalar para lucrarem com o transplante de órgãos.

Neste livro, ele mostra que em 2003 foi descoberta “uma quadrilha internacional que traficava rins dos moradores da periferia recifense para israelenses” (LUDEMIR, 2008, p. 48). Um rim chegava a custar dez mil dólares. Afirma o autor que no início os transplantes eram realizados na África do Sul e depois foram transferidos para hospitais no Brasil, “por causa dos seguidos problemas que estavam tendo com os doadores, que viajavam para o outro lado do oceano e por uma razão ou por outra não podiam fazer o transplante”.

A transferência dos transplantes para Recife representava um novo estágio no tráfico internacional de órgãos. A entrada em cena dos

hospitais da África do Sul havia eliminado a necessidade de levar as equipes médicas para o local das operações, até então feitas em precárias clínicas clandestinas da Turquia. Chegara a hora de descobrir um lugar capaz de oferecer fornecedores de matéria-prima e técnicos. Não havia lugar mais propício do que Recife (LUDEMIR, 2008, p. 59).

É o interesse pelo lucro que leva proprietários e burocratas de hospitais a participarem de negócios que envolvem a comercialização de órgãos. Foi com este objetivo que ocorreu o envolvimento de um dirigente do *Real Hospital Português* de Recife com a comercialização de rins, que em 2003 recebeu uma proposta de um israelense para ceder o hospital para este tipo de negócio. Ludemir (2008) coloca que este burocrata ficou

Completamente empolgado com o negócio proposto por ele. Esse executivo chegou a mostrar a ala que destinaria a essas operações. Teria sala de cirurgia, UTI e quartos para que o doador e o receptor fossem preparados para o transplante e se recuperassem da operação. O hospital também oferecia estrutura para o que no jargão médico se chama de acompanhantes (LUDEMIR, 2008, p. 117).

Além dos hospitais particulares, existem aqueles que são mantidos pelo estado, os hospitais “públicos”, que também são mantidos visando o lucro para determinado setor do capital, motivo este que provoca uma superlotação de alguns hospitais, conseqüentemente, a falta de atendimento, e um grave problema em momentos de grandes surtos endêmicos, além dos diversos problemas que já conhecemos na atualidade. Em países mais desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos, essa questão se torna mais clara. Como observou Mike Davis (2006a, p. 163),

Como constantemente lembrou o GAO ao Congresso, o sistema hospitalar dos EUA não lida com pandemias nem com qualquer tipo de desastre em massa. A reestruturação da assistência médica em torno dos HMOs, com o fechamento correspondente de centenas de hospitais em todos os Estados Unidos, deixou muitas grandes cidades sem capacidade para lidar com picos anormais de carga de pacientes; *o ideal do HMO era reduzir brutalmente a zero o número de leitos hospitalares sem uso, e, portanto, não lucrativos: um exemplo de gerenciamento just-in-time frenético.* [...] um levantamento de 2003, feito pelo Colégio Americano de Médicos de Emergência, revelou problemas de pessoal e superlotação de pacientes. [grifo nosso]

O capital farmacêutico, por sua vez, vê nestes problemas que envolvem a saúde um espaço amplo para seus negócios. O estado exerce seu auxílio para assegurar o lucro deste setor do capital com a criação de leis que regulamentam a venda de medicamentos, permitindo sua comercialização apenas por prescrição de médicos licenciados pelo

estado. Desta forma, o monopólio de algumas empresas é garantido e a venda de suas mercadorias assegurada. O lucro do capital farmacêutico pode ser observado no exemplo da Big Pharma.

A “Big Pharma”, como destacou uma exposição recente, é o setor mais lucrativo dos Estados Unidos e mantém o *lobby* mais poderoso no Capitólio. (De acordo com Marcia Angell, da Faculdade de Medicina de Harvard, as dez maiores indústrias farmacêuticas incluídas na Fortune 500 em 2002 ganharam mais em lucros do que todas as 490 corporações juntas.) Graças à tolerância de um Congresso afundado em suas contribuições de campanha, o setor farmacêutico extrai ouro dos preços ultrajantes para medicamentos que lidam com doenças crônicas (diabetes, hipertensão, asma e assim por diante), bem como com a venda de drogas que melhoram o estilo de vida, como o Viagra (DAVIS, 2006a, p. 170).

Em busca de lucro, o capital farmacêutico é capaz, inclusive, de inventar doenças. Viana (2012) coloca que o mecanismo utilizado pelo capital farmacêutico em produzir novas doenças gerou o termo “*disease mongering*”, ou “invenção de doenças”. Segundo ele,

O processo de invenção de doenças já é antigo e seu exemplo clássico é a psiquiatria e as “doenças mentais”, que depois das críticas viraram “transtornos mentais” e continuam existindo e sendo reforçados por profissionais da psiquiatria e com uma enorme ajuda do capital farmacêutico. Segundo o psicólogo L. Kamin, o biólogo Richard Lewontin e o geneticista S. Rose (1987), a cada dez anos surge uma nova doença mental e um novo remédio para ela. A fonte ideológica desse processo reside em transformar o que é psíquico – algo que é inorgânico, mental, cuja origem é social e/ou de caráter comportamental – em doença, ou seja, em algo delimitado organicamente que teria origem “biológica” (VIANA, 2012).

O autor observou que para cada doença criada são produzidos medicamentos para sua cura. O lucro com esses medicamentos, no entanto, só se efetiva se a mercadoria medicamentos for consumida. Por isso

O objetivo disso, obviamente, é a reprodução ampliada do mercado consumidor, consequência natural e lógica da reprodução ampliada do capital. A lógica da acumulação capitalista é a da reprodução ampliada: $d - m - d' - m - d'' - m - d'''$ que significa dinheiro-mercadoria-dinheiro, no qual o capital investido através da exploração dos trabalhadores gera mais dinheiro que é reinvestido, aumentando a produção, que gera ainda mais dinheiro, que novamente é reinvestido e assim sucessivamente. Isso significa que é sempre necessário aumentar a produção e, junto com isso, aumentar o consumo. O capital farmacêutico, assim como o capital industrial e outros setores do capital, produzem cada vez mais e

precisam vender cada vez mais, ou seja, reproduzir de forma ampliada o mercado consumidor (VIANA, 2012).

Daí surge uma corrida do capital farmacêutico pelo mercado consumidor. A disputa entre determinados capitalistas pelo mercado gera a produção de novos medicamentos. Nesse sentido são criados os genéricos, medicamentos que possuem as mesmas substâncias ativas dos medicamentos originais, porém, mais barato. Assim, as classes exploradas e demais classes desprivilegiadas passam a representar um amplo mercado consumidor dos genéricos, cujos produtores disputam uma parte do mercado com os grandes capitais farmacêuticos. A questão é que sendo genéricos ou não, são expressões da mercantilização das relações sociais, sendo eles próprios mercadorias, que ao serem vendidos são convertidos em lucros, retornando para o bolso do proprietário (ou dos proprietários) da fábrica onde foi produzido.

A sua mercantilização é assegurada através da criação de leis que regulamentam que determinados medicamentos sejam produzidos apenas por aquelas indústrias que desenvolveram tais medicamentos. Isso é efetivado através da lei de patentes. Em 2005 foi criado um manifesto com o título *Manifesto Contra a Mercantilização da Saúde Pública e da Vida* e assinado por várias organizações que atuam no campo da saúde, através do qual exigiam a quebra do monopólio de patentes de medicamentos com o objetivo de possibilitar a ampliação da produção dos genéricos.

Esse manifesto, no entanto, não coloca em questão as raízes da sociedade que gera a mercantilização da saúde. A proposta que apresenta é a de criação de políticas públicas para sua solução. Ou seja, essa proposta é o mesmo que trocar seis por meia dúzia. A substituição dos medicamentos originais pelos genéricos não resolverá o problema da falta de medicamentos nem os problemas que envolvem tratamentos de enfermidades para os setores empobrecidos, já que não apontam para a abolição da produção de mais-valor, principal responsável por aqueles problemas, mas pelo contrário, contribui para a sua ampliação através de pequenas indústrias.

Neste sentido, a pobreza se torna algo extremamente útil e indispensável para a acumulação ampliada do capital farmacêutico e hospitalar. Indivíduos que vivem em estado de miséria e lutam cotidianamente pela sobrevivência são constrangidos a venderem seus próprios órgãos a capitalistas sedentos por lucro. O “ser” humano no

capitalismo perde suas virtudes humanas e são transformados em coisas, objetos, mercadorias comercializadas no mercado. Fica claro aí que a existência da pobreza é fundamental para a existência do próprio capitalismo, por isso, seu interesse em reproduzi-la e nunca extingui-la. Enquanto existir o capitalismo, sua companheira, a miséria, lhe acompanhará e o ser humano continuará sendo submetido à sua lógica, sendo o ter a sua razão de existência. Como expressa Erich Fromm (1976, p. 135), em uma sociedade,

Em que a meta suprema é ter – e ter cada vez mais – e na qual se pode falar de alguém como “valendo um milhão de dólares”, como poderá haver alternativa entre ter e ser? Pelo contrário, tem-se a impressão de que a própria essência de ser é ter: de que se alguém nada tem, não é.

A pobreza, assim, representa um mecanismo para o capital hospitalar e farmacêutico atingir lucros. Isso pode ser notado, por exemplo, no tratamento à desnutrição daqueles que vivem na miséria. Grandes quantidades de medicamentos e drogas são produzidas e consumidas, e sua reposição se transforma em uma luta encarniçada entre setores do capital farmacêutico. Mike Davis cita o exemplo da desnutrição de populações africanas (além da AIDS que mata milhões de pessoas anualmente). Segundo ele “em Harare, o PAE de 1991 elevou 45% o custo de vida num só ano, e 100 mil pessoas acabaram em enfermarias de hospitais sofrendo dos efeitos da desnutrição” (DAVIS, 2006b, p. 163).

Essas mesmas populações – em decorrência de enfermidades avançadas, consequentes das condições sociais em que vivem e pela falta de tratamento médico - além de representarem um mercado consumidor lucrativo, são convertidas em cobaias para testes de medicamentos produzidos pelo capital farmacêutico transnacional. Essa questão foi tema do livro *O Jardineiro Fiel*, do britânico John Le Carré (2006) (foi inclusive transformado posteriormente em um filme homônimo) onde demonstra a ação do capital farmacêutico sobre populações africanas, as quais são utilizadas em testes de medicamentos que provocam a morte de milhares de pessoas. Questão semelhante é analisada por Sonia Shah (2008), em seu livro *Cobaias Humanas: os testes de medicamentos no terceiro mundo*. A autora analisa aí os testes de drogas realizados pelo capital farmacêutico em populações da Ásia e África.

A mercantilização das relações sociais provocou concomitantemente a mercantilização da saúde, como se esta fosse algo a ser adquirido em mercados hospitalares e farmacêuticos. A ação do capital hospitalar e farmacêutico sobre as pessoas passaram, assim, a ser uma constante. Para garantir a sua permanente lucratividade, ampliam a criação de setores de serviços que assumem a forma mercadoria, a exemplo de serviços de profissionais especializados em estéticas, curas a doenças específicas, etc.

Os serviços assumem a *forma mercadoria* por não se tratarem de uma mercadoria material, por não serem algo cristalizado em uma determinada coisa. Mas assumem a forma mercadoria por possuírem o duplo caráter de uma mercadoria, ou seja, o valor de uso e o valor de troca. Um médico esteticista, por exemplo, consegue sobreviver de sua especialidade porque alguns ideólogos criaram a ideia de necessidade do trabalho estético, logo, criaram um valor de uso, porém, um valor fabricado. Mas para o médico, seu trabalho visa e objetiva ser trocado por dinheiro. Para o paciente, o valor de uso é o fundamental, para o médico, a troca. Por isso, assume a forma mercadoria.

O capital hospitalar acaba absorvendo grande parte dos profissionais que saem das universidades com títulos que os habilitam a atuar no campo da saúde. Seu serviço se torna uma mercadoria quando seu trabalho é realizado com o objetivo de trocá-lo por dinheiro. Nos últimos tempos a grande maioria destes profissionais vem se convertendo em assalariados e submetidos às determinações do capital hospitalar, alguns com jornadas longas de trabalho, baixo salário etc.

Por outro lado o conjunto de profissionais que atuam sobre as determinações do capital hospitalar, acaba reproduzindo as relações sociais de opressão, dominação e exploração, quando ao integrarem um determinado local de trabalho (um hospital, por exemplo), passam a encarar os enfermos como clientes. A enfermidade ou a vida de um determinado indivíduo passa a ser tratada tendo em vista o lucro que representa para a unidade hospitalar. Neste mundo onde a mercantilização é algo fundamental, até mesmo a morte de um indivíduo pode ser algo lucrativo para o capital hospitalar, a exemplo de uma morte ou suposta morte cerebral, que em muitos casos os órgãos se tornam mercadorias valiosas.

Desta forma, o tratamento de um enfermo passa a ser predominantemente realizado de acordo com o seu “poder aquisitivo”. A saúde se torna um meio extremamente lucrativo a ponto de ser representada em cartão de crédito. Novos capitalistas passam a investir em planos de saúde e fazerem a emissão destes cartões, transformando-os em uma espécie de medidores e expressão da capacidade da pessoa pagar pelo serviço prestado de determinados profissionais e unidades hospitalares para o tratamento de sua saúde.

Assim como um indivíduo das classes desprivilegiadas não tem acesso às mercadorias produzidas para os integrantes das classes privilegiadas, não tem acesso também aos serviços (forma mercadoria) disponíveis em unidades hospitalares privadas. Como a porcentagem de indivíduos das classes desprivilegiadas da sociedade são maiores, sobra para estes recorrerem às unidades hospitalares que são financiadas pelo estado. O estado, em decorrência do serviço prestado à burguesia também compartilha com aquela dos mesmos interesses, ou seja, a busca pelo lucro.

É preciso evidenciar que os salários da burocracia estatal é uma parte do mais-valor extraído pelo capitalista, que foi cedido ao estado em forma de imposto. Uma parte do mais-valor que o estado recebe utiliza para criar instituições e um conjunto de estratégias para a manutenção da ordem estabelecida, seja atuando no amortecimento da luta de classes seja renovando a força de trabalho. O investimento em hospitais passa a representar, desta forma, uma estratégia do estado em auxiliar a burguesia. Por um lado, pela necessidade de possibilitar a reprodução da força de trabalho, por outro, para garantir o lucro de capitalistas que investem em hospitais. Um trabalhador enfermo representa prejuízo ao capitalista, portanto, deve ser curado, daí a preocupação do estado com hospitais.

Por outro lado, podemos questionar o porquê muitas unidades hospitalares financiadas pelo estado não oferecem serviços de boa qualidade aos enfermos. A questão é que a burocracia estatal visa atender aos interesses de determinados setores do capital, e fazer grandes investimentos em hospitais representa ao mesmo tempo prejuízo. Nesse sentido, a terceirização dos serviços e privatização de outros, se tornam almejados e desejados pelo estado. Do seu ponto de vista, resolve-se assim o problema

de realizar gastos com a saúde, e garante que aqueles setores do capital que investem na saúde tenham um caminho aberto para lucrar com as redes hospitalares.

É diante da necessidade de justificar a existência e ação do estado que surge a ideologia da saúde pública e privada. Está implícito nesta ideologia o processo de mercantilização da saúde, ou seja, a saúde enquanto expressão dos interesses do capital. A ideologia da saúde pública e privada oculta o que está por trás das contradições aparentes da sociedade. Oculta a luta de classes no interior dos diversos centros hospitalares, assim como das empresas e indústrias que atuam na produção de medicamentos e mercadorias utilizadas em centros médicos, já que pressupõe que tudo aquilo e todos aqueles que estejam relacionados à saúde pública expressam uma homogeneidade em sua forma de atuação à população.

Reproduzem a ideia burguesa de que o privado é o exemplo de qualidade a ser seguido, logo, é naturalizado. Esta questão reforça a ideia burguesa de público, uma ideia que torna a sociedade homogênea, ocultando assim a luta de classes; oculta a divisão da sociedade em classes sociais, já que a ideia de público pressupõe um conjunto de indivíduos vivendo em condições iguais. Pressupõe que as instituições públicas desempenham realmente o papel de atender aos interesses gerais. Oculta a sua relação direta com o capital.

Ao mesmo tempo naturaliza a existência de empresas privadas que atuam no tratamento a enfermidades; reforça a ideia de necessidade da ação estatal como sendo o meio fundamental para a resolução dos problemas sociais, neste caso específico que estamos discutindo, os problemas da saúde pública. A ideia de saúde pública oculta inclusive o processo de mercantilização da saúde, uma vez que não coloca em questão o interesse do capital farmacêutico e sua atuação em unidades hospitalares financiadas pelo estado (hospitais “públicos”) além da atuação do capital hospitalar; enfim, oculta a percepção de que a própria enfermidade é mercantilizada, cuja cura perpassa pelo quanto a unidade hospitalar e profissional que ali atua vai lucrar.

Como observamos, a mercantilização da saúde é a expressão da mercantilização das relações sociais levada a cabo pela luta de classes entre burguesia e proletariado em torno da produção de mais-valor. A saúde é mercantilizada e as relações sociais

estabelecidas no campo farmacêutico e hospitalar atreladas a esta forma de vida, onde o ser humano foi convertido em uma mercadoria. Esse mundo coisificado tomou o lugar do ser humano. O ser deu lugar ao ter, gerando seres humanos com interesses vis que vê o outro como uma possibilidade de lucro. Essa sociedade pautada na insanidade gerou, conseqüentemente, seres humanos doentes, uma normalidade da sociedade contemporânea.

A mercantilização das relações sociais é, portanto, a expressão de interesses da burguesia, que criou um mundo à sua imagem e semelhança. Criou um mundo que constrange determinados indivíduos a colocarem fim à sua própria vida, que “na ausência de algo melhor, o suicídio é o último recurso contra os males da vida privada” (MARX, 2006, p. 48). O capital farmacêutico e hospitalar reproduzem e ampliam cada vez mais esta forma de vida estabelecida sob a insígnia da mercadoria, sua unidade molecular. Erich Fromm (1955, p. 74) coloca que:

O fato de o indivíduo estar ou não mentalmente sadio não é primordialmente um assunto individual, pois depende da estrutura da sociedade. Uma sociedade sadia desenvolve a capacidade do homem para amar o próximo, para trabalhar criadoramente, para desenvolver sua razão e sua objetividade, para ter um sentimento de si mesmo baseado em suas próprias capacidades produtivas. Uma sociedade insana é aquela que cria hostilidade mútua e desconfiança, que transforma o homem em instrumento de uso e exploração para outros, que o priva do sentimento de si mesmo, salvo na medida em que se submete a outros ou se converte em um autômato.

Diante da coisificação do ser humano levada a cabo pela burguesia, ainda assim continua a existir expressões de descontentamento com o mundo da forma como está estabelecido. A mercantilização da saúde é uma expressão da mercantilização das relações sociais e interesses da classe burguesa com o auxílio - e também interesse - da burocracia estatal e da própria intelectualidade. Este mundo insano nos leva a questionar se há possibilidade de um mundo diferente deste, já que a sua mercantilização se alastrou e tomou conta da face da terra. O mesmo autor citado acima, expressa que:

Embora o amor à vida possa ser profundamente reprimido, o que é *reprimido* não está morto. O amor à vida é uma dimensão tão biologicamente arraigada no homem que pode-se supor que, afora uma pequena minoria, sempre poderá vir à tona... (FROMM, 1973, p. 477).

Portanto, a única possibilidade de transformar esta realidade e resolver os problemas que envolvem a saúde, é abolir a raiz que gera todo este problema, ou seja, abolir as relações sociais que geram a mercantilização. Aqui não temos espaço para discutir e nem é a temática fundamental a ser abordada, o que faremos em outra oportunidade, mas a mudança no campo da saúde pode começar através da criação de núcleos médicos organizados sob a forma da autogestão, e através deles estabelecerem uma luta cotidiana contra a realidade criada pelo capital farmacêutico e hospitalar. A sua atuação em centros hospitalares, bairros etc., se torna fundamental para esse processo de luta contra o capital. Para isso a autoformação se torna fundamental para superar os valores e cultura burguesa. Sabemos que

Fazer trabalhar o cérebro é muito mais difícil e muito mais fatigante que fazer trabalhar os seus músculos. Mas é preciso fazê-lo, porque é o cérebro que comanda os músculos, e, se o não fizemos, serão outros cérebros que os comandarão (PANNEKOEK, 2007, p. 166).

Desta forma, romper e superar a formação adquirida no processo de especialização acadêmica é essencial na luta por um novo mundo. Aprendemos a concordar com as regras e o mundo estabelecido. A idolatria existente em torno de médicos, um valor axiológico, leva muitos indivíduos que atuam nesta área a reproduzirem esta mesma realidade, cujo desejo de *status* e privilégios se torna objetivo em sua profissão. Essas questões são fruto da naturalização da realidade consequente da ideologia burguesa, de que este é o melhor dos mundos e não deve ser transformando.

Cria-se assim uma dificuldade de vislumbrar um mundo diferente deste que vivemos. Nesse sentido, a auto formação com o objetivo de vislumbrar a transformação social deve ser um princípio fundamental dos núcleos integrados por indivíduos com habilidade no campo da saúde, e devem associar sua luta à luta da classe revolucionária no capitalismo, a classe proletária. A autogestão destes núcleos deve gerar a autogestão da luta de cada integrante na luta diária e cotidiana, cuja atuação coletiva se torna fundamental.

Com este texto, portanto, objetivamos demonstrar que a mercantilização da saúde atende aos interesses do capital. A alternativa, no entanto, é a criação de uma sociedade liberta das determinações do capital. Esta deve ser o objetivo da luta daqueles que almejam transformar este estado que se encontra a saúde na sociedade capitalista.

Novas relações pautadas pela solidariedade devem ser desenvolvidas e ampliadas para se tornarem o gérmen de uma organização social que coloque o ser humano como o fundamento da vida; com isso passa-se assim a representar ao mesmo tempo o início da luta para gerar o mundo humano em substituição ao mundo das coisas. Um mundo onde a mercantilização da saúde não passará de um pesadelo do qual a humanidade acordou, libertando enfim, a humanidade da insanidade.

Referências

- CARRÉ, John Le. *O Jardineiro Fiel*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DAVIS, Mike. *O Monstro Bate à Nossa Porta*. Rio de Janeiro: Record, 2006a
_____. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006b.
- FROMM, Erich. *Análise do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960
_____. *Anatomia da Destrutividade Humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
_____. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1955.
_____. *Ter ou Ser?*. Rio de Janeiro: LTC, 1976.
- LUDEMIR, Julio. *Rim por Rim: uma reportagem sobre o tráfico de órgãos*. São Paulo: Record, 2008.
- MADELEY, John. *O Comércio da Fome*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital Vol. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1988
_____. *Sobre o Suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Barba Ruiva, 2007.
- SHAS, Sonia. *Cobaias Humanas: os testes de medicamentos no terceiro mundo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008
- VIANA, Nildo. *Capital Farmacêutico, Medicalização e Invenção de Doenças*. Disponível em: [<http://informecritica.blogspot.com.br/2011/03/capital-farmacautico-medicalizacao-e.html>]. Acesso em [26 de maio de 2012].
_____. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.
_____. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital: ensaios freudo-marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.

MAURÍCIO TRAGTENBERG E A CRÍTICA À PEDAGOGIA BUROCRÁTICA

Rubens Vinícius da Silva*

Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar e delinear os elementos presentes na obra de Maurício Tragtenberg que efetuam a crítica da pedagogia burocrática. Num primeiro instante, serão pontuados aspectos sintéticos relativos à biografia e concepções político-metodológicas deste intelectual¹ Sua orientação política distinta da esmagadora maioria dos membros de sua classe social, somada ao autodidatismo, espírito contestador e acima de tudo, pela generosidade intelectual, o fez exercer enorme influência e respeito por parte de estudantes e colegas de profissão.

Contemporâneo de intelectuais como Antônio Cândido (o qual lhe convenceu a prestar vestibular e entrar na USP) e Francisco Weffort, além de amigo de outros futuros grandes nomes do pensamento social brasileiro e latino-americano, como Florestan Fernandes (quando ainda era garçom) e André Singer (quando era eletricitista). Filho de família camponesa e de origem judaica, Tragtenberg morava com os avôs e a mãe, por conta da precoce morte de seu pai. Muda-se jovem para Porto Alegre, onde frequenta até os primeiros anos do Ensino Fundamental (o antigo “primário”); inquieto e rebelde na infância, foi reprovado na aula de canto, pois fugia da sala para jogar bola ou então ir ao cinema (TRAGTENBERG, 1999).

A família se muda para São Paulo e Tragtenberg retoma seus estudos e entra em contato com movimentos de jovens judeus com distintas posições políticas, passando a frequentar o Centro de Cultura Democrático, também de origem judaica. Lá aprende muito cedo português, espanhol, hebraico e em especial o *íídiche* (língua germânica das comunidades judaicas da Europa central e oriental, baseada no alto-alemão do século XIV, com acréscimo de elementos hebraicos e eslavos) cujo domínio lhe proporcionou, com apenas 10 anos, a entrar em contato com as obras de autores como Karl Marx, Rosa

* Bacharel em Direito pela UNIASSELVI/Fameblu. Licenciado em Ciências Sociais pela FURB – Universidade Regional de Blumenau-SC. Militante do Movimento Autogestionário.

¹ Nascido em Erechim-RS em 4 de novembro de 1929 e falecido em São Paulo no dia 17 de novembro de 1998.

Luxemburgo, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Franz Kafka, Fiódor Dostoievski, além dos textos dos bolcheviques e mencheviques (TRAGTENBERG, 1999).

É justamente desta forma que teve acesso aos autores contemporâneos críticos do leninismo, o qual se consolida como interpretação dominante do marxismo a partir da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917 e especialmente após o chamado processo de “bolchevização” dos partidos comunistas: no III Congresso da Internacional Comunista realizado em 1919, Lênin e os bolcheviques conseguem impor uma derrota sem precedentes ao movimento revolucionário mundial. Animados com a vitória do suposta “Gloriosa Revolução de Outubro”, a burocracia bolchevique defende que as diretrizes de Moscou deveriam ser seguidas por todos os PC’s do mundo, independentemente do contexto e da dinâmica das lutas de classes nestes países (TRAGTENBERG, 1981).

Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro, o qual nasce sob o signo do bolchevismo. Contudo, é rapidamente expulso com base em um artigo que proibia ao militante contato direto ou indireto com trotskistas ou com a obra de Leon Trotsky, autor por ele lido e relido, além de estudar por conta própria Marx e Lênin ao invés de se limitar às cartilhas do PCB e, fundamentalmente, por conta da divergência oriunda das diretrizes que emanavam do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) as quais propunham a aliança com a “burguesia progressista” contra o imperialismo estadunidense.

Com a ruptura com o PCB intensifica seu autodidatismo, frequentando o Centro de Cultura Social, de matiz anarquista e que seria importantíssimo em sua trajetória intelectual, além de ir todos os dias ler o que lhe aprouvesse no gigantesco acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (“o melhor período de minha vida”: lia de oito a nove horas por dia), a Família Abramo (outra grande influência importante, em especial pelas indicações de livros e socialização de informações) e os cursos promovidos pelos intelectuais do Partido Socialista (próximo da intelectualidade e distante da classe trabalhadora), participando ativamente de diversos debates de distintas organizações políticas (TRAGTENBERG, 1999).

Atendendo convite insistente de Antônio Cândido, que lhe comentara a respeito de uma lei da época que garantia, através da apresentação e posterior aprovação de uma

monografia, ao acesso universitário sem diploma escolar, Tragtenberg é aprovado (o texto foi publicado sob o título *Planificação: Desafio do Século 20*. É a primeira obra do autor) e ingressa na esfera acadêmica. Nela consolida e sistematiza, a partir dos anos 70, diversas obras (em especial *Burocracia e Ideologia*, tese de doutorado apresentada em 1973 e *Administração, Poder e Ideologia*, de 1980, produções específicas sobre o fenômeno burocrático e seus desdobramentos: a crítica demolidora das ideologias administrativas e dos mecanismos de integração e cooptação da classe trabalhadora são destaques nos dois trabalhos), livros, prefácios de livros, organização de coletâneas (destaque para *Marxismo Heterodoxo*, de 1981 que conta com textos introdutórios de Tragtenberg e apresenta pela primeira vez no país a obra de revolucionários críticos do bolchevismo, tais como Jan Waclav Makhaiski, Herman Gorter e Amadeo Bordiga) e artigos para revistas e jornais, dentre eles o jornal Notícias Populares (com a coluna *No Batente*), muito lido entre os membros da classe trabalhadora. Como destaca Viana:

Dentre seus interesses intelectuais, algumas temáticas foram basilares de seu pensamento. A questão da burocracia, desde sua monografia de aspiração à entrada na USP, passando por sua fase doutoral, e diversas obras, sempre foi uma constante. O estudo da burocracia tinha como grande influência o sociólogo Max Weber, mas também Marx, Bakunin e vários outros estavam envolvidos em suas reflexões sobre o fenômeno burocrático. A questão da autogestão também foi uma das mais permanentes em sua produção e reflexão, ou seja, a negação da burocracia também foi foco de seus estudos. Porém, neste caso também ia além do simples “objeto de estudo”; tratava-se, também, de opção política, expressa magistralmente na sua obra *Reflexões sobre o Socialismo*. As lutas dos trabalhadores, a autonomia e auto-organização do proletariado e campesinato foram uma preocupação constante, tal como se pode perceber em sua produção intelectual. (VIANA, 2008, p. 32).

Com relação às questões de método, como o próprio processo histórico de vida evidencia, Tragtenberg foi um crítico contumaz dos regimes de capitalismo de Estado no Leste Europeu, além de um defensor intransigente das formas de auto-organização dos trabalhadores, combatendo e denunciando de modo implacável o papel contrarrevolucionário de partidos políticos e sindicatos. Declarava-se um “marxista anarquizante” (TRAGTENBERG, 2012b); ou seja, concordava com as teses econômicas e sociais de Marx, mas se opõe ao chamado “marxismo-leninismo” em todas as suas vertentes (trotskista, maoísta, stalinista), além de resgatar e divulgar o pensamento libertário (é de sua organização uma coletânea do anarquista russo Kropotkin),

efetivando a necessária crítica ao dogmatismo, tanto dos pretensos “marxistas” quanto de muitos anarquistas. A este respeito, cumpre destacar o artigo Marx/Bakunin, no qual o autor sai em defesa do primeiro, ao rejeitar as acusações de autoritarismo feitas pelo segundo no contexto da Primeira AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e denunciando o centralismo existente nas organizações secretas fundadas pelo anarquista russo (TRAGTENBERG, 2012b).

É simpático ao comunismo de conselhos (tendência revolucionária do movimento operário que criticou contemporaneamente o bolchevismo, demonstrando sua natureza capitalista e burocrática) e identifica a tendência das lutas operárias à burocratização, com a ressalva de que a classe trabalhadora reage a tal processo ao criar novas organizações, horizontais, igualitárias e com caráter de associação (as quais historicamente tomam a forma de conselhos operários, comitês de fábrica e de greve, abolindo a divisão social do trabalho entre dirigentes e executantes) e em sua dinâmica conformam o esboço de novas relações sociais, configurando-se no embrião da futura sociedade:

O que corrói o capitalismo é a criação dessas organizações, pois elas negam o verticalismo dos organismos existentes, seja o Estado, o partido ou o sindicato. Estes são despojados de sua finalidade de controle da mão-de-obra através da ação direta dos trabalhadores. Por mediação das instituições criadas no processo político-social, a classe operária possui a autogestão das lutas, ficando, portanto, a decisão e a execução em mãos dos trabalhadores. Assim, socialismo é entendido aqui como o regime onde a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade, elimina o administrador dirigente da empresa em nome do capital e, ao mesmo tempo, elimina o intermediário político, isto é, o político profissional. (TRAGTENBERG, 1986, p. 10).

Outra preocupação fundamental que permeará as obras de Maurício Tragtenberg é a questão da educação e seu papel na sociedade burguesa, bem como suas possibilidades quando do desenvolvimento do processo de luta revolucionária. Entendia que no capitalismo, o sistema de educação tem como principal objetivo adequar os indivíduos ao processo de produção e reprodução de mercadorias, além de possuir competências que o adaptem às mudanças no seio desta sociedade. Neste sentido, há a constituição de uma burocracia escolar e pedagógica, que garante a burocratização de todo o processo educacional.

Contudo, Tragtenberg ressalta que o processo de educação tende a expressar não somente a burocracia e a dominação; em momentos históricos de avanço das lutas sociais, há o desenvolvimento de formas de crítica e alternativas frente à educação capitalista. Por conta disso, o autor irá se dedicar ao estudo das experiências históricas da chamada pedagogia libertária (também denominada autogestão pedagógica), opondo-à pedagogia burocrática. Assim, a análise da obra de Francisco Ferrer e a luta pela autogestão pedagógica na Espanha durante o período da Guerra Civil (1936-1939) contra o ditador Franco são exemplos da necessidade de combater e ao mesmo tempo superar a educação imposta pelo modo de produção capitalista (TRAGTENBERG, 1982).

Deste modo, o conflito entre o projeto revolucionário e a manutenção do *status quo* se coloca também no plano educacional, uma vez que a escola não se limita apenas ao papel de reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. A auto-organização das classes e grupos sociais explorados dentro do ambiente escolar fornece o aumento das possibilidades de questionamento e a busca de projetos alternativos ao modelo escolar, os quais estão em consonância com o fim último que é a superação revolucionária da sociedade burguesa. Neste sentido, a universidade não produz apenas o intelectual porta-voz dos interesses de classe da burguesia, cuja finalidade é ocultar os antagonismos sociais e reforçar a hegemonia do capital ao naturalizar as relações sociais dominantes. Há também o intelectual crítico, o qual em momentos históricos de acirramento e radicalização dos conflitos representa de modo legítimo os interesses históricos dos desprivilegiados (TRAGTENBERG, 1982).

Em resumo, os pontos fundamentais do pensamento de Tragtenberg se estruturam em torno da negação da burocracia (em todas as suas formas) e da afirmação da autogestão como alternativa necessária, desenvolvida nos momentos em que a classe operária e demais setores oprimidos rompem com os intermediários em sua luta direta contra o Estado e o capital. Em sua análise dos regimes ditos “comunistas” presentes no Leste Europeu, bem como sua retomada do pensamento original de Marx a respeito do Estado (um instrumento de dominação de classe e regularização das relações sociais capitalistas) fundamenta sua crítica aos partidos políticos e sindicatos: as duas organizações reproduzem a divisão social do trabalho em sua dinâmica, sendo dirigidas por minorias que não representam o conjunto da população trabalhadora, beneficiando

unicamente os dirigentes e mantendo os operários domesticados na linha de produção. Já o chamado “socialismo real” existente na ex-URSS e que ainda vigora em poucos países do globo (China, Cuba, Vietnã, Coreia do Norte), nada mais é do que um capitalismo de Estado, que mantém a exploração e alienação (TRAGTENBERG, 1988; 1989).

Maurício Tragtenberg foi um profundo e original estudioso e pesquisador da burocracia e da autogestão, além do processo educacional e das experiências históricas da classe trabalhadora. Acima de tudo, não foi um simples sociólogo “de gabinete”: não separava de modo fantástico sua existência individual numa sociedade permeada por contradições, repressão e desumanização do trabalho acadêmico, conhecido pelo estudo frio e aparentemente “neutro” do conjunto das relações sociais. Tomou parte dos conflitos de seu tempo, abandonando o conservadorismo reinante na esfera acadêmica e se diferenciando de milhares de colegas de profissão, os quais se ocupam unicamente com a universidade e seu destino profissional (VIANA, 2008). A partir de agora iremos nos debruçar sobre a apreciação feita por Maurício Tragtenberg sobre a educação na sociedade moderna, a qual conforma uma manifestação do fenômeno burocrático: trata-se da *pedagogia burocrática*.

A crítica da pedagogia burocrática

A crítica da burocracia efetivada por Maurício Tragtenberg também se estende ao processo educacional. Em diversos textos e entrevistas, buscou compreender o papel da escola e da universidade na sociedade capitalista, com o objetivo de apreender sua dinâmica e demonstrar que a educação não está apartada do conjunto das relações sociais e de produção burguesas. Para lançarmos luzes a este processo de reconstituição da análise do sociólogo brasileiro acerca do referido tema, iremos nos basear na coletânea de artigos reunida sob o título *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*, cujo volume primeiro versa sobre nosso objeto de estudo.

Deste modo, percorreremos os fragmentos que tratam da relação entre universidade/escola, poder, conhecimento e conflitos entre as classes sociais, as quais esclarecem o que o autor nomeou como pedagogia burocrática. Devido aos limites do trabalho, não poderemos analisar em seus escritos as tendências e possibilidades

históricas de superação e contestação desta, configurando aquilo que Tragtenberg entendia como autogestão pedagógica².

No texto *A Delinquência Acadêmica*, o qual inaugura a mencionada coletânea, Tragtenberg inicia sua discussão apontando que a universidade não é tão essencial ao ser humano quanto, por exemplo, a linguagem: ela é uma instituição dominante e vinculada ao processo de dominação. Frisa também que esta não se trata de uma instituição neutra, mas antes uma instituição classista, na qual aparecem e se manifestam as contradições de classe. É com o propósito de obscurecer tais determinações que nas universidades é produzida tal ideologia fundada num saber neutro, científico e “objetivo”, pairando por sobre os conflitos sociais. No século XIX, durante o capitalismo liberal, havia a “universidade mandarinesca”: o tipo de cidadão nela formado se caracterizava por um comportamento autônomo, por exigência de suas funções sociais. A partir do século XX (e podemos confirmar tal inferência nos dias atuais), ela tem por objetivo formar a força de trabalho necessária à manutenção das relações de produção capitalistas, expressando uma gama de saberes a serviço do poder (TRAGTENBERG, 1982).

Neste sentido, a pretensa produção de conhecimento é substituída pelo controle sobre os poucos saberes produzidos; tal controle se transforma num fim em si mesmo, de modo que tais unidades de educação se assemelham a universos concentracionários, nos quais se reúnem membros de distintos grupos sociais e frações de classe. Elemento importante na manutenção da universidade classista é o poder exercido através da seleção dos estudantes, aliado aos mecanismos de nomeação dos professores. O antigo professor “cão de guarda” (característico das universidades do século XIX) é substituído pelo “cão pastor”, traduzindo a passagem para a “universidade tecnocrática”, na qual os critérios do lucro das grandes empresas funcionam para a formação de um sem-número de burocratas e intelectuais para as grandes fábricas, escritórios e departamentos ministeriais (TRAGTENBERG, 1982).

Tragtenberg irá acentuar que a universidade dominante tem como outra forma de reprodução encontrada nos assim chamados “cursos críticos”, nos quais a autoridade

² A este respeito, conferir os artigos, palestras e resenhas reunidas na coletânea intitulada *Educação e Burocracia* (TRAGTENBERG, 2012a).

do professor é hegemônica frente aos dominados, os estudantes; trata-se de um processo de “contaminação”, onde a crítica ideológica efetivada em tais cursos expressa um efeito tranquilizante no meio universitário. Tal crítica, uma vez mantido o sistema de exames, a conformidade aos programas e o controle da docilidade estudantil como fundamentos essenciais, se revela um engodo, uma fábrica de boas consciências que trocam o poder da razão pela razão do poder; desta forma, urge a realização da crítica-crítica, visando à destruição da apropriação e deformação do pensamento de autores que expressam uma perspectiva revolucionária pela intelectualidade como única e verdadeira interpretação, colocando que:

Não se trata de discutir a apropriação burguesa do saber ou não-burguesa do saber, mas sim a destruição do “saber institucionalizado”, do “saber burocratizado” como o único “legítimo”. A apropriação universitária (atual) do conhecimento é a concepção capitalista de saber, onde ele se constitui em capital e toma a forma nos hábitos universitários. A universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas *pelos servos que ela forma*. Esse modo de produção determina o tipo de formação através das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes. O mestre possui um saber inacabado e o aluno uma ignorância transitória, não saber absoluto nem ignorância absoluta. A relação de saber não institui a diferença entre aluno e professor, a separação entre aluno e professor opera-se através de uma relação de poder simbolizada pelo sistema de exames – “esse batismo burocrático do saber”. (...) É através da nomeação, da cooptação dos mais conformistas (nem sempre os mais produtivos) que a burocracia universitária reproduz o canil de professores. Os valores de submissão e conformismo, a cada instante exibidos pelos comportamentos dos professores, já constituem um sistema ideológico (TRAGTENBERG, 1982, p. 13).

Deste modo, temos elementos que constituem um processo de dissimulação-simulação, no qual interesses falsos são proclamados e os verdadeiros propósitos esquecidos. Em nome de premissas como “atendimento ao público” e “serviços à comunidade”, a universidade tende cada vez mais a se adaptar de modo indiscriminado a qualquer pesquisa a serviço dos interesses das classes e frações de classe privilegiadas, donas dos meios de produção e reprodução da vida material. O aludido confronto entre o ensino técnico e o ensino humanizado redonda num compromisso, no qual é repassado tudo aquilo que o aluno possa pagar (TRAGTENBERG, 1982).

A grande questão levantada por Tragtenberg no que tange a esta temática é a concernente ao nível de responsabilidade social dos pesquisadores e docentes nas universidades. A ausência de preocupação com os fins sociais do conhecimento produzido é uma manifestação da “delinquência acadêmica”, ou da “traição do intelectual”. Por detrás de belos discursos se escondem práticas que justificam genocídios, espionagem e todo tipo de corrupção hegemônica: é quando a “razão de Estado” domina em detrimento da maioria da população. Assim, uma instituição de ensino superior que se limita a ministrar cursos e pesquisar a quem é apto a pagá-los perde sua ética e abandona a finalidade social de sua produção intelectual: tudo isso com uma capa de neutralidade do conhecimento e do seu conteúdo:

Em nome da “segurança nacional”, o intelectual acadêmico despe-se de qualquer responsabilidade social quanto ao seu papel profissional, a política das “panelas” acadêmicas de corredor universitário e a publicação a qualquer preço de um texto qualquer se constituem no metro para medir o sucesso universitário. Nesse universo não cabe uma simples pergunta: o conhecimento a quem e para quem serve? (...) O problema da responsabilidade social é escamoteado, a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia, faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder. (TRAGTENERG, 1982, p. 15).

Com isso, resta consolidada a divisão social capitalista do trabalho intelectual, que é operada através da separação entre o fazer e o pensar. Na realidade, adverte o marxista anarquizante que tal procedimento é mais uma manifestação da delinquência acadêmica: a discussão e análise dos problemas do país, um ato político inerente aos intelectuais engajados e comprometidos com posicionar-se a respeito dos conflitos de seu tempo, é trocado pelos privilégios de classe advindos do conformismo e do compromisso de classe com os donos do poder econômico. Assim, a universidade combate de todas as formas o pensamento crítico e avançado. Tragtenberg amarra sua denúncia ao sentenciar a respeito da de tal prática no seio das universidades:

A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cede lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, onde “administrar” aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos (...). (TRAGTENERG, 1982, p. 16).

No texto *O Saber e o Poder*, Tragtenberg empreende uma análise sobre a origem histórica e o papel desempenhado pelas Ciências Sociais nos países de capitalismo desenvolvido, seus vínculos com a classe dominante, o imperialismo e em especial o trabalho desempenhado a serviço da expansão das relações de produção burguesas para o restante do planeta. Ele retoma a discussão acerca do caráter e das finalidades gerais do conhecimento, identificando que o processo de instrumentalização dos saberes é uma das marcas do capitalismo, sendo constituído via aparelhos ideológicos: o maior exemplo pode ser encontrado na ASA (American Sociological Association).

A dinâmica de tal instituição manifesta de forma nítida até que ponto a intelectualidade vinculada às Ciências Humanas pode contribuir de maneira sistemática para a reprodução ampliada da acumulação de capital. Além disso, antecede o posicionamento conservador e manifesta os interesses de classe da intelectualidade, não somente no país no qual as relações sociais burguesas se tornaram mais bem desenvolvidas. A ASA possuía, de acordo com Tragtenberg, múltiplas fontes para financiar suas pesquisas, o que lhe possibilitava determinar e controlar de modo rígido a orientação científica e política que deve ser hegemônica em cada especialidade do pensamento social. Defendendo teses pautadas na tradição liberal, oculta os problemas cruciais da sociedade moderna: tudo é observado sob o ponto de vista do Estado, dos órgãos de governo, sendo os intelectuais parte integrante do complexo militar-acadêmico-industrial.

Essas associações gozam de isenção de impostos graças ao servilismo ante o Estado e aos organismos denominados “contra insurreição”. Cobertos pelo ideal de “neutralidade ante valores” a maioria dos acadêmicos universitários vegetam no conforto intelectual agasalhado pelas sinecuras burocráticas e legitimadas ideologicamente pelo apoliticismo: a ideologia dos que não têm ideologia. Na realidade, esse apoliticismo converte-se na ideologia da *cumplicidade* trustificada. Sem dúvida que o cultivo da ideologia livre de valores é paralelo à despreocupação sobre as implicações éticas e políticas do conhecimento. (TRAGTENBERG, op. cit., p. 18).

Assim, temos um processo marcado pela militarização das ciências sociais, o qual ocorre simultaneamente ao desenvolvimento da especialização e do intelectualismo. O conhecimento elaborado em duas das três disciplinas que constituem tais ciências (Antropologia e Sociologia em especial) não é meramente uma manifestação da cultura acadêmica: ele se transformou em característica essencial relacionada à manutenção das

relações de poder e dominação de classe. Uma pesquisa deixa de ser avaliada ou financiada por conta da orientação teórica, mas recebe incentivo direto de capital (privado ou estatal) por se basear em determinada orientação teórica. Cabe ressaltar que tal orientação é executada com alto nível de sutileza. Tal procedimento reforça o trabalho intelectual alienado, no qual os fins não são discutidos e controle da atividade do pesquisador é realizado por outros (TRAGTENBERG, 1982).

Toda a fundamentação usada para garantir a estabilidade dos sistemas, como revelam os estudos sobre aculturação, modernização e mobilidade social são pautadas e demonstram a influência cristalina da sociologia funcionalista; isso revela a que ponto a centralização e burocratização das relações sociais reforçam o caráter dependente das universidades em relação ao Estado, somadas à tendência utilitarista (embora haja a ressalva de que estamos lidando com um texto da segunda metade do século XX, o funcionamento atual das instituições de ensino superior ao redor do globo funda-se na mesma lógica, acertadamente desmascarada pelo sociólogo latino-americano) das universidades dos EUA e sua predisposição em servir às empresas privadas e ao Estado: tal tradição encerra a supervalorização da aparência em detrimento da essência dos fenômenos sociais, marcando uma virada na produção sociológica e seu total alinhamento com o poder da classe burguesa.

A era da sociologia “inocente” terminou, surge a era da sociologia militante a serviço dos profetas armados. O sociólogo que participa dos programas de contra-revolução na Ásia ou América Latina é o complemento ideal do médico nazista que experimentava sobre cobaias humanas. De igual forma agem aqueles sociólogos da indústria que aceitam a ideologia do “gerencialismo”, uma ideologia patronal para manipular os dominados. (...) O problema dos fins do conhecimento e da responsabilidade social do cientista coloca-se agudamente para uma época histórica que conheceu o nazismo, a guerra do Vietnã, o terror policial na América Latina legitimado pela doutrina da “infiltração”, a utilização das universidades e conhecimento das ciências sociais para o genocídio: tudo o que situou a instituição científica como um dos instrumentos dos grupos repressivos hegemônicos. Há um discurso “tecnicista” que separa teoria e prática, meios e fins, a esfera política da científica – a ideologia tecnocrática que permite a universitários norte-americanos participarem do genocídio. (TRAGTENBERG, op. cit., p. 19 - 21).

Assim, o uso da sociologia, história, psicologia e cibernética tem como objetivo contribuir para um processo de contrarrevolução preventiva: trata-se de tolher, de

identificar de modo prévio quaisquer focos e possíveis articulações de movimentos e lutas que apontem para uma contestação mais efetiva do conjunto das relações sociais e de produção características da sociedade moderna. As implicações desta lógica reduzem tais ciências ao simples fornecimento de elementos aos detentores do poder, permitindo sua intervenção nos mais diversos aspectos da realidade concreta, cuja função primordial é prevenir os conflitos ao invés de vencê-los. O desenvolvimento tecnológico se converte em mais uma arma na ação de repressão burocrática; para as classes privilegiadas, é necessário que os cientistas proponham terapias de controle sobre os que estão submetidos e oprimidos. Afinal de contas, eles servem aos que estão confortavelmente instalados e se beneficiam de tal dinâmica societária (TRAGTENBERG, 1982).

Neste sentido, ocorre um processo simultâneo de militarização da máquina econômica e cientifização da máquina militar. A instituição científica dá condições de possibilidade para a ligação indissolúvel entre indústria e exército, uma vez que todas elas são fundadas na hierarquia e meritocracia. A constituição desta forma específica de dominação leva à confusão entre civis e militares: há uma identificação imediata entre os que efetivam o controle e os que efetivam a repressão, uma vez que os mesmos dispositivos são usados pelos detentores dos meios de comunicação e demais frações da classe dominante. A pretensa neutralidade do saber e consequente defesa do consenso são postas em xeque quando o conhecimento produzido pela intelectualidade se encontra definido segundo as instituições sociais hegemônicas, como o Pentágono e a CIA (TRAGTENBERG, 1982).

Cabe ressaltar a reconstituição histórica feita pelo autor de uma das disciplinas das ciências sociais, desvelando seu surgimento e seus elos com a manutenção da ordem do capital: a antropologia. A relação desta com o imperialismo remonta aos seus postulados básicos, sua orientação voltada para a prática colonial e acima de tudo, o reforço de práticas de discriminação racial e política, combatido de modo escuso por muitos antropólogos defensores da pluralidade e multiculturalismo, que negam as determinações histórico-sociais e os antagonismos em troca de posições que justificam tais relações:

É o colonialismo que torna possível a antropologia e é ela que procura “entender” o colonialismo: isso é claro quando africanistas liberais desenvolvem temas sugeridos pela CIA como “A bruxaria e a magia e

outros fenômenos psicológicos e suas implicações sobre as operações militares e paramilitares no Congo”. Ou quando a informação antropológica serve, como na Tailândia, a selecionar vilas para o objeto de bombardeios de saturação ou utiliza dados sócio-culturais para assassinar líderes comunitários ativos. O pluralismo no plano do conhecimento em nível metodológico nada mais é do que a institucionalização de uma posição relativista, traduzindo na linguagem do método a tolerância repressiva manifesta no pluralismo político que oferece ao cidadão um “leque de escolhas” que vai do Partido Conservador ao Liberal. Todo conservador é um pluralista; porém, a verdade é uma só, não é pluralista. (TRAGTENBERG, op. cit., p. 33-34).

Maurício Tragtenberg nunca sistematizou uma obra acerca da educação. Seus diversos textos buscam ser, ao mesmo tempo, uma crítica corrosiva às relações sociais concretas no seio do ambiente escolar e a defesa da auto-organização dos grupos oprimidos em seu seio. Embora tenha produzido trabalhos esparsos sobre a universidade e a escola, através de um estudo detido de sua produção nos parece óbvio que suas preocupações giravam em torno da identificação e continuidade da função desempenhada por ambas as instituições: reprodução das relações de produção, aparelho de transmissão das ideologias dominantes, palco onde se configuram diversas disputas entre determinadas classes e frações de classes e grupos sociais. Seguindo este entendimento, no texto *A Escola como organização complexa*, temos o desdobramento e aprofundamento de algumas das conclusões acerca do ensino superior, retiradas a partir da análise do ensino básico.

Na atualidade, a maior preocupação relacionada à questão educacional reside em formar seres humanos cada vez mais adaptados aos seus locais de trabalho, mas, ao mesmo tempo, devidamente capazes de modificar seu comportamento em função das transformações ocorridas na sociedade. Não é de interesse – ao menos nos países desenvolvidos, destaca Tragtenberg, muito embora hoje possamos estender tal análise ao redor do planeta – trabalhadores produtivos totalmente embrutecidos. Estes devem estar conscientes de sua responsabilidade dentro e fora da empresa, bem como ante a totalidade social. Para tanto, surge a necessidade de um sistema de ensino que apresente finalidades devidamente expressas e definidas: é com a consolidação do modo de produção capitalista (ampliação da divisão social do trabalho e introdução da técnica, a partir do século XIX) que se origina a universalização da leitura, escrita e resolução de operações aritméticas básicas. A educação não se restringe a uma ocupação vinculada ao

ócio (como nas sociedades feudal e escravista antiga) e sim uma fábricas de homens e mulheres “utilizáveis” (TRAGTENBERG, 1982).

Este sistema de ensino para realizar seus objetivos insere em sua dinâmica um corpo de professores, cuja missão consiste na transmissão de saberes indispensáveis à manutenção das relações sociais, buscando reconhecimento oficial na carreira do magistério com a posse de diplomas. O burocratismo das instituições escolares é um desdobramento necessário dos interesses da classe dominante; conforma uma gama de relações concretas que são produzidas e reproduzidas no seu interior. Acerca disso, Tragtenberg assim se pronuncia:

A realização de tais objetivos pressupõe a existência de uma “burocracia pedagógica” com objetivos definidos ante a sociedade global, porém nem sempre predominantes. O sistema burocrático estrutura-se nas formas da empresa capitalista como também na área da administração pública; seu papel essencial é organização, planejamento e o estímulo. O sistema burocrático estrutura-se em nível de cargos, que por sua vez articulam-se na forma de “carreira”, onde o diploma acreditativo, tempo de serviço e conformidade às regras constituem pré-condições de ascensão. Seu modo de recrutamento e sistema de comunicação intraburocrático, diluído nas diversas áreas de competência. Um dos aspectos estruturais do sistema de educação burocrático é que os usuários não controlam de modo algum a gestão dos fundos que dedicam à coletividade. (TRAGTENBERG, op. cit., p. 36).

Para o autor, a estrutura do ensino fundada na burocratização se desenvolve em três níveis: a) organização do pessoal; b) programas de trabalho; c) inspeções e exames. Com relação ao pessoal, retoma Weber ao pontuar que os burocratas da educação (assim como os demais membros desta classe e funcionários da organização) estão divorciados dos meios de administração, assim como os operários dos meios de produção e os cientistas de seus meios de pesquisa. A precarização do trabalho docente se manifesta nas formas de contrato temporário, cujo vencimento depende do número de aulas atribuídas a critério das Secretarias de Educação. Já a ascensão na carreira independe da relação deste com os alunos: os critérios de valor e eficácia são minimizados e os relativos à conformidade (aprovação em provas e exames) são supervalorizados. O exame - e não o programa - é um dos critérios da pedagogia burocrática: sua proposta não visa enriquecer o intelecto dos estudantes e sim torna-los exitosos nas notas das provas (TRAGTENBERG, 1982).

Assim, três objetivos são impostos aos professores: a conformidade ao programa, a obtenção da obediência e o êxito nos exames. O melhor meio para ser aprovados nestes últimos é desenvolver o conformismo, sinônimo de “ordem”. Isso leva ao entendimento segundo o qual a escola produz um longo condicionamento, de modo uniforme e ancorado numa sistemática divisão dos saberes em disciplinas: tal lógica não visa à formação integral ou de algum aspecto das potencialidades dos indivíduos e sim uma acumulação mecânica e acrítica de informações e noções mal digeridas. A escola aprofunda e é expressão do processo de divisão social do trabalho: diretores, professores, funcionários administrativos e subalternos, além dos estudantes, produzem e reproduzem um conjunto de relações sociais complexas e contraditórias, cujo objetivo fundamental é a reprodução das relações de produção capitalistas (TRAGTENBERG, 1982).

Considerações finais

Para Tragtenberg, não existe uma escola homogênea: os graus de ensino, as redes pública e privada expressam a divisão de classes e um processo de escolarização que é específico destas. A generalização da escolaridade obrigatória reforça esta assertiva, a qual garante os mecanismos de repetição incessante dos valores, ideias, sentimentos, interesses e mentalidade vinculados às classes privilegiadas, na forma de sistematização e repasse de conteúdos indispensáveis à manutenção da ordem burguesa. Tal procedimento reforça e aprofunda a separação entre a prática escolar e o conjunto das práticas produtivas, expressas na cisão entre trabalho manual e intelectual:

Na rede escolar, o culto da arte, ciência pura, profundidade filosófica, sutilezas psicológicas, são formas de inculcação vinculadas a orientar a ação do educando conforme as normas de direito, políticas hegemônicas, sendo representadas enquanto deveres. A inculcação não se dá apenas pelo discurso, mas também através de práticas de exercícios escolares onde a nota equivale ao salário, recompensa pelo trabalho realizado. Da mesma maneira que o mercado de trabalho é regulado pela competição, no interior da escola ela é cultuada nos sistemas de promoção seletivos. O aluno é *obrigado* a estar na escola e é *livre* para decidir se quer trabalhar ou não, ter êxito ou não, como o indivíduo é *livre* ante o mercado de trabalho. As práticas do ritualismo escolar, deveres, disciplinas, punições e recompensas, constituem o universo pedagógico. A escola realiza com êxito o processo de recalçamento de pontos de vista opostos aos hegemônicos e essa sujeição condiciona a inculcação. O trabalho é vagamente valorizado

enquanto artesanato, o processo histórico é reduzido a um conjunto de guerras, datas e nomes cuja finalidade principal é reduzir à *insignificância* o *significativo*: dimensões sociais do histórico ou sua temporalidade. (...) O aparelho escolar contribui para a reprodução da *qualidade* da força de trabalho na medida em que transmite saber e regras de conduta (ler, escrever e contar) e tem um destino produtivo. Os alunos da rede escolar recebem também conteúdos científicos. Eis que o processo de escolarização contribui para a reprodução das condições materiais de produção na medida em que a produção social é uma transformação material da natureza, supondo o conhecimento objetivo sob as mais variadas formas. (TRAGTENBERG, op. cit., p. 41-42).

De acordo com Tragtenberg, a existência de duas redes de ensino é necessária devido às relações sociais de produção: havendo famílias pertencentes às classes sociais privilegiadas e famílias oriundas das classes desprivilegiadas, é porque existem classes sociais com interesses antagônicos. As classes sociais não podem ser pensadas com base nos indivíduos; tampouco se reduzem às propriedades e características individuais. Instituições de socialização com a família e a escola preexistem ao indivíduo, coexistem de modo simultâneo e mantêm um conjunto de relações necessárias e recíprocas entre si. O funcionamento do aparelho escolar, além do lugar das redes de ensino no interior da estrutura da escola se define com base na sua função precípua: a reprodução das relações sociais de produção.

Deste modo, a escola contribui para tal dinâmica a partir de quatro elementos básicos: 1) a reprodução da força de trabalho; 2) inculcamento das ideologias dominantes, através das práticas escolares; 3) a reprodução material da divisão da sociedade em classes; 4) manutenção das condições ideológicas das relações de dominação (TRAGTENBERG, 1982).

Neste sentido, a escola pode ser entendida como uma organização complexa, na medida em que controla e domestica as forças sociais, ao codificar e centralizar uma série de informações e o poder de decisão acerca das mesmas. Tal procedimento de apropriação da existência por parte de tais organizações, efetuado de todas as maneiras, se realiza também via destruição e integração: trata-se de eliminar quaisquer focos que se oponham à sua expansão. Por detrás da “racionalidade”, a organização legítima e desqualifica a realidade social, da qual ela contribui sobremaneira para sua mutilação: a

escola possui uma função nesse processo, ao operar amplas variações com base nos papéis de mestre, aluno e burocrata.

Ante o exposto, é possível afirmar que a análise empreendida por Maurício Tragtenberg busca identificar especificidades históricas a partir do aprofundamento e generalização da burocracia na sociedade moderna, capitalista. No entanto, para o sociólogo brasileiro, há como conter o irrefreável e quase indestrutível domínio desta forma de organização; a alternativa estaria no processo de autonomização das classes e grupos sociais explorados e oprimidos, os quais em seu processo de luta esboçam novas e superiores relações sociais no combate encarniçado ao capitalismo e suas instituições.

Assim, retomando Tragtenberg, a única alternativa frente à burocracia, seja na pedagogia ou nas demais manifestações concretas deste fenômeno, só pode ser a autogestão social: trata-se de uma tendência histórica e social já manifesta nas experiências revolucionárias do proletariado (Comuna de Paris em 1871; Revoluções Russa de 1905 e 1917 – antes do golpe de Estado bolchevique –; Revolução Espanhola entre 1936 e 1939, dentre outras) que tende a abolir a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção, distribuição e consumo dos meios necessários à vida, bem como instaurando novas relações sociais, mentalidade, valores, ideias e sentimentos, os quais surgem como embrião no próprio processo da luta encarniçada contra os defensores do capital e do Estado.

Este processo deve se basear, do início ao fim, na crítica radical e denúncia da burocracia, efetivando-se na autogestão das lutas pelas próprias classes exploradas e oprimidas, inaugurando desta maneira um processo radical de transformação do conjunto da vida em sociedade. Somente assim viveremos numa sociedade na qual não haja burocracia: num mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres!

Referências

- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Unesp, 2006.
- _____. *Memórias de um Autodidata no Brasil*. São Paulo: Escuta, 1999.
- _____. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

_____. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

_____. (Org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense: 1981.

_____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

_____. *Educação e Burocracia*. São Paulo: Unesp, 2012a.

_____. *Teoria e Ação Libertárias*. São Paulo: Unesp, 2012b.

_____. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *Maurício Tragtenberg: Um Sociólogo Libertário*. Revista Sociologia, Ciência e Vida, São Paulo, Editora Escala, n. 20, Dez. 2008.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)